

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO:

ELEMENTOS DE UMA ÉTICA DA INTEGRAÇÃO NA ERA DO “HOMEM CÓDIGO DE BARRAS”

EDVALDO RENÊ MÍSSIO

ORIENTADORA: DRA. MARTHA ROSA PISANI DESTRO

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por **EDVALDO RENÊ MÍSSIO** e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 19 de junho de 2007.

Assinatura:.....

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dra. Martha Rosa Pisani Destro (Orientadora)

Prof. Dr. Germano Rigacci Júnior

Prof. Dr. Willian Nogueira

Prof. Dr. César A. Nunes

Prof. Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo

Prof. Dr. Silvio S. Gamboa (Suplente)

Prof. Dr. Roberto Goto (Suplente)

Prof. Dra. Maria Helena Gonçalves (Suplente)

2007

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

M691s Míssio, Edvaldo Renê
Sociedade da informação : elementos de uma ética da integração na era do "homem código de barras" / Edvaldo Renê Míssio. - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : Martha Rosa Pisani Destro.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ética. 2. Integração. 3. Sociedade da Informação. 4. Tecnologia da informação. 5. Educação. 6. Trabalho. I. Destro, Martha Rosa Pisani. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-191/BFE

Título em inglês : Information society : elements of na ethics of integration in the era of "the man of bar codes"

Keywords : Ethics ; Integration ; Information Society ; Information technologies ; Education ; Work.

Área de concentração : Historia, Filosofia da Educação

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora : Profa. Dra. Martha Rosa Pisani Destro (Orientadora)

Prof. Dr. Germano Rigacci Júnior

Prof. Dr. William Nogueira

Prof. Dr. César Aparecido Nunes

Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

Data da defesa: 19/06/2007

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : edvaldorene@hotmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo apresentar os elementos de uma ética da integração. Partindo de uma compreensão acerca da gênese e desenvolvimento da sociedade da informação, se concentra na abordagem das características desse momento em que a globalização da economia, da informação e da cultura se insere no contexto dos princípios neoliberais. Esse modelo social se sustenta através das modernas tecnologias da informação, alterando as relações de poder no espaço mundial e desenhando um novo papel do Estado. O diagnóstico ético compreende a abordagem das principais características pertinentes ao comportamento moral, marcados pelos princípios da ética utilitarista e pragmática. A ética da integração é uma ética da vida, da cooperação e da solidariedade, atenta às causas e aos problemas sociais pertinentes à educação e ao trabalho. Defende uma práxis social de inclusão e de acesso universal e democrático às novas tecnologias da informação e comunicação, caracterizadas pelo domínio da informática, da Internet e da tecnotrônica. Avalia o novo horizonte axiológico da sociedade da informação a partir da pirâmide dos valores na era do “homem e nação código de barras”. Indivíduos e nações se submetem à lógica do capitalismo e de seus valores, agora mensurados como mercadorias e oportunidade de negócios. Portanto, a educação, o trabalho, os recursos e os capitais determinam a condição social e o comportamento ético desses personagens.

Palavras-chave: Ética da integração; sociedade da informação; tecnologias da informação; educação; trabalho; axiologia.

ABSTRACT¹

This study aims to present the elements of an ethics of integration. Starting from a comprehension about the genesis and development of the information society, this study concentrates on the approach of the characteristics of this moment in which the globalization of the economy, the information and the culture are inserted in a context of neo-liberal principles. This social model is backed up by the modern information technologies, changing the power relations in the worldwide space and drawing a new role of the State. The ethic diagnosis comprehends the approach of the main characteristics that are linked to the moral behavior, marked by the principles of the ethics of utilitarianism and pragmatics. The ethics of integration is an ethics of life, of cooperation and solidarity, focused on the causes and social problems related to education and work. It supports a social praxis of inclusion and universal as well as democratic access to the new information and education technologies, such as the information technology (computer science), the internet and the technotronics. It evaluates the new axiology of the information society based on the values in the era of “the man and nation of bar codes”. Individuals and nations go through the logics of capitalism and its values, now measured as goods and business opportunities. Therefore, education, work, resources and capitals determine the social condition and the ethic behavior of these characters.

Key-words: Ethics of integration; information society; information technologies; education, work; axiology.

¹ Versão: Professora **Elaine de Cássia Míssio**

Dedico esta Tese de Doutorado para meu filho:

JEAN RENÉE MÍSSIO

Para meus pais:

Humberto Míssio

Isabel Brogliatto Míssio

Para meus irmãos:

Éder José Míssio

Arão Gabriel Míssio

Anderson Míssio

Elaine de Cássia Míssio

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Educação da Unicamp,
principalmente a comissão de pós-graduação, pela acolhida e respeito durante os anos
em que cursei o doutorado.

Aos professores do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação,
especialmente à minha orientadora, professora **Dra. Martha Rosa Pisani Destro**, e aos
professores: **Dr. César A. Nunes**, **Dr. Sílvio Donizetti De Oliviera Gallo**, **Dr. Roberto
Goto**, **Dr. Silvio S. Gamboa**.

À professora
Dra. Maria Helena Gonçalves pela dedicação e atenção.

Ao professor **Dr. Germano Rigacci Júnior**
pelas considerações relevantes no percorrer de meus estudos, principalmente à época da
licenciatura em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Meus
sinceros agradecimentos.

Ao professor
Dr. Willian Nogueira, pela atenção dispensada na leitura e crítica da minha Tese.

Imagine-se um certo número de homens acorrentados e todos condenados à morte. Todos os dias, alguns deles são degolados à vista dos outros, e os que restam vêem a sua própria condição e a de seus companheiros e, olhando-se uns aos outros com angústia e desespero, aguardam a sua vez.

Essa é a imagem da condição humana.

(BLAISE PASCAL, PENSAMENTOS)

A felicidade sozinha está longe de constituir o bem perfeito para a nossa razão. Esta última não aprova a felicidade (por mais que as inclinações também queiram desejá-la) a não ser que esteja unida com merecimento de ser feliz, isto é, com a conduta moral boa.

(KANT, CRÍTICA DA RAZÃO PURA)

[...] Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage independentemente como uma atividade estranha, divina ou diabólica, sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea.

Pertence a outro e é a perda de si.

(KARL MARX, MANUSCRITOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS)

[...] A empresa dos dias atuais é um imenso cosmos, no qual o indivíduo nasce, e que se apresenta a ele, pelo menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele deve viver. Obriga o indivíduo, na medida em que ele é envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de ação capitalistas. O fabricante que permanentemente se opuser a estas normas será economicamente eliminado, tão inevitavelmente quanto o trabalhador que não puder ou não quiser adaptar-se a elas será lançado à rua sem trabalho.

(MAX WEBER – A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO)

SUMÁRIO

RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iii
DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vii
EPÍGRAFE.....	ix
INTRODUÇÃO.....	01

CAPÍTULO – 1

GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: RELEVÂNCIA HISTÓRICA E DIAGNÓSTICO ÉTICO..... 23

1.1. Ambiente: o conceito de sociedade da informação, seu percurso histórico e implicações éticas.....	24
1.2. O despertar dos princípios de uma ética da integração no cenário da informação.....	48
1.3. Diagnóstico ético da sociedade da informação: o papel do sujeito ético e os desafios da educação.....	61

CAPÍTULO – 2

TRILHAS DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA ERA DA INFORMAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS - ÉTICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO..... 72

2.1. Primeiras manifestações do desenvolvimento científico e tecnológico na era da informação e perspectivas da construção de uma ética da integração.....	73
2.2. O despertar das novas tecnologias na era da informação: conseqüências éticas e sociais.....	83
2.3. Educação, trabalho e ética da integração na era do “homem código de barras”.....	95

CAPÍTULO – 3

ELEMENTOS DE UMA ÉTICA DA INTEGRAÇÃO NA ERA DO “HOMEM CÓDIGO DE BARRAS”.....122

3.1. Apresentação de princípios necessários: a construção do sujeito moral e do sujeito ético	123
3.2. Sociedade da informação: tecnologia e perspectivas éticas.....	138
3.3. Ética e Moral: a construção do discurso do sucesso na era do “homem código de barras”.....	164

CONCLUSÃO.....	168
BIBLIOGRAFIA.....	175
APÊNDICE A - PIRÂMIDE DOS VALORES NA ERA DO “HOMEM CÓDIGO DE BARRAS”.....	193
APÊNDICE B - PIRÂMIDE DOS VALORES NA ERA DA “NAÇÃO CÓDIGO DE BARRAS”.	194

INTRODUÇÃO

A difusão da tecnologia da informação em fábricas, escritórios e serviços reacendeu um temor centenário dos trabalhadores de serem substituídos por máquinas e de se tornarem impertinentes à lógica produtivista que ainda domina nossa organização social.

(Manuel Castells, A Sociedade em Rede)

O presente trabalho trata da sociedade da informação e de suas implicações para o mundo do trabalho, da educação e da ética. Seu objetivo geral visa a compreensão, num primeiro momento, da gênese e desenvolvimento da sociedade da informação, destacando sua relevância histórica e possibilitando o entendimento de seu diagnóstico ético. Procura descrever e verificar as principais trilhas do desenvolvimento científico e tecnológico na era da informação, analisando suas implicações sociais, notadamente aquelas voltadas para a compreensão da ética, do trabalho e da educação. Propõe como reflexão crítica a apresentação dos elementos para a construção de uma ética da integração na era do “homem código de barras”.

Trata-se, portanto, de um estudo de natureza histórica e filosófica sobre a sociedade da informação e suas implicações para o universo da moral, da ética, da educação e do trabalho. O fio condutor dessa pesquisa se apóia numa bibliografia específica de acordo com as linhas gerais e os conceitos substanciais desse trabalho. Assim, o arcabouço teórico se sustenta a partir dos conceitos sobre sociedade da informação, formação da sociedade capitalista, crítica à globalização, trabalho e educação, ciência e tecnologia, ética, moral e justiça, democracia e práxis social, e as perspectiva de uma ética da integração na era do “homem código de barras”.

O homem contemporâneo vive uma nova era. A moderna civilização tecnológica transformou o homem num refém de seu próprio destino e também de seu futuro. Há um movimento ascendente, cada vez mais ousado no universo do progresso tecnológico e científico, acenando para as possibilidades infinitas da razão. Concomitantes a esse processo desenham-se novas questões relacionadas à ética e à preservação da vida em todas as suas dimensões. A civilização tecnológica tem em seu poder a possibilidade de planejar seu futuro e destino através da integração ou, ao contrário fazer uso das armas e das ferramentas que são capazes de exterminar a vida definitivamente.

A técnica sempre esteve presente em todos os momentos históricos e em todas as sociedades. Suas aplicações possibilitaram em seu percurso histórico uma significativa melhora na qualidade de vida, na produção de bens de consumo, na organização sistemática do trabalho, bem como no processamento da informação e da comunicação.

A tecnologia deixa suas marcas na alteração do comportamento humano, na perspectiva da avaliação dos preceitos, normas, leis e conduta moral, da avaliação das tradições e dos valores e princípios culturais de cada sociedade. Soma-se a isso sua influência marcante nas transformações das organizações sociais, da economia e das diferenças políticas e culturais. A tecnologia também expõe suas distorções e os perigos de sua manipulação pelo poder público e pelo poder das empresas multinacionais.

Os acontecimentos mais recentes na esfera do mundo globalizado, caracterizado pela internacionalização da economia e da informação, têm marcado o estigma da violência urbana nas grandes metrópoles, do terrorismo internacional, do crime organizado, da fome, da destruição sistemática do meio ambiente, dos recursos naturais e principalmente das raízes culturais dos países mais pobres do planeta.

No âmago das sociedades menos desenvolvidas o reflexo e os efeitos dos problemas acima enumerados marcam uma nova ordem no complexo mundo do direito e das políticas internacionais. O direito à vida desponta como princípio elementar nessa teia de relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Há três princípios primordiais que devem assegurar a dignidade humana, na seguinte ordem: o direito incondicional e universal à saúde, à educação e ao trabalho. Recentemente, tem-se discutido um novo princípio: trata-se do direito do meio-ambiente, da preservação da fauna e da flora, da preservação da biosfera e de todos os seus elementos. Ao contrário do que seria o ideal, a sociedade da informação imprime seu caráter de competição em todos os setores da vida; sistematiza uma nova ordem marcada pelo utilitarismo pragmático e hedonista.

Ao mesmo tempo em que comemora com euforia as descobertas científicas nas áreas de neurociências, biologia molecular, engenharia genética, biotecnologia, física quântica, microeletrônica e sistemas de informação, assiste a expansão das diferenças econômicas e sociais, da intolerância religiosa, das guerras civis e da disputa pelo espaço natural e suas riquezas.

Os elementos da dignidade humana na sociedade da informação se caracterizam pela utopia do acesso democrático e universal à informação, à garantia mínima das condições de acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Somam-se a esses elementos o princípio primeiro e irrestrito do direito à preservação da vida e da integridade física em todas as suas dimensões. Exaltar a existência humana e dignificá-la requer a observância da prática democrática e do direito internacional. A reflexão ética emerge desse cenário implacável e desafiador. Novas questões se impõem a cada instante. A observância dos

elementos da dignidade humana requer um compromisso que enalteça a vida, a existência e a preservação da fauna, da flora, dos recursos naturais e da biosfera.

A indiferença sistematizada diante desse quadro não pode marcar a postura das políticas internacionais, da distribuição de renda, da justiça social, da democracia internacional e dos direitos humanos. Uma exaltação em favor da paz, um tributo à vida e à ética, a elevação da dignidade humana na sociedade da informação será uma constante na medida em que a conscientização e a liberdade da vontade espalharem seus desejos e gritarem numa única voz que o princípio mais sublime apreendido por toda a natureza e pelos homens se traduz na expressão mais nobre e elegante da existência: quero viver!

Mais uma vez, vale ressaltar que o assunto em pauta neste trabalho se refere à sociedade da informação e as suas implicações imediatas no processo da educação, da reflexão ética e da nova realidade presente no universo do trabalho, considerando o contexto da globalização da economia, da informação e da cultura. Além disso, tem-se como centro de estudo o homem da sociedade da informação, entendido aqui como mercadoria, ou seja, a realidade à qual se denomina como a era do **“homem código de barras”**.¹ Todo código representa um conjunto sistematizado de normas ou leis. Também pode ser entendido como um sistema de sinais que carregam em si um certo número de mensagens e informações. O código de barras se refere a uma expressão que designa um conjunto de barras paralelas destinadas a identificar certos números e caracteres passíveis de leitura por máquinas específicas de leitura óptica. A expressão “homem código de barras”, nesse sentido, se refere a um conjunto ordenado e complexo de valores que são atribuídos aos indivíduos que vivem em sociedades desenvolvidas e também naquelas marcadas pelos avanços da economia de mercado e de orientação neoliberal.² Os valores são aqueles que configuram aos indivíduos acesso e prestígio diante dos demais devido à formação pessoal científica e tecnológica em nível superior diante do mercado de trabalho. O

¹ Grifo nosso. Expressão de nossa autoria designada para a compreensão da complexidade dos valores éticos que envolvem o homem da sociedade da informação.

² Ver: Apêndice A – Pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”; Apêndice B: Pirâmide dos valores na era da “nação código de barras”.

“homem código de barras” é identificado no mercado de trabalho e socialmente a partir do conjunto de valores, da agregação de conhecimento científico e competência tecnológica que carrega em sua formação, em seu currículo.

O conceito de sociedade da informação não é novo. Pode-se dizer que o início desse processo de desenvolvimento científico e tecnológico teve sua origem nos Estados Unidos da América, precisamente em fins do ano de 1960. O fator determinante para tal desenvolvimento foi delineado pela revolução das pesquisas e das aplicações comerciais da tecnotrônica³. Importa destacar que a sua aplicação se estende em todos os domínios do conhecimento humano, visto que a partir das tecnologias da informação, todo conhecimento pode se converter na linguagem informacional determinada pelos computadores e seus sistemas. Cabe, portanto, a questão: trata-se de uma nova ideologia? A hegemonia econômica dos países mais ricos se assenta sobre os princípios da tecnotrônica?

Pierre Lévy é filósofo e professor da Universidade de Paris VIII (departamento de hipermídia). Sua obra, *Cibercultura*, traduzida do original *Cyberculture*, por Carlos Irineu Costa. 2.ed.São Paulo: Ed. 34, 2000, trata de temas pertinentes à realidade virtual, comunicação social, ciberespaço, inovações tecnológicas e as relações entre computadores e civilização. Segundo Lévy estamos vivenciando o surgimento de uma transformação radical em todas as culturas, ou seja, estamos na era da *cibercultura*. Trata-se de uma rede digital que conecta tudo e a todos simultaneamente. Essa grande rede é denominada por Lévy como o *ciberespaço*. É a partir do mesmo em que todas as sociedades se integram a uma cultura cibernética e globalizada. No entanto, de que maneira esse novo processo de interconexões digitais alteram diretamente as relações artísticas, culturais, políticas e econômicas entre as nações? O problema, segundo Lévy, é que o ciberespaço encontrou sua vocação no capital, no universo comercial. Assim, os interesses se voltam para o capital e para o lucro de grandes corporações e empresas multinacionais, grandes conglomerados de *softwares* e de

³ A tecnotrônica designa o universo da revolução tecnológica e científica, incorporando as tecnologias associadas ao desenvolvimento da microeletrônica, como é o caso da informática, da inteligência artificial, da robótica industrial, da mecatrônica, das telecomunicações e de outras áreas afins.

entretenimentos. O crescimento vertiginoso do ciberespaço contribui, portanto, para o aumento das diferenças sociais entre as nações. Enquanto os países mais desenvolvidos se beneficiam das redes digitais, os países mais pobres padecem pelas conseqüências de uma *cibercultura* conservadora e reacionária. Mas, de outro lado, o otimismo de Lévy se justifica em função da consideração do ciberespaço como um agente de libertação que possibilita o questionamento do poder político centralizador do Estado e suas políticas de censura. Assim, Lévy (1999), ressalta que:

[...] A partir do século XX, com a ampliação do mundo, a progressiva descoberta de sua diversidade, o crescimento cada vez mais rápido dos conhecimentos científicos e técnicos, o projeto de domínio do saber por um indivíduo ou por um pequeno grupo tornou-se cada vez mais ilusório. Hoje, tornou-se evidente, tangível para todos que o conhecimento passou definitivamente para o lado do intotalizável, do indominável. A emergência do ciberespaço não significa de forma alguma que “tudo” pode enfim ser acessado, mas antes que o Todo está definitivamente fora de alcance. [...]. (LÉVY, 1999, p. 161).

Mas o problema é complexo, pois envolve a sociedade da informação em suas estruturas culturais, éticas, educacionais, de trabalho e de orientação científica e tecnológica. Segundo (MATTELART, 2002, p. 31), “A cada geração técnica será reavivado o discurso salvador sobre a promessa de concórdia universal, de democracia descentralizada, de justiça social e de prosperidade geral”. Mas, o custo dessa integração é muito elevado em termos tecnológicos, principalmente no processo de geração de novas tecnologias da informação e de sua implementação em todos os setores da sociedade, bem como nas indústrias, no comércio e em outros segmentos. Observa-se que o desenvolvimento científico e tecnológico, a partir da sociedade da informação se estruturou com os investimentos maciços em pesquisas financiadas pelos EUA e pelos países desenvolvidos da Europa, além do Japão. Por isso, a partir do pós-guerra esse processo se desenvolve em ritmo cada vez mais acelerado, com o objetivo de espalhar a ideologia e a idéia comum da necessidade de se trazer todas as sociedades – pobres ou não – mas prioritariamente as mais excluídas, à economia

de mercado, à idéia de acesso democrático e universal à informação e à prática da liberdade democrática.

A evidência dos conflitos e da ação moral desordenada instaurada pela competição, exploração e ostentação pelo lucro e prestígio, remete à reflexão sobre as estruturas culturais e o respeito às tradições e à liberdade de escolha de cada indivíduo ou nação. Aristóteles (383-322 a.C.), defende essencialmente a possibilidade de uma ciência sobre aquilo que é real, concreto. Assim, sustenta que é possível o conhecimento acerca do real e do concreto e também das coisas mutáveis a partir de definições e conceitos que, de acordo com seu pensamento, permanecem inalterados. O universo é considerado como um todo ordenado, orientado de acordo com leis constantes e imutáveis. A ordem eterna e imutável rege os fenômenos da natureza, bem como os fenômenos de ordem estética, política e moral. É nesse sentido que Aristóteles (2005), expõe sua tese acerca da moral e do comportamento de cada indivíduo:

[...] Se com razão afirmamos na *Moral* que a existência venturosa é a que segue, sem impedimentos, a senda da virtude, e que a virtude é uma situação intermediária entre dois extremos, segue-se forçosamente que a melhor existência está nessa condição mediana, pois que a mediocridade é possível para qualquer indivíduo. (ARISTÓTELES, 2005, p. 191).

A reflexão ética parte dessa nova realidade das tecnologias da informação e de seus efeitos imediatos para a vida dos indivíduos, de seu trabalho e de sua educação. Esses efeitos tocam diretamente no universo de sua liberdade, individualidade e sobre os princípios culturais de seu meio social. A educação, portanto, representa o elemento primordial para o processo de crescimento, amadurecimento e inserção do indivíduo nessa nova realidade marcada pelas transformações tecnológicas. De tal sorte que a consciência crítica, a sua práxis social, e a sua vontade estejam caracterizadas pela cidadania e não pela mediocridade e submissão.

De maneira que a ética da integração aqui é entendida como uma nova forma de se realizar o entendimento dessa dinâmica. A discussão da ética agora é planetária e não se limita aos modelos racionalistas, empiristas e

historicistas que marcaram a reflexão da sociedade e da ética na França, Inglaterra e Alemanha até recentemente. Um novo paradigma ético está se desenhando no cenário internacional. Trata-se de uma ética do diálogo acerca do possível. É relevante a questão que Mattelart (2002) se impõe quanto à metodologia utilizada pelo centro de poder mundial para manter o domínio da informação. A tese parte do princípio que no cenário internacional pode haver um ou vários sistemas de inteligência responsáveis pela captação, processamento e manipulação das informações mais relevantes que permitem aos seus interessados a superação de seus concorrentes ou rivais em potencial.

Ora, de posse dessa nova ferramenta ou “arma”, esse mesmo sistema inteligente torna-se suficientemente capaz de se antecipar aos movimentos organizados das grandes organizações da sociedade civil, que, segundo Mattelart (2002), potencialmente poderiam interferir ou mesmo impedir os avanços do mercado internacional. Mattelart (2002) sugere que a idéia de liberdade de expressão comercial é a nova ideologia que se espalha em todas as nações. Mas, no que se refere à liberdade individual, ao projeto de construção de expressão crítica dos cidadãos diante dessas transformações em curso, as mesmas são deixadas num plano inferior. Daí o problema da preservação das identidades nacionais e da absorção em massa dos benefícios das tecnologias da informação. Aristóteles identificou com precisão situação semelhante em seu tempo, indicando uma orientação que pode ser comparada àquela praticada pelo grande centro de poder mundial da sociedade da informação. Aristóteles é enfático ao afirmar que:

[...] existindo duas espécies de espectadores, uns homens livres e bem educados, outros grosseiros, artesãos, mercenários e semelhantes, é necessário ainda dar a esses últimos divertimentos e representações aptas a distraí-los. Tanto quanto as suas almas são afastadas do caminho natural, assim as suas harmonias se desviam das regras da arte; [...] Cada qual acha prazer no que se adapta à sua natureza. [...] (ARISTÓTELES, 2005, p. 169).

De toda sorte, a tecnologia conquistou o espaço mundial. Mattelart (2002) a identifica como conquista da “ciberfronteira”, ou mais conhecida como “sociedade global da informação”. Muitos segmentos almejam conferir-lhe um

caráter de verdade, entre eles, “a lábia promocional”, “as proclamações oficiais”, “os manifestos informados”, “os estudos científicos ou semicientíficos”, e a “logística heteróclita de discursos apologéticos”.

No entanto resta a pergunta: de que maneira estabelecer uma grande e satisfatória rede de desenvolvimento de competências em tecnologias da informação e comunicação em todas as nações, principalmente naquelas mais pobres? De que maneira elevar ao nível da discussão essa nova realidade tecnológica e em condições iguais de debate nos países menos favorecidos pelas tecnologias da informação? É nesse sentido que a construção dos elementos de uma ética da integração (conforme será apresentado no capítulo terceiro desse estudo), acena para uma possível solução, na medida em que favorece uma ampla discussão ética e política; e sustenta o desenvolvimento de uma ética da responsabilidade global, atenta à distribuição de renda, à preservação do ambiente natural, ao desenvolvimento sustentável, à liberdade, à prática democrática, ao gerenciamento moderno e sustentável das grandes corporações e ao lucro ético.

A importância desse estudo, bem como sua justificativa se impõe a partir do processo de globalização, marcado pela desigualdade e exclusão social, desemprego estrutural, dominação cultural dos países ricos e se faz notar a partir dos conceitos que nele são incorporados e debatidos, como capitalismo global, ética, inovações tecnológicas e sociedade da informação. Neles, e a partir de seus efeitos, procura-se analisar os fatos concretos e a situação atual que envolve os indivíduos para se apresentar um possível diagnóstico moral e ético desse momento.

No entanto, não se podem ignorar as lacunas, as inconsistências e as controvérsias em torno desse tema. Daí emergem as questões principais e o eixo temático deste estudo: há de fato uma sociedade da informação? De que maneira superar os entraves em torno do processo de globalização e da exclusão social em todos os níveis? Como preservar as identidades diante de uma política econômica global que elege o capital como princípio, em detrimento das culturas e de suas manifestações mais particulares? Qual a possibilidade concreta de se estabelecer

um diálogo entre ciência e tecnologia, isenta de dogmatismos e concepções metafísicas? Há uma saída possível para a construção de uma educação crítica e a consecução do trabalho que garanta a liberdade e a criatividade da pessoa humana? É possível a construção de princípios mínimos para a articulação de uma ética da integração que contemple temas como o meio ambiente, o trabalho, a distribuição de renda, a educação e a identidade cultural? A partir da democracia e da práxis social é possível uma prática educativa libertadora, sem os entraves do capital, do lucro e da exclusão? De que maneira esse processo se concretiza na prática? Diante das tecnologias da informação, o que significa a expressão “homem e nação código de barras?”. O que significa pirâmide dos valores na era do “homem e da nação código de barras?”.

A sociedade da informação é o resultado de uma construção geopolítica. A dinâmica das inovações tecnológicas e o seu reinado imaginário sobre o consumo ofusca essa realidade. Trata-se de um paradigma dominante da mudança que orienta a formulação de programas de ação e de pesquisas científicas e tecnológicas subsidiadas pelos Estados mais ricos, principalmente os EUA e laboratórios das grandes corporações internacionais. O cenário, portanto, é constituído pelo comportamento dos governos mais poderosos, da comunidade científica e precisamente da atuação das empresas globais e de sua expansão pelo globo. Segundo Mattelart (2002), o papel e a responsabilidade das empresas globais na sociedade da informação é o que determina o desenvolvimento da economia e os novos arranjos culturais e o comportamento moral dos indivíduos. Assim, essas empresas dispõem de uma nova lógica para presidirem a reorganização dos modos de se fazer a guerra e de se implantar períodos de paz. A crítica de Mattelart (2002) se concentra na idéia de que essas empresas globais atuam com autonomia e com um modelo particular de verdade, legitimado como o único a ser considerado possível e conseqüentemente racional. Esse fato é histórico:

[...] foi sob a sombra da tese dos fins, começando com o fim da ideologia, que foi incubada, ao longo da Guerra Fria, a idéia da Sociedade da Informação como alternativa aos dois sistemas antagônicos. (MATTELART, 2002, p. 8).

A segunda metade do século XX desenhou um novo cenário na sociedade global espalhando a idéia do poder “miraculoso” das tecnologias informacionais. Contudo, segundo Mattelart (2002):

[...] não se deve esquecer a obra de longo prazo. Testemunha isso o aparecimento precoce da utopia de uma língua universal, muito antes que a língua da informática cristalizasse esse projeto. (MATTELART, 2002, p. 9).

Impõe, por isso a questão: é possível a estruturação de princípios classificatórios de uma linguagem mundial? E, quais seriam suas conseqüências imediatas para as culturas das nações? É possível a idéia do reavivamento do “[...] graal da ‘biblioteca de babel’, tão vasto quanto o universo, englobando todos os pensamentos humanos, abrigo todos os livros possíveis? [...]”. (MATTELART, 2002, p. 9).

O que justifica a envergadura e a pretensão desse estudo na área da filosofia da educação é a crescente preocupação com os temas que envolvem uma postura ética individual e social diante dos efeitos e das conseqüências do progresso tecnológico desordenado, enaltecido pela política agressiva e de competição, característica intrínseca da orientação neoliberal da economia globalizada. Segundo Harvey (2005):

[...] A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como o provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiões do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo). (HARVEY, 2005, p. 151).

Este estudo desdobra-se essencialmente em duas vertentes: a primeira de sustentação histórica, destinado a situar e pontuar os problemas da ética, da tecnologia, da educação, do trabalho e do desencadeamento de suas relações ocorridas a partir do processo da crescente industrialização do mundo

contemporâneo; ⁴ a segunda objetiva utilizar o referencial teórico da filosofia da ética, explicitando para a educação, os principais referenciais e elementos imprescindíveis à construção de uma ética da integração.

Vale ressaltar, porém, o espírito filosófico deste estudo e a intuição em apresentar uma reflexão acerca desse momento histórico, pois, como ressaltou Bergson, “a intuição comporta muitos graus de intensidade, e a filosofia graus de profundidade; mas o espírito que teremos reconduzido à duração real viverá já da vida intuitiva e o seu conhecimento das coisas será já filosofia”. (BERGSON, 1994, p. 63).

De fato, há um crescente interesse pelo assunto atestado pela volumosa bibliografia que aborda diferentes temáticas no universo da ética, a saber: bioética, ética profissional, ética empresarial, ética na política, ética do meio-ambiente etc. No entanto, a abordagem que se tem por objetivo específico neste estudo não é o de apresentar um manual teórico da ética, tampouco explicar a conceituação teórica do termo no contexto histórico da filosofia. Resta a indagação de (MATTELART, 2002, p. 173): “[...] A sociedade das redes está longe de ter colocado um fim ao etnocentrismo dos tempos imperiais. Em vez de resolver o problema, a tecnologia o desloca. [...] como conceber e colocar em ação outros modelos de desenvolvimento?”.

A sustentação teórica deste estudo se concentra em pesquisas bibliográficas definidas a partir da estrutura que o trabalho apresenta. Assim, sobre os temas pertinentes à sociedade da informação, sua gênese e desenvolvimento: relevância histórica e diagnóstico ético tem-se as seguintes obras. Primeiramente destaca-se Armand Mattelart, professor de ciências da informação e da comunicação na Universidade de Paris-VIII, autor de História da sociedade da informação, obra traduzida do original francês: *Historie de la société de l'information*, por Nicolás N. Campanário. São Paulo: Loyola, 2002. Esta obra se destaca pela crítica acerca da sociedade da informação e também pelo discurso

⁴ Trata-se, também, de resgatar o sujeito histórico da sociedade da informação. Cabe a apresentação dos efeitos e das principais consequências de uma orientação ética voltada para o individualismo, competição, utilitarismo e hedonismo.

corrente que sustenta sua inevitabilidade. Além disso, chama a atenção para a idéia e a discriminação das promessas de uma sociedade cada vez mais solidária e democrática em função daquilo que se apregoa como consequência natural da sociedade estruturada a partir das tecnologias da informação. No entanto, destaca que ela se trata de um projeto político elaborado a partir de uma minoria hegemônica que agora se pauta na ideologia de que todas as sociedades serão beneficiadas nesse processo. Ainda mais, se apóiam na estrutura da grande rede mundial de computadores (a Internet), como justificativa para a integração entre as economias e as culturas. Entretanto, essa integração permanece como promessa, alimentando o imaginário das culturas mais pobres.

Mattelart entrevê que o discurso político mundial agora se assenta sobre a sociedade global da informação, denominada por ele como uma nova aposta geopolítica, uma nova forma de hegemonia e controle. A estruturação desse novo modelo começou nos Estados Unidos da América, em fins de 1960, a partir daquilo que se convencionou denominar como revolução tecnocrônica. Em outros termos, os princípios da hegemonia global se sustentam sobre as bases da tecnocrônica. Mas, para que essa nova hegemonia encontrasse sua justificativa, ela se apoiou sobre as estruturas do mercado e do capital, princípios que sustentam o desenvolvimento das políticas de orientação neoliberal. Qual é a dinâmica dessa nova realidade? Segundo Mattelart, os sistemas de inteligência mundial se alimentam a partir da estruturação de informações privilegiadas que permitem concorrer com seus competidores e principalmente antever as manifestações sociais que possam interferir no avanço do mercado, de suas tecnologias e interesses. A consciência crítica dos cidadãos e a sua liberdade de expressão são sufocadas pela hegemonia dos mercados internacionais, sustentados pelas tecnologias da informação e pelo discurso de acesso de todas as sociedades à democracia do mercado sem barreiras, totalmente globalizado.

Na mesma direção Manuel Castells se destaca pela sua trilogia: A sociedade em rede, O poder da identidade, Fim de milênio. Manuel Castells nasceu na Espanha em 1942 e desde 1979 é catedrático de Sociologia e Planejamento Urbano e Regional na Universidade da Califórnia, Berkeley. Desempenhou também

atividades como professor na École Pratique des Hautes Études em Sciences Sociales em Paris, além de catedrático e diretor do Instituto de Sociologia de Novas Tecnologias da Universidade Autônoma de Madri, bem como de professor do Conselho Superior de Pesquisas Científicas em Barcelona. O primeiro volume de sua trilogia – A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura, obra traduzida do original: *The rise of the network society*, por Roneide V. Majer, com a colaboração de Klauss B. Gerhardt. 8ª. edição totalmente revista e ampliada. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999, tem como objetivo apresentar a nova dinâmica social e econômica da sociedade da informação. Castells se concentra na abordagem da sistematização da economia globalizada, caracterizada pelo fluxo cada vez mais intenso de informações, capital internacional e comunicação entre as diferentes culturas. A conjunção desse fluxo contínuo é o responsável pela regulação e o condicionamento simultâneo da produção, distribuição e consumo internacionais. Assim, estas redes possuem cada vez mais a capacidade de construir culturas distintas, além de se situarem distantes das regulamentações de cada nação. Para Castells, o problema se concentra no poder de controle daquelas nações que detêm as novas tecnologias do fluxo de informações por causarem uma dependência centralizada dos países mais pobres em relação a essas tecnologias de ponta. O autor adverte sobre o ritmo acelerado das descobertas científicas e tecnológicas e de suas aplicações no universo da informação, da economia e das culturas.

O texto de Castells também evidencia os efeitos do processo de globalização, que, além de marginalizar as nações mais pobres, agora se apropria das tecnologias da informação para deixar à mercê desse processo povos e nações, sempre excluídos das redes informacionais. Nos países mais ricos a produção tende a se concentrar numa faixa instruída da população marcada com uma idade entre 25 e 40 anos. A consequência de tal orientação é a flexibilização do trabalho, uma sociedade com estruturas nitidamente segmentadas, além da individualização da mão-de-obra. Castells também investiga os impactos das transformações científicas e tecnológicas nas concepções da vida nas cidades, da política globalizada, na cultura das novas mídias, além da concepção do tempo.

A segunda obra da trilogia, O poder da identidade – A era da informação: economia, sociedade e cultura, traduzida do original: *The power of identity*, por Klauss B. Gerhard. 5ª. edição. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2006, Castells aborda temas relevantes sobre a globalização e a identidade, destacando principalmente a desagregação étnica na sociedade em rede, os movimentos sociais contra a nova ordem global, o movimento ambientalista, o fim do patriarcalismo, a globalização e o Estado, a política informacional e a crise da democracia. A sociedade em rede é fruto da revolução das tecnologias da informação e principalmente da reestruturação e adequação do capitalismo a esse novo paradigma. As consequências imediatas dessa nova realidade se traduzem na globalização dos mercados estratégicos, na flexibilidade do trabalho e de sua instabilidade, além da emergência de uma cultura baseada nas tecnologias virtuais. Segundo Castells, com o desenvolvimento e transformação do capitalismo e também com o declínio do estatismo, originou-se como significativa expressão movimentos de identidade coletiva. A importância dessas identidades se revela a partir de sua resistência ao processo de globalização em favor da preservação da singularidade das culturas, de um controle ordenado sobre a própria vida e dos aspectos que envolvem a preservação do meio ambiente. O problema, segundo Castells, se apresenta a partir do conflito entre os movimentos ativistas, (tendo como seus personagens o feminismo e o ambientalismo), e os movimentos conservadores. Enquanto os primeiros sustentam a transformação das relações humanas naquilo que é essencial (a preservação da vida, da cultura e do meio ambiente), os conservadores se apresentam em defesa e resistência, apoiando-se em categorias que se justificam em favor das etnias, da família e das nações, da localidade e até mesmo em nome de Deus. Assim, os elementos básicos da existência estão ameaçados pelas políticas das novas tecnologias da informação e de suas orientações econômicas e também dos movimentos sociais. Isso porque ambos utilizam a mídia para justificarem e propagarem seus objetivos. Diante dessa tensão, o papel do Estado é reavaliado, bem como os princípios da democracia e da política.

A última obra da trilogia – Fim de milênio – A era da informação: economia, sociedade e cultura, traduzida do original: *End of millennium*, por Klauss B. Gerhard e Roneide V. Majer. 3ª. edição, V.3. São Paulo: Paz e Terra, 2002, desenvolve questões que tratam especificamente sobre o capitalismo informacional, a pobreza, a exclusão social, a crise do estatismo industrial, a economia do crime global, o desenvolvimento e a crise na região do Pacífico Asiático, e a unificação da Europa. Analisa fundamentalmente as mudanças sociais que ocorreram a partir da interação entre as redes e a identidade, destacando o colapso da União Soviética, o crescimento da pobreza urbana, a globalização do crime organizado, a exploração de menores, o crescimento da desigualdade e da exclusão social.

A justificativa da escolha dessas obras se justifica pela abordagem de grande relevância sobre temas pertinentes para a apresentação deste estudo, tais como as relações entre tecnologia da informação e os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, a estruturação das redes de informação, as relações entre tecnologia e civilização, história social e econômica, além dos temas relacionados aos movimentos sociais e à identidade social.

Além da trilogia de Castells e da obra de Mattelart, há o estudo de Gilberto Dumas. Sua obra, *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2ª. edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2001. Esta obra também é de importância para este estudo por apresentar uma sistematização sobre os aspectos morais e éticos do capitalismo e também das inovações tecnológicas decorrentes da sociedade da informação. Dumas é coordenador da Área de Assuntos Internacionais e membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Sua obra se dedica ao estudo de temas ligados à globalização, ao emprego, à dinâmica das cadeias produtivas. Enfatiza seus efeitos diante das contradições pertinentes ao progresso e dos avanços tecnológicos, além dos problemas sobre legitimidade e dos desafios éticos provenientes do capitalismo global, seu atual ciclo de acumulação e contradições. A partir daí, Dumas entende a tecnologia da informação associada à hegemonia

norte-americana, destacando o mito do progresso, a sociedade-espetáculo e a armadilha das técnicas na sociedade-espetáculo. Diante desse diagnóstico estabelece uma reflexão voltada à busca de uma ética para os novos tempos, destacando o papel dos pragmatistas, a distinção entre moral e prudência e as relações entre sociedade e a legitimidade da ciência restaurada por uma nova hegemonia.

No sentido de apresentar dados específicos sobre a sociedade da informação, será utilizada a obra: *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*, organizada por Tadao Takahashi. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Este estudo se destaca por apresentar temas pertinentes às tecnologias de informação e comunicação, internet (seus conteúdos, universalização e serviços), infra-estrutura de informação, comércio eletrônico, educação para a cidadania, pesquisa e desenvolvimento, aspectos da nova economia e políticas nacionais.

A elaboração da segunda parte deste estudo, que trata em especial das trilhas do desenvolvimento científico e tecnológico na era da informação e suas implicações sociais – ética, trabalho e educação, tem sua articulação teórica a partir dos conceitos que envolvem a sociedade capitalista e sua formação. A abordagem dos conceitos sobre ciência e tecnologia, globalização, trabalho, educação e perspectivas para a construção dos elementos de uma ética da integração se sustentam a partir de um arcabouço teórico-bibliográfico bem definido. Assim, sobre a formação da sociedade capitalista e suas implicações econômicas, culturais, sociais e políticas, fez-se a opção aqui pelos estudos de Eric J. Hobsbaw. Considerado um dos expoentes da análise histórica e de seus movimentos, Hobsbaw nasceu na cidade de Alexandria, Egito, em 9 de junho de 1917. Trata-se de um historiador marxista com reconhecimento internacional. Realizou seus estudos em Viena, Berlim, Londres e Cambridge. Além de ter exercido a docência como professor visitante em diversas Universidades da Europa e da América, lecionou até a sua aposentadoria no *Birkbeck College*, da Universidade de Londres. Além de membro do conselho universitário (*fellow*) da *British Academy* e da *American Academy of Arts and Sciences*, tem se dedicado à cátedra na *New School for Social Research*, na cidade de Nova York.

Primeiramente, *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, traduzida do original: *Age of extremes: the short twentieth century: 1914-1991*, por Marcos Santarrita, com revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Esta obra se destaca especialmente pela temática que envolve a história da civilização moderna no século XX, a era da catástrofe, a era de ouro e o desmoronamento. Outra obra também de suma importância, *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*, traduzida do original: *Worlds of labour – Further studies in the history of labour*, por Waldea Barcellos e Sandra Bedrar, com revisão técnica de Edagar de Decca e Michael Hall. 3ª. edição revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Esta obra se destaca particularmente pelos temas sobre a história operária e ideologia, a consciência de classe, o operariado e o os Direitos Humanos. Será utilizada ainda, *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*, obra traduzida do original em inglês: *Politics for a rational left*, por Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Esta obra, muito embora se concentre no estudo sobre a história e a condição do trabalho na Grã-Bretanha, ressalta tópicos de alcance geral, como a emancipação da humanidade e propostas para uma sociedade boa. Finalmente, o livro que traz a entrevista de Hobsbaw à António Políto: *O novo século*, traduzido do original italiano: *Intervista sul nuovo secolo* para o inglês por Allan Cameron e traduzido do inglês para o português e cotejo com a edição italiana por Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Nesta entrevista, Hobsbaw enfatiza temas como guerra e paz, o declínio do império Ocidental, *homo globalizatus* e o que restou da esquerda. A opção por essas obras de Hobsbaw evidencia uma preocupação em fundamentar a dinâmica da sociedade capitalista a partir de uma reflexão concreta, baseada em fatos e numa metodologia de orientação marxista.

Os temas e conceitos relacionados à crítica da globalização, às relações entre ciência e tecnologia, ao trabalho e à educação se baseiam numa bibliografia articulada entre as seguintes obras. Primeiramente, *O fim da utopia*, de Herbert Marcuse, obra traduzida do original alemão *Das ende der utopie*, por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. Nesta obra, que se

constitui num texto proveniente de uma gravação sonora do encontro organizado pelo Comitê Estudantil da Universidade Livre de Berlim Ocidental, em junho de 1967, é de grande relevância o tema sobre moral e política na sociedade opulenta, além do problema da violência na oposição. Outra obra de Marcuse a ser utilizada neste estudo, *Razão e revolução: Hegel e o advento da Teoria Social*, traduzida do original inglês: *Reason and revolution*, por Marília Barroso. 5^a. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Aqui se ressalta a segunda parte da obra por tratar do advento da teoria social, em especial dos fundamentos da teoria dialética da sociedade (Marx e o trabalho alienado, e a dialética marxista). Também será utilizada a obra *Eros e Civilização*. 8^a. edição. São Paulo: LTC, 1999; e *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Os temas pertinentes à educação e à sua constelação conceitual seguem a orientação, inicialmente, da obra de Theodor W. Adorno: *Educação e Emancipação*, traduzida do original alemão: *Erziehung zur Mündigkeit, Vorträge und Gespräche mit Hellmut*, por Wolfgang Leo Maar. 3^a. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Além dessa obra, será utilizado o título: *Adorno: o poder educativo do pensamento crítico*. 2^a. edição. Petrópolis, Vozes, 2000. Esta obra apresenta comentários precisos sobre o pensamento de Adorno. Os autores são todos doutores em Educação, entre eles, Antônio A.S. Zuin, Bruno Pucci e Newton Ramos-de-Oliveira. Uma abordagem crítica sobre a educação também é encontrada na obra de István Mészáros, *A Educação para além do capital*, traduzida do original: *Education Beyond Capital*, por Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. Esta obra aborda temas pertinentes à educação e seus aspectos econômicos, ao capitalismo, à democracia e as relações entre educação e Estado. Propõe a necessidade do rompimento com a lógica do capital para a estruturação de um modelo educacional inovador e crítico. Os debates em torno do conceito de educação, globalização, ética e pós modernidade têm como referencial bibliográfico duas importantes obras: a primeira, *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*, organizada por José C. Lombardi. 2^a. edição revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003; a segunda obra, *Ética e educação: reflexões*

filosóficas e históricas, organizada por José C. Lombardi e Pedro Goergen. Campinas,SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. Ambas as obras trazem textos relevantes de professores da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, entre eles, Dr. César A. Nunes, Dr. José Claudinei Lombardi, Dr. Silvio S. Gamboa, Dr. José L. Sanfelice, Dr. Pedro Goergen entre outros.

A elaboração da terceira e última parte deste trabalho, que trata dos elementos de uma ética da integração na era do “homem código de barras”, enfatizando os conceitos de moral, ética, trabalho, justiça, práxis social, identidade e integração, sustenta-se a partir de uma bibliografia específica, conforme segue. Num primeiro plano, as obras de Jürgen Habermas: Consciência moral e agir comunicativo, obra traduzida do original alemão: *Moralbewusstsein und kommunikatives handeln*, por Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1989; Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas, obra organizada por José C. de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Esta obra se destaca pelos temas que abarcam o problema da volta ao historicismo e das reflexões sobre o pragmatismo; Técnica e ciência enquanto “ideologia”. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores). Paralela às obras de Habermas, também será utilizada a obra de John Rawls, O liberalismo político, com tradução de Dinah de Abreu Azevedo e revisão da tradução por Álvaro de Vita. 2ª. edição. São Paulo: Ática, 2000. Ainda serão abordadas as obras de Gilles Lipovetsky, entre elas, A sociedade da decepção, com tradução do original francês: *La société de déception*, por Armando B. Ara, entrevista coordenada por Bertrand Richard. Barueri,SP: Manole, 2007. Esta obra concentra uma reflexão em torno do “espiral da frustração”, da “consagração e descrédito da democracia”, e de “uma esperança sempre renovada”; A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo, obra traduzida do original francês: *L'ère du vide. Essais sur L'individualisme contemporain*, por Terezinha M. Deutsch. Barueri,SP: Manole, 2005; A sociedade pós-moderna: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos, obra traduzida do original francês: *Le*

crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques, por Armando B. Ana. Barueri, SP: Manole, 2005.

Também será utilizada como referencial histórico e conceitual sobre a moral e a ética, a obra de Adolfo Sánchez Vasquez, *Ética*, traduzida por João Dell'Anna. 3^a. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Também é relevante para esta parte do trabalho, a obra de Henrique C. de Lima Vaz, *Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999. Finalmente, a obra de Henrique Dussel, *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*, traduzida do original espanhol: *Ética de la liberación – en la edad de la globalización de la exclusión*, por Ephraim F. Alves, Jaime A. Claser e Lúcia M. E. Orth. 2^a. edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

Vale ressaltar que além dessa bibliografia de sustentação histórica e filosófica, no decorrer deste estudo serão apontados outros estudos e autores que, embora não constem desta relação acima indicada, também apresentam contribuições significativas para a elucidação do problema a que este trabalho se propõe entender. Diante do exposto, o objetivo deste estudo se desdobra na apresentação de três capítulos. O primeiro visa descrever e verificar a gênese e o desenvolvimento da sociedade da informação, sua relevância histórica e um possível diagnóstico ético desse novo momento. Esta primeira parte remete à leitura e discussão entre o pensamento de Castells, Mattelart e Dupas acerca da sociedade da informação. O segundo capítulo tem por objetivo investigar e analisar as implicações sociais: ética, trabalho e educação no contexto das tecnologias da informação global. Nesta parte, em especial, apresenta-se a articulação do pensamento de Marcuse, Hobsbaw e Adorno. O terceiro capítulo objetiva a construção de uma proposta crítica que contribua para a discussão dos elementos de uma ética da integração na era do “homem código de barras”. Sugere, a partir da discussão entre o pensamento de Habermas, Rawls, Dussel, Lima Vaz, Vasquez e outros, uma possível superação da sociedade capitalista, a partir de uma produção cooperativa (socialista), em torno do conceito de *omnilateralidade*, de perspectivas éticas que envolvam o diálogo e a crítica, a responsabilidade, a liberdade e o complexo valorativo da sociedade, da cultura e da educação.

Apresenta como síntese a construção da pirâmide dos valores (axiologia) na era do “homem e da nação código de barras”.

CAPÍTULO 1

GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: RELEVÂNCIA HISTÓRICA E DIAGNÓSTICO ÉTICO

À saga tecnológica da conquista do espaço seguiu-se uma outra grande narrativa: a conquista da ciberfronteira. A primeira originou o clichê “aldeia global”. A segunda já cunhou a denominação “sociedade global da informação”.

(Armand Mattelart, História da sociedade da informação)

Este capítulo tem por objetivo apresentar a gênese e o desenvolvimento da sociedade da informação, considerando a complexidade das pesquisas científicas e de suas aplicações tecnológicas nas áreas da microeletrônica, informática, telecomunicações, engenharia genética e biotecnologia. Ressalta os principais problemas que acompanham esse processo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, no contexto da globalização da economia, da informação e da cultura, além de suas implicações para o universo do comportamento moral humano.

1.1. Ambiente: o conceito de sociedade da informação, seu percurso histórico e implicações éticas

De acordo com Castells (1999), todas as sociedades se organizam através de processos que se estruturam a partir de relações históricas determinadas pelo modo de produção, experiência e manifestação do poder. De tal sorte que as instituições sociais se originam com a finalidade de estabelecerem relações de poder para determinados períodos históricos, incluindo o controle, o limite e os contratos sociais que advém das lutas pelo poder. Nesse contexto, a produção se organiza em relações de classe. Estas são as responsáveis pela definição do processo em que apenas alguns indivíduos, de acordo com a sua posição neste processo de produção, são capazes de decidirem a divisão e a destinação dos produtos em relação ao consumo e aos investimentos. O poder se sustenta a partir do Estado. A comunicação simbólica que os homens estabelecem entre si e também o relacionamento que estes mantêm com a natureza, a partir da produção, poder e experiência, toma forma definida com o decorrer da história em espaços geográficos definidos, gerando, dessa maneira, as culturas e identidades coletivas. A produção apresenta elementos de complexidade porque seus personagens são internamente diferentes. Assim, a relação estabelecida entre a mão-de-obra e a matéria no desenvolvimento do trabalho, requer o uso de certos tipos de produção para exercer uma ação sobre a matéria através do emprego da energia, informação e determinados conhecimentos. Portanto, a tecnologia se manifesta como a forma peculiar dessa relação. O produto resultante do processo produtivo é utilizado pela sociedade através do consumo e do excedente. As estruturas sociais, dessa forma, determinam as regras de apropriação, distribuição e uso desses excedentes. São essas regras que definem os modos de produção e tais modos são os responsáveis pela definição das relações sociais de produção, culminando na estruturação de classes sociais de acordo com o seu contexto histórico.

Ainda segundo Castells (1999), no capitalismo, a divisão entre os produtores e seus meios de produção, a transformação do trabalho em *commodity* (mercadoria, utilidade) e também a posse privada desses meios de produção, através do controle do capital, ou seja, do excedente transformado em *commodity*, é o que determina a dinâmica da apropriação e distribuição dos excedentes pelos detentores do capital. O objetivo do capitalismo é a maximização do lucro, ou, em outros termos, o acúmulo crescente do excedente apropriado pelo capital, a partir do controle privado dos meios de produção e circulação. São as relações sociais de produção, bem como o modo de produção que determinam o uso e a apropriação dos excedentes produzidos numa determinada sociedade. Os níveis de produtividade, dessa forma, dependem da relação que se estabelece entre a mão-de-obra e a matéria, determinados pela utilização de conhecimento e de energia. Todo esse processo se caracteriza a partir das relações técnicas de produção, responsáveis pela definição dos modos de desenvolvimento.

No modelo de desenvolvimento industrial, segundo Castells (1999), o que determina a fonte de produtividade é a introdução de novas fontes e recursos energéticos e principalmente a capacidade de descentralização da utilização dessa energia ao longo dos processos de produção e circulação. Com isso, chega-se à sociedade da informação. No modo informacional de desenvolvimento, toda a fonte de produtividade se encontra na tecnologia capaz de gerar conhecimentos e de processar informações e comunicações de símbolos. No entanto, não se pode deixar de considerar que conhecimento e informação se constituem em elementos determinantes em todos os modos de desenvolvimento, pois o processo produtivo se assenta sobre alguma forma de conhecimento e processamento de informação. Assim, a ação dos conhecimentos produzidos sobre si mesmos é o que determina o modo informacional de desenvolvimento. Todo processamento da informação objetiva a melhoria da tecnologia para se processar a informação como fonte de produtividade. Trata-se de um círculo vicioso, que, segundo Castells (1999) se caracteriza pela interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a própria aplicação da mesma tecnologia para implementar a geração de novos conhecimentos e o conseqüente processamento

de novas informações. O industrialismo tem como finalidade o crescimento da economia, a maximização da produção e do lucro. Já o informacionalismo tem por objetivo o desenvolvimento tecnológico, a contínua acumulação de conhecimentos e conseqüentemente níveis mais complexos no processamento das informações. Castells (1999), conclui que a corrida pela obtenção de conhecimentos e informações é o que caracteriza a função da produção tecnológica no processo informacional. “[...] há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. Portanto, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social”. (CASTELLS, 1999, p. 54). A reestruturação do capitalismo foi determinada pela inovação tecnológica e principalmente pela transformação das organizações que se tornaram mais flexíveis.

O conceito de sociedade da informação compreende a sistematização de um conjunto de transformações científicas e tecnológicas impulsionadas pelo desenvolvimento da microeletrônica, da informática e de suas tecnologias associadas, notadamente a partir do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos da América despontaram como centro de pesquisas avançadas nas áreas de tecnologias da informação no cenário mundial.⁵

O aperfeiçoamento contínuo da microeletrônica, bem como da informática trouxe consigo a expansão das tecnologias de comunicação e informação através das telecomunicações via satélite, telefonia fixa e móvel (celular), e da expansão da Rede Mundial de Computadores - a Internet – por todo o globo. Concomitante a esse processo, outras aplicações dessas tecnologias se espalharam para o universo da robótica industrial, da mecatrônica, do desenvolvimento da biotecnologia, da biologia molecular, da engenharia genética, da química fina e de outras ciências aplicadas.

⁵ Sobre esse tema ver as seguintes obras: 1) MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002. 2) CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v.1. Trad. Roneide V. Majer; Jussara Simões. 8 ed. rev. amp. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

No entanto, a sociedade sempre presenciou momentos de transformações constantes em seu percurso histórico. Assim, as descobertas científicas e o desenvolvimento das tecnologias sempre se constituíram em instrumentos imprescindíveis para que essas transformações ocorressem. Mas, o desafio constante de transformar determinados benefícios científicos e tecnológicos em favor do bem-estar da humanidade representa a discussão principal no universo da sociedade da informação. No sentido de compreender os novos sujeitos e processos históricos, é importante retomar as reflexões estabelecidas por Hobsbawm em sua obra: *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*.

De acordo com Hobsbawm, a destruição do passado é uma marca do final do século XX. A juventude não se interessa pelo passado público, pois, ao que parece, vive apenas o momento presente, o que faz lembrar a expressão de Marcuse sobre o homem unidimensional, aquele que não comporta em si nenhum momento de contradição. Sua vida apenas é uma resposta ao imediato e à circunstância específica de seu momento histórico. Vivemos, portanto, uma nova era? Segundo Hobsbawm o século XX se trata de um tempo de experiências do extremo e da brevidade, contrário ao que se presenciou no longo século XIX. O que caracteriza o breve século XX são as incertezas, catástrofes e crises, um momento de decomposição daquilo que o século anterior construiu. O século XX divide-se em três eras: a primeira é marcada pela catástrofe das duas grandes guerras mundiais e também pelas marcantes transformações oriundas da revolução global, pela possibilidade que o sistema econômico e político da então União Soviética entrevia como possível alternativa histórica para o sistema capitalista, além da crise econômica de 1929; a segunda era é entendida como os anos dourados, período que se estende entre os anos de 1959 até 1970. Sua característica marcante é a estabilização do sistema capitalista, marcada pela expansão da economia mundial e pelas expressivas transformações sociais. Nota-se que esse período coincide com os avanços nas pesquisas relacionadas às modernas tecnologias da informação nos Estados Unidos da América; o último período, que se estende de 1970 até 1991 assiste ao desmoronamento dos

sistemas institucionais, cede lugar às incertezas políticas e se edifica sobre a irresponsabilidade dos teóricos da ortodoxia econômica, além de acenar para as incertezas sobre o futuro, pois, como disse (HOBSEBAWN, 2007, p. 26) “O velho século não acabou bem”.

A Era de Ouro foi marcada pelo extraordinário crescimento econômico e pelas profundas transformações sociais, que segundo Hobsbawn (2007), não pode ser comparada em termos de brevidade com qualquer outro período histórico. O período que se estende de 1970 até 1991 é marcado pelas crises, incertezas e processo de decomposição. Mas, para o continente Africano, a extinta União Soviética e países socialistas da Europa àquela época esse período pode ser considerado como uma catástrofe. “[...] o breve século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. [...] A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história”. (HOBSEBAWN, 2007, p. 16).

A Primeira Guerra Mundial assinala o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Segundo Hobsbawn tratava-se de uma sociedade capitalista em termos econômicos e liberal em sua condição legal e constitucional; marcada pela burguesia e eufórica com os avanços provenientes da ciência, do progresso no campo da moral e material, bem como da educação e do conhecimento em geral. Uma sociedade que via a Europa como a centralizadora e berço das revoluções advindas da ciência, da política, das manifestações artísticas e principalmente dos avanços da indústria. Uma Europa habitada com um terço da população mundial e representada pelos seus maiores Estados como detentores hegemônicos do sistema político mundial.

Hobsbawn (2007) entende que o período da Era de Ouro é o único momento em que a história presencia a manifestação de uma única economia mundial, marcada pela integração e universalidade, suficientemente capaz de se sobrepor às ideologias e barreiras de Estados. Entretanto, Hobsbawn adverte que:

Na década de 1980 e início de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. (HOBSEBAWN, 2007, p. 19).

O cenário do final do Breve Século, portanto, é marcado pelas incertezas nos campos da economia e das políticas mundiais. Mais ainda, pelas crises pertinentes às estruturas sociais e da conduta moral. Trata-se também de uma crise das crenças: “[...] crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo [...]”. (HOBSEBAWN, 2007, p. 20). Presencia-se um paradoxo, pois, de um lado alimentava-se a idéia de que o progresso material, sustentado pelos avanços científicos e tecnológicos, seria suficientemente capaz de se reverter em benefício para a humanidade; de outro, tanto a opinião pública e outros segmentos da sociedade, entre eles pretensos pensadores do Ocidente, como afirma Hobsbawn, passaram a rejeitar sistematicamente esse novo momento. Para Hobsbawn (2007), trata-se de uma crise moral de alcance maior, pois afetou diretamente as estruturas históricas que envolvem as relações humanas. O fim do século XX é marcado essencialmente pela desigualdade. Nos ex-países socialistas a desigualdade se torna mais acentuada em meio a uma já existente igualdade de pobreza, segundo Hobsbawn (2007).

Assim, (HOBSEBAWN, 2007, p. 22), se impõe a seguinte questão: “Por que, então, o século terminara não com uma comemoração desse progresso inigualado e maravilhoso, mas num estado de inquietação”. Sua resposta é enfática, pois esse foi o século mais assassino de que se tem registro histórico, o século marcado pelo volumoso número de catástrofes humanas, incluindo as mais intensas fomes que a humanidade já presenciou e a crueldade dos genocídios sistemáticos. Em resumo, o que caracteriza o fim do século XX é a tensão existente entre o processo de globalização marcado pela velocidade de suas transformações e também pela incapacidade das instituições sociais e do próprio

homem de se adaptarem a essa nova realidade. O efeito de tal orientação se faz presente no comportamento social:

Essa sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocentrados sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer ou seja lá o que for), estava sempre implícita na teoria capitalista. [...] Marx e os outros profetas da desintegração dos velhos valores e relações sociais tinham razão. O capitalismo era uma força revolucionadora permanente e contínua. [...]”.(HOBSBAWN, 2007, p. 25).

Manuel Castells (1999), em sua obra – A sociedade em rede – destaca que:

[...] a nova tecnologia da informação está redefinindo os processos de trabalho e os trabalhadores e, portanto, o emprego e a estrutura ocupacional. Embora um número substancial de empregos esteja melhorando de nível em relação a qualificações e, às vezes, a salários e condições de trabalho nos setores mais dinâmicos, muitos empregos estão sendo eliminados gradualmente pela automação da indústria e de serviços. (CASTELLS, 1999, p. 315).

A sociedade do século XXI parece conviver com as características de um novo paradigma econômico e tecnológico. Mas há que se ressaltar o problema que envolve as concepções evolucionistas e deterministas das mudanças sociais, que consideram o desenvolvimento e as diferenças como características próprias de cada momento histórico. Portanto, passíveis apenas de correções.

Todas as culturas, nessa direção, convivem com as promessas da sociedade da informação. Assim, o que especificamente justifica o sacrifício da sociedade no processo de edificação desse novo modelo? De fato, quais os avanços concretos que a mesma representa para a vida dos indivíduos e da coletividade? De que maneira proporcionar um maior desenvolvimento dos conhecimentos gerados pelas novas tecnologias? Ainda mais: de que forma inserir a população mundial para constantes processos de aprendizagem e mudanças oriundas dessas tecnologias da informação?

Castells (1999), observa que:

[...] Qualificações educacionais cada vez maiores, gerais ou especializadas, exigidas nos cargos requalificados da estrutura ocupacional segregam ainda mais a força de trabalho com base na educação, que, por si só, é um sistema altamente segregado, porque grosso modo corresponde institucionalmente a uma estrutura residencial segregada. A mão-de-obra desvalorizada, em particular nos cargos iniciais de uma nova geração de trabalhadores formada por mulheres, minorias étnicas, imigrantes e jovens, está concentrada em atividades de baixa qualificação e mal pagas, bem como no trabalho temporário e/ou serviços diversos. (CASTELLS, 1999, p. 315).

Por isso a expressão “homem código de barras”, aquele que obtém seu valor de mercado a partir da agregação de conhecimento científico e tecnológico, além de competência, interatividade, criatividade e integração. As novas tecnologias afetam diretamente o contexto das relações de produção e de trabalho, indicando a formação de um cenário competitivo, agressivo, individualista e de exclusão social, conforme pode ser observado na construção da pirâmide dos valores na era do “homem e da nação código de barras”. A educação, nesse contexto, transforma-se em mercadoria a ser editada e a determinar o nível de prestígio e sucesso dos indivíduos inseridos no contexto das tecnologias da informação e de suas oportunidades.

Hobsbawn (1991), em sua obra: Estratégias para uma esquerda racional, ataca de maneira severa a busca descontrolada de vantagens que visam a satisfação de poucos indivíduos e grupos minoritários que detém o poder. Essa busca se processa através do mercado, produzindo resultados catastróficos e anti-sociais. Há, portanto, a necessidade urgente de um novo controle do processo de gerenciamento públicos e de um novo comando no planejamento dos negócios que envolvem assuntos de ordem econômica. Dessa maneira:

[...] se Marx estivesse vivo para ver o mundo do final do século XX, teria modificado algumas de suas idéias. Mas também, com certeza, se ele tivesse vivido na época em que a produção descontrolada e sem planejamento de valor-de-troca, principalmente em alguns poucos países capitalistas desenvolvidos, colocou o próprio ambiente físico do globo em perigo imediato, e com isso a vida humana como um todo, Marx encararia esse quadro todo como um

fortalecimento de causa, para uma necessária substituição desse sistema por um outro – ou por um mergulho numa era das trevas. (HOBSEBAWN, 1991, p. 13).

Nota-se, portanto, os desafios de se concretizarem programas de pesquisa em sociedade da informação, dos critérios e levantamentos de seus custos, do acesso público, democrático e universal às tecnologias da informação e principalmente da universalização da educação. Daí resulta a indagação: será que nas últimas décadas os benefícios provenientes das pesquisas em tecnologias de informações e comunicações (TIC's) têm se expandido de forma satisfatória para grande parte da população mundial? Assim, a universalização de acesso às TIC's é apenas mais uma utopia no contexto do desenvolvimento de uma nova tecnologia?

Segundo Hobsbawn (2000,b), o século XXI ainda marcará, sob o ponto de vista tecnológico, as façanhas do gênio humano. Em termos econômicos esse século será mais rico e também capaz de se submeter a um processo de adaptação à nova realidade, aprendendo a utilizar as forças existentes em benefício próprio, sem que ocorra a destruição de si mesmo. No entanto, Hobsbawn adverte que o futuro das relações políticas e culturais ainda é tido como incerto, devido ao processo de destruição das soluções e das estruturas que foram herdadas do passado e agora exterminadas pela dinâmica da economia atual. Portanto:

[...] Política, partidos, jornais, organizações, assembleias representativas e Estados: nada mais funciona da maneira como costumava funcionar, e na qual supúnhamos que continuariam funcionando por um longo tempo. Seu futuro é obscuro. É por esse motivo que, no final do século, não consigo olhar para o futuro com muito otimismo. (HOBSEBAWN, 2000, b, p. 194).

Associa-se o desenvolvimento da sociedade da informação com a realidade do mundo globalizado e de suas conseqüências sociais, principalmente no que se refere à educação e ao seu papel. No entanto, segundo Gros (2004), o processo de globalização da economia, da cultura e da informação encontra-se interligado à própria economia e às suas leis de mercado e ao desenvolvimento contínuo de novas tecnologias. As discussões políticas que se estabelecem em

relação a esse novo momento histórico ficam esboçadas apenas como consequência do mesmo processo. Nesse contexto, ainda segundo Gros (2004), a globalização demanda cada vez mais pelos espaços de livre-troca. A flexibilidade desponta como um novo elemento do capitalismo global. Há um aumento expressivo nas desigualdades entre os países quanto ao desenvolvimento tecnológico e científico.

O agrupamento de empresas é cada vez maior, suscitando cada vez mais a atuação das *holdings*, cartéis, trustes, empresas multinacionais, transnacionais e outras nos países pobres e em desenvolvimento. Os acordos em níveis mundiais são presenciados pelas regras da Organização Mundial do Comércio e do direito internacional. É nesse sentido que Hobsbaw (2000,b) chama a atenção quando a globalização, de certa maneira, obriga muitas empresas a adotarem uma maior flexibilidade no que se refere ao emprego da mão-de-obra. Sua crítica se estende à insegurança do emprego, como nova estratégia para que as grandes corporações aumentem seus lucros e que, de certa forma, reduzam a sua dependência em relação à mão-de-obra, ou pagando cada vez menos aos seus empregados. Assim:

Na economia capitalista moderna, o único fator cuja produtividade não pode ser facilmente ampliada e cujos custos não podem ser facilmente reduzidos é o relativo aos seres humanos. Daí a enorme pressão para elimina-los da produção, o que também ocorreria se não houvesse competição internacional. Trata-se, antes, de uma forma de justificar esse processo. (HOBSEBAWN, 2000,b, p. 138).

Paralelamente ao processo de globalização, surgem as bandeiras humanitárias formatadas no espírito das organizações internacionais preocupadas com a segurança alimentar, com a preservação do meio-ambiente e erradicação das epidemias. Mas, para Gros (2004), a pergunta crucial se perpetua nesse cenário, pois é inegável que as grandes potências econômicas e técnicas institucionalizaram o mundo da maneira como se apresenta.

No entanto, são inúmeras as nações; e as diversidades culturais, princípios políticos, religiosos, econômicos, sociais, científicos e tecnológicos que as envolvem. Daí a conclusão: possivelmente uma grande parte das nações do

globo não vislumbram vantagem alguma nesse processo. Segundo Gros o papel da ciência e das tecnologias deve contemplar o bem-estar da sociedade global:

Pois os valores de inteligência estão em toda parte, nos países pobres tanto quanto nos países ricos, e é preciso dar-lhes a possibilidade de expressar-se no quadro de uma verdadeira solidariedade científica, que não seja nem condescendente nem ditada apenas pelo primado humanitário, mas sim profundamente respeitosa quanto à cultura e à história dos países envolvidos. (GROS, 2004, p. 185).

Uma questão também se impõe como condição para o estudo desse novo paradigma científico e tecnológico da sociedade da informação: de que maneira garantir a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico como condição necessária para o progresso econômico, cultural e social das nações, principalmente as mais pobres?⁶ Além disso, como preservar a diversidade cultural entre as nações? De que maneira propiciar um desenvolvimento econômico sustentável sem prejudicar o meio ambiente? É o que se pergunta (GROS, 2004, p. 184): “Como encorajar a formação e o desenvolvimento científico com e para os países em desenvolvimento, onde vive a maioria das mulheres e dos homens do planeta?”. Extrair conhecimentos através do contato com o ambiente natural e hostil e enfrentar todas as dificuldades possíveis sempre esteve presente na história humana. A busca por alimentos, o sistema de defesa, de abrigo, de preservação da espécie, de convivência em grupos e de disputas pelas melhores regiões férteis também se configuraram como características do espírito humano. A troca de informações e a vocação sistemática para a expansão de suas atividades são incontestáveis.⁷

⁶ Talvez a questão não seja apenas metodológica, mas de que maneira espalhar entre as nações a promoção da geração e da efetiva utilização das tecnologias da informação e comunicação para a inclusão competitiva dessas nações no mercado global? De que maneira enfrentar o desafio do processo de gestão da inclusão social dessas nações na sociedade do conhecimento?

⁷ (GROS, 2004, p. 182-183), em relação a esse tema, destaca que: “[...] o homem sempre lutou contra o frio, a violência, a fome, mas também contra o medo e a ignorância. Com toda a evidência, ele não foi completamente bem-sucedido, mas tampouco fracassou completamente”.

Ocorre, portanto, a estruturação de um universo de símbolos e linguagens, a formação de conceitos concretos e também abstratos. Gros (2004), se indaga a respeito desse tema:

Uma comunidade, um país que se proíbe e que proíbe essa iniciativa de curiosidade, de investigação, de espírito crítico e de tomada de contato com o real não apenas abre a porta a todas as fantasias irracionais como também priva os seus de qualquer chance de abertura para melhorar de vida. Ele compromete, a mais ou menos longo prazo, o futuro de sua juventude. Dito isso, é verdade que a ciência já não possui em absoluto a face de antigamente. (GROS, 2004, p. 183).

Nesse percurso, o homem sedimentou uma informação processada em função de um conhecimento privilegiado em relação a outras culturas, por exemplo, no que se refere ao domínio e manipulação de determinadas técnicas para se lidar com a argila, com a fabricação de materiais e objetos, tais como o ferro, o bronze, o vidro, a porcelana etc. Além da utilização das técnicas sistematizadas e aplicadas a partir dos conhecimentos da matemática, da medicina, da biologia, da química e de outras ciências aplicadas. Resultou desse processo, a necessidade de compilação dessas informações, de comparações, de registros, de estudos mais precisos para o desenvolvimento de uma tecnologia que respondesse cada vez mais de forma exata aos problemas pertinentes à sobrevivência humana. Assim, o domínio da informação passa a ser, muitas vezes, de uso exclusivo de uma determinada cultura, mesmo que esta não seja armazenada sistematicamente. Não é privilégio apenas de um indivíduo, mas sim, nesse contexto, de toda a comunidade.

A tarefa de superar a hostilidade do ambiente natural (da fome, das tempestades, das doenças, das mortes), inerente à existência humana estruturou um modelo de reflexão, ao longo da história, voltada para a ciência e para o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado.⁸ A reflexão de Mattelart

⁸ O que certamente não ocorreu em todas as nações do globo, dada a diversidade cultural e a ausência de respeito à diversidade dos valores. Aqui se abre a discussão em torno dos princípios do eurocentrismo, ou seja, da tendência em interpretar as sociedades ditas não européias, de acordo com seus

(2002) sobre o desenvolvimento científico e tecnológico é mais severa no que se refere à sociedade da informação:

O saber pós-moderno é ambivalente. Ele é ao mesmo tempo um novo instrumento de poder e uma abertura para as diferenças. O fracasso do discurso moderno em sua pretensão de universalidade e de totalidade é em si uma prova de tolerância da plurivocidade. (MATTELART, 2002, p. 105).

Aos poucos a informação formaliza seu preço através da expansão do comércio, da otimização do tempo, da capacidade de inovação, aperfeiçoamento e da superação constante de suas técnicas rudimentares. A informação associa-se à análise científica sistematizada, abandonando o conteúdo religioso e metafísico das especulações sobre as coisas e sobre o homem. O imperativo dos fatos se sobrepõe ao imaginário. Rapidamente a informação se faz valer dos estudos da estatística, da previsão, do processamento de dados e de sua tabulação. Concomitante a esse processo transforma-se num instrumento poderoso de manipulação pelo poder instituído. Nessa direção, Mattelart (2002), ressalta que:

Os discursos que acompanham a sociedade da informação erigiram em lei o princípio da tábula rasa. Não há mais nada que não seja obsoleto. O determinismo tecnocomercial gera uma modernidade amnésica e dispensa o projeto social. A comunicação sem fim e sem limites institui-se como herdeira do progresso sem fim e sem limites. Na falta de memória, assiste-se ao retorno de uma escatologia de conotação religiosa que bebe nas fontes das profecias sobre a chegada da noosfera. (MATTELART, 2002, p. 172).

Importa observar que o conjunto dessas transformações envolve questões cruciais. Possivelmente, a sociedade da informação⁹ representa o auge do controle. Espalha-se a idéia da diminuição do nível do sofrimento humano em

princípios e valores, considerando a si mesmas como padrão e modelo cultural. Esse tema também se abre para a discussão do etnocentrismo .

⁹ Aqui se destaca a característica das “nações código de barras”, submetidas à frieza dos cálculos e dos dados estatísticos do capitalismo global e de suas atribuições acerca dos valores econômicos e sociais. De tal sorte que a miséria dos mais pobres é castigo em duplicidade, pela nação e suas dificuldades e pelo indivíduo que nela se encontra.

relação às hostilidades da natureza. Apregoa-se, também, que há uma diminuição do medo. Mas o poder se organiza na obtenção de informações científicas e práticas tecnológicas cada vez mais avançadas e suficientes para estabelecer o controle e a dominação. De tal sorte, as sociedades diretamente atingidas por esses princípios se envolvem na geração de uma relação de dependência – principalmente dos menos favorecidos – que se rendem diante das novas tecnologias e nelas reconhecem um princípio de esperança, de preservação da vida ou até mesmo de um aumento significativo na expectativa dos números de anos que se pode ainda viver.

A concentração de dados e de informações agora é privilégio dos Estados, da comunidade científica e das grandes corporações transnacionais. As famílias e as comunidades mais remotas adquiriam informações e as processavam no interior das experiências do cotidiano. Mas não eram informações sistematizadas e estatisticamente tabuladas. No cenário da sociedade da informação, ocorre uma estruturação da informação no campo científico aplicado. Em todos os setores pode-se vislumbrar a sistematização da informação. A exploração do solo, envolvendo a extração de minerais como o ouro, a prata, o alumínio e o diamante. A exploração do sílício para a informática; dos minerais radioativos para as usinas atômicas; a utilização da cerâmica para o desenvolvimento de supercondutores; e a exploração do petróleo e do gás natural para a indústria automobilística, petroquímica e termoelétrica.¹⁰ O controle também se impõe a partir da concentração do poder na produção de energia elétrica. Soma-se também o controle das águas oceânicas envolvendo a fauna marinha, sistema de defesa marítimo, comércio internacional e a comunicação a partir dos cabos transatlânticos. Há um controle que também se estabelece a partir do tráfego aéreo, ramificado pela aviação civil comercial, pelo controle militar do espaço aéreo, das estratégias de guerra, da indústria aeroespacial e dos

¹⁰ Em todas essas áreas, a estruturação do capital é notória, sob o ponto de vista de sua logística e de sua organização. No entanto, os efeitos ambientais e sociais de tal orientação nunca tiveram um impacto tão pernicioso para a vida humana e seu entorno. Sobre esse tema e a questão da empresa e o meio ambiente, ver os estudos de Leisinger e Schmitt (2001), p. 86-97.

consórcios internacionais que manipulam e administram os satélites e a indústria de telecomunicações.

Finalmente, o controle se impõe sistematicamente pela via terrestre, na expansão das estradas, pelo controle da navegação em rios, dos sistemas de iluminação e da telefonia fixa. Há a exploração sistemática da fauna e da flora, principalmente aquela voltada para a indústria química e de medicamentos, incorporadas pelas pesquisas das indústrias de biotecnologia.¹¹ Freire (1996) expõe com clareza os perigos de uma orientação acerca do desenvolvimento sem levar em consideração que:

O saber alicerçante da travessia na busca da diminuição da distância entre mim e a perversa realidade dos explorados é o saber fundado na ética de que nada legitima a exploração dos homens e das mulheres pelos homens mesmos ou pelas mulheres. Mas, este saber não basta. [...] É preciso também que a ele se somem saberes outros da realidade concreta, da força da ideologia; saberes técnicos, em diferentes áreas, como a da comunicação. Como desocultar verdades escondidas, como desmistificar a farsa ideológica, espécie de arapuca atraente em que facilmente caímos? Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua "sintaxe" que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito? (FREIRE, 1996, p. 138-139).

A orientação de um desenvolvimento acelerado e sem precedentes se desemboca na sistematização dos problemas éticos daí decorrentes e que dizem respeito aos avanços e limites das pesquisas científicas em diversas áreas do saber, como a bioengenharia, a bioética, a biotecnologia e a engenharia genética. Somam-se os problemas que envolvem a utilização de embriões em pesquisas científicas, a utilização e o cultivo de células-tronco em outros tipos de experimentos, bem como as questões que se multiplicam em torno dos alimentos transgênicos. Há também os problemas pertinentes à eutanásia, ao aborto de fetos com anomalias encefálicas e o iminente perigo das armas químicas e biológicas. O

¹¹ O que se estende para a exploração da Amazônia brasileira enquanto santuário e reserva de plantas e espécies cobiçadas pelos laboratórios farmacêuticos internacionais e pela empresas de biotecnologia.

domínio da tecnologia se faz notar de forma estrutural nos campos da informática, da robótica industrial, da medicina, das telecomunicações e outras áreas associadas. Há uma estruturação da informação com bases tecnológicas provenientes da microeletrônica, da informática, das telecomunicações e da estatística. Muitos países, principalmente os mais desenvolvidos, envolvem ações governamentais em parceria com a iniciativa privada na geração de novas tecnologias ou na incorporação daquelas que despontam no cenário mundial da informação. O sentimento de perda de identidade também se faz notar no que se refere à própria possibilidade de querer duvidar e de expor livremente seus pensamentos. O questionamento sobre esse momento histórico específico da sociedade da informação, de saber se o mesmo representa de fato um momento ímpar, ou se outros momentos podem ser identificados com o atual.¹²

Ao mesmo tempo em que a expansão do sistema de informação não conhece limites geográficos ou culturais, o mesmo acaba proporcionando como produto de sua ação, outras atitudes que geram reflexões mais pautadas no comportamento humano e que envolvem as discussões em torno da preservação da fauna e da flora, dos recursos hídricos e minerais, das questões ligadas à poluição estrutural do planeta, da questão da demanda do comércio internacional, da liberdade individual, da identidade cultural e principalmente de colocar em evidência e em xeque a própria racionalidade contemporânea. Dada a dinâmica do sistema do capitalismo global e das novas relações de poder no espaço mundial, o indivíduo transformou-se numa mercadoria do conhecimento.¹³ A exigência de resultados se espalha por todos os setores da sociedade. Nem mesmo os Estados escapam a esse critério de análise. Tampouco as grandes corporações multinacionais, em vista dos princípios da competitividade, lucros e concorrências

¹² Por isso mesmo, a reflexão filosófica deveria se revestir de um novo modelo de avaliação sobre a condição humana. Trata-se de saber ouvir e observar o que os homens dizem, principalmente aqueles que se encontram às margens do desenvolvimento e que sentem as consequências imediatas da pobreza..

¹³ Desse mesmo modo, (MARX e ENGELS, 2005, p. 69), no Manifesto do Partido Comunista se referia à burguesia: “A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito. Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência. [...] A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte”.

internacionais. Daí a indagação acerca da possibilidade de um melhor meio que se estruture na direção de um aumento da liberdade dos indivíduos, considerando sua livre consciência, vontade e razão, sua liberdade de escolha, responsabilidade e senso de justiça social. Ênfase na consciência de um contexto histórico que não permita a idéia de um paraíso ou de estruturas utópicas. Nesse sentido, Rawls (2000), sustenta que:

As pessoas são razoáveis em um aspecto básico quando, entre iguais, por exemplo, estão dispostas a propor princípios e critérios como termos eqüitativos de cooperação e a submeter-se voluntariamente a eles, dada a garantia de que os outros farão o mesmo.¹⁴ Entendem que essas normas são razoáveis a todos e, por isso, as consideram justificáveis para todos, dispondo-se a discutir os termos eqüitativos que outros propuserem. O razoável é um elemento da idéia de sociedade como um sistema de cooperação eqüitativa, e, que seus termos eqüitativos sejam razoáveis à aceitação de todos, faz parte da idéia de reciprocidade. (RAWLS, 2000, p. 93).

Em função do exposto acima, há uma preocupação que também não reconhece mais os limites nacionais. É uma discussão planetária em torno de leis e de princípios que se assentam cada vez mais sobre uma dinâmica avassaladora, que suscita temas sempre novos, como se fossem estratégias de guerra. Por isso a emergência de reconhecer o princípio de uma lei mínima de conduta entre os indivíduos e entre as nações na sociedade da informação. A complexidade de tal dinâmica do capitalismo global também não escolhe seus personagens. Todos, indistintamente se submetem à sua lógica. O recorte histórico desse estudo permite afirmar que até mesmo as associações empresariais obedecem à lógica da formação das sociedades e das culturas. Elas articulam interesses, lutam pela sobrevivência diante da concorrência acirrada, vivenciam hostilidades do ambiente natural e diversidades culturais, objetivam a acumulação e o lucro, a liquidez; lutam

¹⁴ Esse é o princípio do correlato da ação. Toda atitude individual deve identificar-se com a liberdade como fim último de sua ação, na mesma proporção da atitude do outro, desde que esta também tenha como fim último a expansão da liberdade e da integridade da vida. A liberdade aqui é entendida como compromisso. O fim último, nesse sentido, encontra na justiça e na eqüidade e no bem comum, a expressão máxima da liberdade. Isso ocorre porque a condição social é necessária na construção do sujeito moral. Ver no capítulo 3 desse estudo, a construção do sujeito moral e do sujeito ético.

pelo poder, submetem pessoas e nações; elaboram normas, produzem riquezas e as distribuem por todo o planeta em busca de lucros cada vez mais altos. Também morrem, experimentam a falência e provocam toda sorte de reação da sociedade quando agredem o ambiente natural e utilizam práticas administrativas corruptas e exploratórias.¹⁵

Na sociedade da informação, os principais questionamentos adquirem forma na medida em que suas conseqüências passam a afetar a todos. Assim, pode-se afirmar que a partir da instauração de uma sociedade da informação é possível a construção de um universo mais democrático e solidário? Na outra esfera, a grande rede mundial de computadores, a Internet será capaz de construir ou reconstruir em escala planetária as condições de uma democracia também sem fronteiras? Ou melhor: não se trata de uma nova utopia ou de uma promessa calcada na idéia de paraíso tecnológico sedimentado aqui e agora? Mas, a sociedade da informação não se trata de um projeto político que expressa a hegemonia de uma minoria que sutilmente se impõe em todos os segmentos da sociedade? Finalmente, a construção da sociedade da informação não se trata apenas de mais um mito em que se apregoa que em breve todas as pessoas serão beneficiadas com seus recursos e milagres tecnológicos?¹⁶ Segundo Mattelart (2002), não se pode negar que os avanços dos sistemas de comunicação mundiais integram e ampliam cada vez mais todas as culturas, sociedades e nações. O problema é que tal processo sedimenta-se sobre o imaginário, sobre um discurso escatológico e metafísico, pois não é real, concreto. Ao contrário, é o discurso político que se faz sobre a sociedade da informação que adquire o caráter de aposta política, o que Mattelart (2002) entende como uma nova forma de hegemonia no século XXI.

A abordagem dos principais problemas gerados pelo desenvolvimento tecnológico e suas implicações no âmbito da educação e da ética na sociedade da

¹⁵ Deveria se estabelecer um estudo sobre a moral dessas estruturas e entrever a idéia que as mesmas apresentam sobre a dor, o poder e a exploração. Enfim: há uma moral dos opressores? Em que sentido eles também sofrem e padecem de suas próprias armadilhas?

¹⁶ Um estudo atento da pirâmide dos valores na era do “homem código de barras” revela que tanto as nações, quanto os indivíduos, constituem-se apenas em valor de mercado, de utilidade, de possibilidade de exploração, obtenção de lucros e oportunidades de negócios.

informação resulta de um conjunto de transformações histórico-sociais ocorridas a partir do renascimento. Segundo Mattelart (2002), uma nova sociedade é anunciada com a idéia de solidariedade e democracia. Preocupação relevante, pois, segundo o autor:

A referência do futuro tecnoinformacional instalou-se [...] sem polêmicas e afastada dos debates cidadãos [...] A noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica. A efervescência da expansão das inovações técnicas contribuiu para o esquecimento desse fato. (MATTELART, 2002, p. 7).

A idade contemporânea apresenta, por sua vez, um cenário marcado pela revolução industrial e desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico sistematizado, formação de grandes corporações transnacionais e expansão do comércio internacional. Ainda segundo (MATTELART, 2002, p. 7-8), trata-se de um desenvolvimento revestido de “uma nova ideologia que não diz o próprio nome” e que “se naturalizou e foi elevada à categoria de paradigma dominante da mudança”.¹⁷ Assim, o capitalismo financeiro encontra sua base de sustentação nos princípios das políticas neoliberais; há um espetacular desenvolvimento tecnológico e científico impulsionado pela indústria bélica; as duas grandes guerras mundiais marcam o pensamento pessimista na base da reflexão filosófica que anuncia a decadência da civilização ocidental¹⁸; aumentam os problemas sociais, decorrência imediata dos efeitos do processo de globalização da economia, da cultura e precisamente da informação.

Segundo Dupas (2001), o capitalismo apresenta novas características no cenário global, entre elas, a flexibilidade ilimitada, extrema capacidade de mudança e profunda adaptação a qualquer situação cultural, nacionalidade e espaço geográfico. Destaca que o segredo da geração do lucro pode ser descoberto a partir do “encontro do dono do capital com o dono do poder político”.

¹⁷ Em substituição pacífica aos princípios da Guerra Fria, típica do mundo bipolar.

¹⁸ As Filosofias-da-vida, tais como o nietzschianismo e o bergsonismo enquanto filosofias que consideram as experiências imediatas da vida inatingíveis sob o ponto de vista das especulações metafísicas e mesmo racionalistas, se constituem em reflexões importantes sobre a situação imposta pelas mudanças sociais.

Segundo Dupas, uma combinação perfeita, a fonte do “antimercado”, ou seja, o cenário onde desfilam os grandes predadores, o local exato onde vigora a “lei da selva”.

O amanhecer do século XXI reveste-se de um caráter sombrio¹⁹ em todos os setores da sociedade da informação. Daí o desafio de explicar, de apresentar as implicações das transformações de tamanha envergadura que tocam diretamente à educação e à ética. No entender de Dupas (2001), no prefácio à segunda edição de sua obra - “Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso” - o tema da ética “é tratado na radical ‘contramão’ às tendências dominantes e à grande mídia global”. (DUPAS, 2001, p. 9). No entanto, a segunda edição dessa obra aprofundou questões críticas, entre elas:

[...] a busca de uma ética para os novos tempos da autonomia arrogante da ciência atrelada à lógica da acumulação; a introdução do dever onde tudo é poder; e o novo papel do estado como legítimo representante da sociedade no direcionamento dos vetores tecnológicos a favor da preservação da natureza e da humanidade.²⁰ (DUPAS, 2001, p.9).

Assim, de que maneira identificar as linhas norteadoras dos processos econômicos, políticos e sociais desse novo tempo? De que forma esclarecer a dinâmica social e econômica da nova era da informação e de suas implicações diretas para o universo da ética e da educação? Esse é o desafio a que este estudo se propõe a desenvolver. Uma apresentação dos processos culturais e políticos, econômicos e tecnológicos que permitam o entendimento da maneira pela qual os mesmos interagem entre si e tecem uma estrutura social caracterizada por um determinado momento histórico e por uma experiência específica. Segundo

¹⁹ Sobre esse caráter sombrio, ver os relatórios mais recentes da ONU, do Banco Mundial e do FMI sobre temas como a fome, o desemprego, o IDH, o terrorismo, a violência, o medo e a insegurança diante das transformações cada vez mais rápidas no cenário do capitalismo global. Além das diferenças marcantes entre as nações mais ricas e as mais pobres, o aumento da miséria em ritmo acelerado.

²⁰ As transformações, portanto, devem ocorrer a partir da democracia e da práxis social, alimentadas pela educação e pela consideração irrestrita dos valores éticos em favor da vida humana e do meio ambiente.

Castells (1999), o entendimento dessa dinâmica requer uma análise abrangente, uma vez que:

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. (CASTELLS, 1999, p. 39, v.1).

Abre-se um novo horizonte para a compreensão de problemas que tocam diretamente a todos os indivíduos diante das violentas transformações ocasionadas pela sociedade da informação. Temas como as novas formas do casamento e da constituição das famílias e de seus valores; novas formatações dos negócios e da gestão empresarial; redirecionamento da economia para um mercado globalizado e configurado em blocos econômicos; desafio da preservação das identidades nacionais diante da propagação da informação através da Internet; entendimento em torno dos caminhos e dos rumos da democracia internacional.

Somam-se a esses debates problemas pertinentes à questão do trabalho formal e da formação humana, dos processos educacionais e de seus objetivos; problemas relacionados ao sucesso, ao lazer e aos objetivos práticos do cotidiano.²¹ Vale ressaltar, portanto, que esses temas podem ser agrupados em quatro classificações: 1) tecnologia e civilização; 2) previsão social; 3) mudança social; 4) previsões para o século XXI. Assim, a informática, a robótica e a biotecnologia constituem-se em ramos interdependentes, na medida em que todos os setores da sociedade se submetem à dinâmica da linguagem informacional. Reside aqui uma aplicação sistemática da razão e da lógica, da ciência e da técnica que ultrapassa a dimensão dos processos industriais baseados no modelo fordista.

²¹ Ver: Apêndice A - A pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”.

Segundo Dupas (2001), este modelo reduziu os custos através da produção em série e em larga escala. Foi responsável, portanto, pela consolidação da Segunda Revolução Industrial, na medida em que se alastrou pelas nações e transformou-se em novo paradigma tecnológico. Mas, novas formas de pensamento e associações de áreas do saber despontam no cenário das tecnologias da informação, gerando uma demanda de trabalho altamente especializado e centrado nessa nova dinâmica do capitalismo global. Há uma nova realidade diante de um modelo que contempla a produção em série com pagamento de salários reduzidos. O modelo fordista não desapareceu do cenário industrial, principalmente nos países periféricos que se transformaram no palco de exploração das empresas multinacionais e das grandes corporações internacionais. Portanto, o emprego de mão-de-obra desqualificada e abundante desonera as atividades desses grupos. Para Dupas (2001), a acumulação capitalista potencializa-se através da possibilidade de fragmentação das cadeias produtivas globais, associada à expressiva autonomia da tecnologia desvencilhada das considerações éticas e sociais. Assim, novas implicações educacionais e de comportamento tornam-se plausíveis e objetos de indagações e de correção de rumo. Princípios culturais e axiológicos são colocados à prova.

Herbert Marcuse (1898-1979), nasceu na cidade de Berlim. Judeu, deixou a Alemanha em 1933 para fugir da perseguição nazista, refugiando-se nos Estados Unidos da América. Dedicou-se integralmente à vida acadêmica, como professor e pesquisador. Lecionou na Universidade Harvard, Columbia e San Diego. Quando aluno, teve como mestre Heidegger, seu orientador no doutorado que tratou do tema da historicidade em Hegel. Foi um dos responsáveis pela inspiração ideológica das revoluções estudantis que ocorreram em 1968. Marcuse, ligado à Escola de Frankfurt, foi influenciado por Hegel, Marx e também Freud. Seu pensamento recebeu influência direta de Reich, à época discípulo de Freud. Reich procurou conciliar o pensamento de Freud com o de Marx. Segundo ele havia a necessidade de mudança do mundo para que a sociedade pudesse libertar-se das neuroses. A partir dessas influências, Marcuse estruturou uma concepção de

pessoa humana e também da sociedade, aproveitando-se dos princípios do marxismo e da psicanálise.

Cabe ressaltar a importância atribuída a Marcuse sobre sua crítica à sociedade industrial. Nesse sentido, a principal questão que Marcuse se impõe é a de saber de que maneira o homem, considerado escravo da sociedade industrial, irá se libertar do estado repressivo em que se encontra. Marcuse (1999), em sua obra, *Eros e Civilização*, retoma determinadas concepções desenvolvidas por Freud acerca do homem. Freud destaca que a essência do homem consiste no seu instinto de prazer. Portanto, a repressão dos instintos se traduz numa necessidade para que a sociedade seja viável, bem como o seu desenvolvimento no decorrer da história. A felicidade humana está intimamente relacionada com a quantidade de prazer que o homem consegue desfrutar. Dessa maneira, Freud também entende que a história da humanidade é a história de sua própria repressão, onde o livre prazer cede sua posição para o mundo do trabalho e onde o princípio de prazer é deixado em segundo plano diante do princípio de realidade. A convivência social somente é possível devido à renúncia do princípio de prazer, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pelo homem visam, em última instância, a concretização do princípio de prazer. De acordo com Marcuse, a história humana também se trata da história de sua própria repressão. Mas discorda de Freud, na medida em que considera possível a construção de uma sociedade não caracterizada pela repressão. Para Freud, a repressão é entendida como uma necessidade natural, ao passo que Marcuse a entende como um produto específico das organizações sociais num determinado momento histórico. O progresso é entendido por Marcuse como um processo caracterizado por desvios e sofrimentos de seus personagens mais pobres. Muito embora Marcuse reconheça a importância da racionalização para o progresso da humanidade, ele a caracteriza como a racionalização do domínio, pois ela está intimamente ligada aos interesses de pequenos grupos dominantes que impõem seus modelos sociais aos demais.

Outra influência do pensamento de Marcuse pode ser encontrado a partir das idéias de Hobbes, que distingue dois estados da existência humana: o estado de natureza e o estado social. No estado de natureza o homem tende à

concretização e satisfação de suas próprias vontades e prazeres. No estado civil ou social o homem renuncia ao poder destruidor de sua satisfação instintiva e aos vários modelos de conduta que não sejam compatíveis com as normas determinadas pela sociedade em que convive. No entanto, o problema ainda permanece no estado social, uma vez que o princípio de prazer inerente ao homem ainda encontra a possibilidade de manifestar toda sua força. Nesse sentido a única mudança que ocorre entre o estado de natureza e o estado civil ou social, é que o homem coordena a sua maneira de se expressa e agir socialmente. Segundo Marcuse (1999), o homem renuncia aos prazeres momentâneos, caracterizados por seu poder de destruição e macacados pela incerteza em favor de um prazer que se submete ao sofrimento, mas amparado por um “estado de segurança”. A tese fundamental defendida por Marcuse é a de que o estado social impõe aos homens determinados limites à concretização de seus impulsos instintivos, mas é essa imposição que remete aos homens a consciência do estado de repressão em que se encontram. Por isso mesmo, essa situação de repressão proporciona aos homens o desejo de recriar a sociedade a partir das conquistas do mundo civilizado.

Marcuse (1964) em sua obra: O homem de uma dimensão: estudos sobre a ideologia da sociedade industrial moderna, se utiliza dos princípios do materialismo histórico e dialético de Marx, sustentando a idéia de que as lutas sociais se devem em sua essência a motivos de ordem econômica. O caminho que as sociedades percorrem se refere a um mundo concreto e não abstrato. O fim das sociedades é a construção de uma existência pautada na pacificação do próprio homem e também da natureza. Segundo Marcuse (1964), a pacificação da existência requer a elevação para um novo patamar a luta que o homem estabelece consigo mesmo e com os outros, com a natureza, para que se viabilize as condições em que tanto as aspirações, desejos e necessidades que se encontram em concorrência não sejam pautados nos interesses que se originam a partir do domínio e da escassez. Mas, de que maneira ocorre a pacificação? Para Marcuse, os interesses individuais e de pequenos grupos hegemônicos não podem

se sobrepor aos interesses que visam o desenvolvimento e a utilização dos recursos existentes para a satisfação das necessidades vitais de todos os homens.

Para Marcuse (1964), o interesse comum deve se sobrepor aos interesses de ordem particular e a destinação dos recursos disponíveis devem contemplar a satisfação de todas as necessidades vitais. Mas o problema se concentra na tensão entre o estado de natureza e a sociedade. Esta tensão é muito marcante na sociedade atual. Assim, esta tensão se volta em favor da sociedade e não mais da satisfação das necessidades elementares do homem. A sociedade atual, portanto, transformou-se numa outra realidade, caracterizada pela autonomia, por valores absolutos. Transformou-se num fim voltado para si mesma, se utilizando do próprio homem e de suas vontades, instintos e necessidades.

1.2. O despertar dos princípios de uma ética da integração no cenário da informação.

A reflexão ética, portanto, acena para um novo²² momento da civilização humana: o da irreversibilidade da integração. Para que essa teia e que esse sistema complexo funcione, a integração é condição necessária, mesmo que se configure aos atropelos, diferenças, injustiças, conflitos e até mesmo em guerras. Reforça essa tese a atenção para os efeitos da globalização, a interdependência entre todas as economias e a interdependência econômica e cultural entre todos os povos. Novas questões se abrem para o problema da preservação da identidade nacional e dos princípios culturais não mais confundidos com o nacionalismo exacerbado e eufórico. Desponta nesse cenário a pergunta que toca diretamente na raiz da existência humana e da configuração de um sentido objetivo ou não para sua existência, para sua vida e de sua relação com o meio global.

²² Esse momento histórico é considerado mais expressivo dado a dinâmica de suas transformações nos campos científicos e tecnológicos e das consequências sociais típicas do mundo globalizado.

Gilles Lipovetsky (2005 a), em sua obra: A sociedade pós-moralista entende que a civilização atual é a do bem-estar, voltada integralmente para o consumismo. Essa tendência é a grande responsável pelo extermínio da ideologia em torno do dever. Esse processo se intensificou notadamente a partir da segunda metade do século XX, onde o consumo de massa conseguiu modificar as prescrições normativas, os princípios morais elementares, erradicando, portanto, com os imperativos indicativos de coação. Por isso mesmo desenvolveu uma nova cultura enaltecadora da felicidade. A felicidade se sobrepõe aos preceitos morais, o prazer não conhece limites diante daquilo que pode ser considerado proibido. A fascinação pelo novo universo material e pelo consumo não conhece mais o dever. O instrumento utilizado pelo capitalismo se traduz no fácil acesso ao crédito, nas estratégias de marketing e publicidade, nas promessas de uma vida prazerosa, de lazer e abundância material. Como consequência dessa orientação, os ideais que permeiam os interesses sociais cedem sua vontade à felicidade e ao individualismo. Lipovetsky (2005 a) conclui:

[...] Edificou-se uma nova civilização, não mais voltada para refrear o desejo, mas, ao contrário, para leva-lo à sua exacerbação extrema, despojando-o de qualquer conotação negativa. A fruição do momento presente, o culto de si próprio, a exaltação do corpo e do conforto passaram a ser a nova Jerusalém dos tempos pós-moralistas. (LIPOVETSKY, 2005 a, p. 29).

A característica desse novo momento da sociedade hiperconsumista, conforme destaca Lipovetsky (2005 a), se assenta em bases individualistas. A felicidade tornou-se subjetiva, a noção de prazer escapa à compreensão das regras e dos preceitos morais, a hierarquia axiológica das finalidades desaparece completamente. O homem, portanto, se apresenta como multifacetado, contaminado pelo discurso da necessidade de auto-superar-se, de reciclar-se constantemente, de enfrentar novos desafios, de ser flexível e adaptar-se a novas situações, enfim, de ter um espírito inovador. O mundo se apresenta incerto, inseguro e complexo, por isso mesmo exige um novo homem, interativo, passível de mudanças e voltado à comunicação. O desempenho individual é a marca desse

novo momento. Os deveres em relação à própria pessoa desaparecem, pois o que conta é a promoção do indivíduo. Nesse sentido, destaca-se a revalorização das atividades profissionais como uma nova forma de superação do próprio indivíduo, uma vez que este se recusa em reconhecer o princípio da auto-renúncia. O individualismo se manifesta em todos os segmentos, principalmente no universo do trabalho. Agora, pretende-se o reconhecimento na qualidade do trabalho desempenhado, no reconhecimento do mérito pessoal, no discurso que sustenta o incentivo próprio. Assim: “[...] O ego aparece em primeiro lugar, porém as aspirações de autonomia e de afirmação pessoal vêm conjugadas para legitimar novamente a atividade do trabalho, para injetar uma renovada motivação a despeito de todo panegírico do dever social”. (LIPOVETSKY, 2005 a, p. 161). As empresas, por sua vez, se utilizam de um discurso ético como instrumento de comunicação em favor de atribuir um valor à sua marca.

No entanto, (THIELEN, 1998, p.196), em sua obra – “Além da modernidade? Para a globalização de uma esperança conscientizada” – reforça a tese de que: “A vida nas sociedades industrializadas, independentemente de sua ideologia é caracterizada, sobretudo por um único sistema de dominação”. Nesse sentido, identifica esse processo de dominação a partir de cinco estruturas. A primeira se refere à dominação científica, tecnológica e industrial que representa uma ameaça à natureza e à existência humana. A segunda estrutura de dominação se concentra no aspecto econômico da força de trabalho humana. Trata-se de uma exploração ou exclusão a partir da rentabilidade e do lucro do capital investido. A terceira toca diretamente à dominação política das pessoas pela estrutura do Estado, sua burocracia, sistema de polícia e dos militares. A quarta estrutura envolve a dominação psíquico-individual das pessoas enquanto exigência para que se adaptem aos valores práticos da sociedade, tais como o egoísmo, a disputa por vantagens econômicas e sociais e até mesmo por ganhos e prestígios do poder político. Finalmente, a quinta estrutura se refere ao processo de dominação dos sentimentos, da consciência e dos afetos dos indivíduos pelas indústrias que produzem o sistema imaginário da diversão, da propaganda política e econômica, da cultura de massa.

Em suma: as negociações se processam segundo o princípio norteador do lucro. O produto que vendem é a ideologia da acomodação. Nota-se a partir dessas estruturas a necessidade de uma reflexão ética mais aprofundada que leve em consideração aspectos de estruturas e políticas de educação, responsabilidade social, consciência crítica e práxis social voltada à liberdade e à democracia internacional. Essa realidade acentuou o conflito entre dois modelos de orientação educacional, a educação científico-tecnológica e a humanista. Os obstáculos crescentes de um planejamento global da educação (reflexo das condições socioeconômicas) são marcados pela crescente desigualdade entre as nações industrializadas e entre os países subdesenvolvidos. Portanto, a reflexão ética nesse contexto se traduz na crítica aos fundamentos de uma filosofia pragmática e de uma concepção utilitarista da ética e de suas articulações no individualismo liberal nos campos da moral, da política, da educação e da economia.

Lipovetsky (2007), caracteriza esse novo momento como a sociedade da decepção. Trata-se de uma sociedade hipermoderna, marcada pela capacidade de multiplicação das experiências frustrantes. As sociedades tradicionais se utilizavam da consolação religiosa para enfrentarem as contrariedades da existência. As sociedades hipermodernas, no entanto, encontram a saída no ritmo cada vez mais acelerado do consumo, da constante mudança, da fruição. A escalada da decepção se faz notar em todos os segmentos da vida humana, principalmente no trabalho. “De fato, como poderia um indivíduo não sentir irritação quando se percebe ‘abandonado após ter sido sugado’, ‘inaproveitável’ para todos os efeitos, considerado inútil aos olhos da sociedade?”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 13). Diante do desespero, o fracasso ou mesmo o êxito profissional são atribuídos exclusivamente à responsabilidade de cada indivíduo. Devido a esses fatores, no seio da sociedade hiperconsumista, a integração se concretiza pelo trabalho. A crítica de Lipovetsky se concentra na necessidade da adoção de políticas que estejam atentas às diversidades étnicas e culturais. Não basta apenas um crescimento sustentado.

O sentimento de vazio se faz notar pela decepção no que se refere aos serviços e aos bens adquiridos, pois eles também deixam a desejar quanto à sua qualidade. A decepção não diz respeito apenas a ausência de conforto pessoal, mas pela sensação desagradável do desconforto de ordem pública e também pela evidência do conforto desfrutado por outras pessoas. Nesse sentido, Lipovetsky (2007), ressalta que o hiperconsumismo representa um autêntico mecanismo de substituição aos desejos humanos que não são realizados. Daí a sensação de insegurança e de fragilidade psicológica diante das circunstâncias da vida. Portanto:

A sociedade contemporânea é uma sociedade de desorganização psicológica que se reflete no processo de revigoração subjetivo permanente, mediante uma pluralidade de “propostas” que permitem reviver a esperança da felicidade. Quanto mais frustrante é a sociedade, mais ela promove as condições necessárias para uma re-oxigenação da vida. (LIPOVETSKY, 2007, p. 80).

A civilização consumista contribui para a desestruturação do indivíduo, tornando-o psicologicamente fragilizado. A felicidade humana, portanto, não se desenvolve na mesma proporção do crescimento das riquezas. Esta felicidade não corresponde à dimensão mais elevada da condição humana. Segundo Lipovetsky (2007), a sociedade hiperconsumista anuncia o discurso do sucesso, onde todos os homens devem cada vez mais conhecer, aprender, inventar, criar, progredir na profissão e na aquisição de bens, superar-se constantemente, aumentar a própria auto-estima. Mas, os bens que são comercializáveis são insuficientes para a realização da dimensão humana mais complexa. Por isso, a máxima da sabedoria se traduz numa ação consciente e crítica diante da cultura hiperconsumista: “[...] aja de tal forma que o consumismo não seja onipresente ou hegemônico, quer em tua vida, quer na dos outros. [...]”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 82).

Segundo Lima Vaz (1999), a principal característica da ética em destaque nos meios de comunicação pode ser definida pelo naturalismo ético contemporâneo. Segundo este modelo, a natureza representa a fonte primeira e última das normas, critérios e valores para a qualificação moral das ações. Não é

de se estranhar, portanto, que o naturalismo ético se dirige especialmente aos homens da civilização tecnológica, onde a natureza representa o fim último de seu operar, de sua própria vida. Nas palavras de Lima Vaz, trata-se de:

Um relativismo universal e um hedonismo que não conhecem limites: eis os padrões de avaliação e comportamento hoje dominantes e cujos efeitos devastadores na vida de indivíduos e sociedades nos surpreendem e nos inquietam. (LIMA VAZ, 1999, p.8).

Assim, todo sistema simbólico diz respeito apenas à verdade da natureza impregnada pelo prestígio do caráter quase mágico da linguagem científica. Amplia-se o horizonte da ética da ciência, da ética inerente à prática tecnocientífica, culminando no problema da conduta ética exigida do cientista em termos de responsabilidade social e de respeito à verdade. Ampliam-se os problemas a serem estudados pela bioética²³ e pela ética do meio ambiente. Segundo Lima Vaz (1999), o avanço dos estudos das neurociências e as pesquisas na área de biotecnologia atestam a forma estruturalmente operacional do conhecimento tecnocientífico, desatento aos problemas dos fins e dos valores da práxis social.²⁴

A reflexão acerca dos problemas éticos, da educação e do desenvolvimento tecnológico encontra seu recorte histórico – aqui – precisamente no universo da sociedade da informação. Trata-se de questões de longo alcance na medida em que se impõe o desafio de encontrar novas formas de recriar mediações entre cultura e economia, em reinventar aspectos da vida social e da política, diante de um mundo, segundo Touraine (1994), que se encontra

²³ A bioética compreende os estudos dos principais problemas que envolvem questões morais provenientes das pesquisas científicas nos campos da medicina e da biologia. Assim, a bioética desperta o interesse pelas questões que implicam na utilização dos seres vivos em experimentos, bem como a legitimidade ética da eutanásia e do aborto.

²⁴ A práxis social deve se revestir de uma consciência crítica acerca dos princípios da responsabilidade e do dever, bem como da justiça, do bem comum, da liberdade e do respeito às diversidades culturais. A educação se configura nesse meio como sinônimo da ética da conduta voltada para os princípios da solidariedade e da cooperação. A práxis social também se remete à tarefa de repensar o papel do Estado diante da complexidade das transformações em curso na sociedade da informação.

nitidamente dividido entre o Norte, onde reinam o poder e o instrumentalismo, e o Sul, que vivencia a amarga experiência da angústia de sua identidade perdida. “O sujeito não pode se dissolver na pós-modernidade porque ele se afirma na luta contra os poderes que impõem sua dominação em nome da razão”. (TOURAINÉ, 1994, p.13). Portanto, no contexto da sociedade da informação:

Quanto mais a nossa sociedade parece se reduzir a uma empresa lutando para sobreviver num mercado internacional, mais se propaga em toda parte a obsessão de uma identidade que não é mais definida em termos sociais, quer se trate do novo comunitarismo dos países pobres ou do individualismo narcisista dos países ricos. (TOURAINÉ, 1994, p.13).

O modo de produção capitalista obedece a um processo de produção histórica. No seio de seu desenvolvimento originam-se as condições materiais para a sua própria superação e conseqüentemente para o surgimento de uma sociedade nova e de modos e relações de produção também diferentes. Segundo Marx, são os homens os personagens que transformam as circunstâncias históricas e materiais. O trabalhador é um sujeito concreto, social, histórico, que experimenta as adversidades e o sofrimento, que se submete à alienação, à opressão e à exploração do capitalista. Por isso mesmo, cabe ao próprio homem a tarefa de auto-emancipar-se. Daí os princípios da ética marxista enquanto investigação racional e crítica do processo histórico-social de produção. Trata-se de uma ética que procura explicar os fundamentos materiais, históricos e sociais que determinam as ações humanas. Visa, portanto, a superação das práticas que se impõem a partir da opressão e da exploração do homem, principalmente a exploração de seu trabalho. Desse modo a ética marxista tem como base a concepção do homem concreto, social, histórico, porque os homens são os responsáveis pela transformação da história. A finalidade da ação humana, nesse sentido, se traduz na possibilidade de transformação da realidade e da emancipação humana universal.

A ética transforma-se numa questão que envolve uma ampla discussão em torno da liberdade dos indivíduos e dos trabalhadores, bem como da

prática da cidadania, da práxis social e democrática. Envolve, por isso mesmo, os elementos de uma educação universal que tenha por objetivo a formação integral do homem, contribuindo para a expressão de suas vontades, de sua responsabilidade social e principalmente de sua liberdade. A questão que diz respeito ao papel do Estado e à preservação das identidades nacionais também se constitui num novo desafio para a reflexão ética, pois amplia o debate entre as nações, dado o problema da globalização da economia, da informação e da cultura.

O pensamento ocidental disseminou a idéia da modernidade coroada pelos princípios da razão, destruindo sistematicamente as tradições, crenças e o modo de vida das culturas submetidas à colonização do cálculo e das tecnologias. Desponta uma elite pensante que arrogantemente impõe a defesa de um poder arbitrário. Submetem crianças, mulheres, trabalhadores e toda sorte de excluídos, colonizados, a um aniquilamento de experiências pessoais de liberdade e de acesso democrático e universal à educação e à informação.

Segundo Dupas (2001), esse processo que estrutura uma nova maneira de pensar a dinâmica do capitalismo global e de suas cadeias produtivas é cada vez mais organizado e sistemático. Milhares de cientistas de laboratórios de pesquisa de muitas universidades internacionais se debruçam em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para atender a centenas de grandes corporações globais. Concentram seus esforços na criação de produtos que respondam às demandas do mercado, sem levar em consideração a objetividade e real necessidade de consumo. É uma indústria científica do imaginário, o despertar de uma nova onda lúdica patrocinada pelas modernas tecnologias da informação.

No entanto, as conseqüências de tal orientação voltadas para o estabelecimento de altas taxas de retorno dos investimentos dos acionistas das grandes corporações empresariais resultam em problemas sociais. “Se a conseqüência desse desenvolvimento for um maciço aumento do desemprego devido a radical automação no setor de serviços, este ônus é transferido para a sociedade, tendo ela ou não estrutura para lidar com a questão”. (DUPAS, 2001, p. 29). Muitas questões se abrem para um debate cada vez mais complexo e que

exige, por sua natureza, uma discussão que envolva a integração de todas as nações. Enrique Dussel, em sua obra – “Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão” – salienta que: “A morte das maiorias exige uma ética da vida, e seus sofrimentos nos levam a pensar e a justificar a sua necessária libertação das cadeias que as prendem”.(DUSSEL, 2002, p. 17).

Trata-se de uma reflexão que considera o centro do poder mundial caracterizado pelo desenvolvimento econômico e tecnológico e não mais revestido de poder exclusivamente militar. Busca-se saber se haverá, portanto, um novo centro de poder no cenário mundial, com um país ou vários países, ou ainda um mercado aglutinado em blocos econômicos como um novo centro hegemônico no espaço geográfico. Questiona-se, também, o papel que os países desenvolvidos deveriam representar, quais seriam suas responsabilidades frente às diferenças, conflitos e exclusão das maiorias. O escopo dessas questões estabelece outra ainda mais urgente: de saber se haverá um crescimento acentuado das desigualdades internacionais? Diante de uma afirmativa, quais seriam suas conseqüências imediatas? Segundo (DUSSEL, 2002, p. 15), “Tudo isto produz um certo espírito de desalento, até de desespero, nas massas, e, a nível filosófico, quase o desaparecimento de um pensamento crítico”. Considera ainda que:

Terminou a Guerra Fria, desapareceu a geopolítica da bipolaridade, instalou-se a indiscutida hegemonia militar norte-americana, ocorreu igualmente a globalização de sua economia, cultura e política externa [...] Impera o dogma metafísico do neoliberalismo [...] Confirmou-se como pertinente no meio do terror de uma espantosa miséria que aniquila a maioria da humanidade no final do século XX, junto com a incontível e destrutiva contaminação ecológica do planeta Terra. (DUSSEL, 2002, p. 15).

A exigência de uma práxis social, ou precisamente a atividade de cada indivíduo diante do cenário que se deseja nesta primeira década do século XXI, deve-se revestir cada vez mais de elementos que integrem a liberdade de escolha, a consciência de seus atos e de suas responsabilidades. Soma-se a esses elementos o engajamento crítico e participativo em questões pertinentes à

preservação da democracia, ao combate à corrupção, ao zelo irrestrito pela administração pública em contemplar o bem comum e a justiça social, bem como uma concepção moral que sustente a convivência pacífica. As desigualdades sociais fomentam questões cruciais e de difícil solução. Este estudo, precisamente por este motivo põe em tela a discussão que norteia os avanços da tecnologia na sociedade da informação e de suas implicações imediatas para o contexto da ética e da educação.

Os países pobres subdesenvolvidos, nesse sentido, poderão acompanhar a trilha do progresso tecnológico das nações mais ricas do planeta, onde, segundo (HOBSEBORN, 2007, p. 261), “[...] o processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção?”. Ou, ao contrário, permanecerão na condição periférica de países receptores de transferências tecnológicas a um custo elevado? Continuarão na dependência de serem fornecedores de matéria-prima e energia barata, de mão-de-obra desqualificada e abundante, de um mercado consumidor tímido e ao mesmo tempo encantado com as artimanhas da indústria do imaginário e seus apelos ao consumismo? Hobsbawm (2007), ao descrever a Era de Ouro como um fenômeno mundial, afirma que a riqueza produzida mundialmente nunca foi distribuída em favor da maioria da população mundial. A pobreza e o atraso desses países eram justificados pelos especialistas da ONU (Organização das Nações Unidas) que para esses problemas buscavam encontrar “eufemismos diplomáticos”.

Destacam-se ainda as questões pertinentes à natureza, à biosfera e aos problemas ambientais. Temas que não podem ser pensados separadamente do desenvolvimento científico e tecnológico. Têm-se, também, o esgotamento exploratório e em escala geométrica, principalmente nos países pobres, dos recursos hídricos e minerais, além do desmatamento desordenado e exploração da fauna e da flora por companhias sem compromisso com as bandeiras do desenvolvimento sustentável. Há uma preocupação inquietante sobre esse tema no

campo da geografia crítica quando a mesma considera os pressupostos científicos e os novos parâmetros que a realidade do capitalismo global vem estabelecendo:

O mundo se defronta ainda com o problema do meio ambiente que vem sendo degradado de forma exponencial, em função da própria filosofia do capitalismo [...] oposto a qualquer controle ambiental, de vez que a industrialização, com a defesa da natureza, aumentaria os custos de produção e diminuiria o lucro. As famosas medidas de despoluição, tão badaladas pela imprensa, são concessões feitas à opinião pública, quando a situação se torna insustentável. (ANDRADE, 1994, p.13).

Outro tema relevante repousa sobre a presença de novos conflitos e tensões mundiais, através da organização do terrorismo internacional, da formação dos cartéis internacionais das drogas, estruturação das máfias e do crime organizado, das pesquisas e manipulação da energia atômica destinada à destruição. Castells (1999) aponta semelhante preocupação quando destaca que:

[...] à margem do capitalismo global, surge um novo ator coletivo que poderá mudar as regras das instituições econômicas e políticas nos próximos anos: o crime global [...] Aproveitando-se do caos mundial que se seguiu à desintegração do império soviético, manipulando populações e territórios excluídos da economia formal e utilizando os instrumentos do sistema de redes globais, atividades criminosas proliferam pelo planeta e interligam-se para constituir uma economia emergente do crime global que penetra os mercados financeiros, o comércio, os negócios e os sistemas políticos de todas as sociedades. (CASTELLS, 1999, p. 21, v. 3).

As diferenças, os conflitos, a informação e a tecnologia sempre estiveram presentes na história da humanidade, seja através de uma forma rudimentar ou sistematizada. Assim, o homem a partir de sua interação com o meio natural e através de seu esforço e capacidade de produzir, de trabalhar, de sua capacidade racional e de transformação do meio, altera e produz constantemente um espaço geográfico cada vez mais dinâmico. Porém, o resultado, o produto desse processo é sempre subsequente às diferenças e desordens, aos conflitos

que se impõem no desenvolvimento das culturas. O recorte histórico deste estudo abarca sistematicamente a formação da sociedade da informação a partir das tecnologias da informação e de suas principais vertentes, notadamente o vertiginoso progresso das telecomunicações e do processamento e transmissão de dados, voz, imagens e textos via Internet. Esta realidade remete a uma nova concepção de homem e de seu verdadeiro instrumento de sobrevivência no capitalismo global: a própria informação, agora determinada pela revolução da tecnotrônica.

Trata-se de um fato relevante, pois a dinâmica do mercado internacional, a circulação da informação, de bens e serviços se encontra intimamente atrelada às tecnologias da informação. Realidade que se apresenta no palco de discussões que debatem as desigualdades de acesso às informações e suas implicações sociais mais imediatas pela ausência de sua estruturação nas nações mais pobres do planeta. O que, certamente, operacionaliza a informação como a grande e poderosa arma do poder. Justifica-se, portanto, a pertinência das indagações sobre o papel da educação e das escolas diante desse novo paradigma, além da perplexidade que se observa diante também do emergir de um novo comportamento moral.

Nessa direção, Jacques Attali (1993), em entrevista concedida à Ghitta Pessis-Pasternak, na obra – *Do caos à inteligência artificial* – este autor, à época economista e presidente do *Banque Européenne de Reconstruction et de Développement* (BERD), defende a idéia de se traçar novas perspectivas para a economia a partir do conceito de “crise”. Segundo Pessis-Pasternak, o conceito de “crise” sustentado por Jacques Attali (1993), pode ser explicado a partir do entendimento de que a mesma “[...] é apenas um desvio fora do equilíbrio; [...] que a crise desvela as contradições que são o motor da história; [...] a crise é uma reestruturação permanente, uma perpétua reescritura do manuscrito da história. (PESSIS-PASTERNAK, 1993, p. 171-172).

O poder também possui a capacidade de gerar violência e depende essencialmente do local onde se potencializa e do momento histórico em que se

concretiza. Evidencia as concessões que são feitas a partir das liberações e desnudam as submissões que se percebem no decurso da história das culturas. Sendo assim, “[...] a própria noção de poder é indissociável do controle do tempo alheio, e, portanto, do próprio homem”. (PESSIS-PASTERNAK, 1993, p. 172). Segundo Attali (1993), todas as culturas se submetem a uma concepção de histórica tendo em vista o domínio de seu calendário. O entendimento do momento histórico da sociedade da informação deve levar em consideração todo desenvolvimento e percurso que as sociedades trilharam configurando sentidos e objetivos de vida em função desse domínio do calendário e do tempo.

Sendo assim, o “tempo dos deuses” representa a característica das sociedades arcaicas da Antiguidade, envolvendo todos os seus rituais. Na Idade Média, por sua vez, “o tempo dos corpos” se refere ao tempo laico do desenvolvimento urbano. A Revolução Industrial marca o “tempo das máquinas” que dividem o tempo sistematicamente e a ele atribuem valores. Finalmente, “o tempo dos códigos” caracterizado pelas micromáquinas cronológicas que instauram a ordem última, transformam o homem em artefato e a ele configuram a tarefa de desempenhar o papel de relógio para si mesmo.²⁵ Diante desse quadro, cabe ao homem controlar o seu tempo e superar a si mesmo, ou atribuir ao poder político a capacidade de manipular o tempo, transformando-o numa “obrigação social de normalização”, como defende Attali (1993). Mas, o problema envolve também uma nova maneira do indivíduo produzir, pensar e objetivar um sentido para sua existência. O comportamento moral e os valores relacionados à Educação transformam-se, por isso mesmo, em temas cruciais nessa concepção. A teia dessas transformações se reveste necessariamente de conflitos, diferenças e de luta constante pelo espaço e preservação da cultura. Mas, segundo Jacques Attali:

[...] o grande problema do futuro consistirá no fato de que não haverá desigualdade somente de dinheiro, mas também uma desigualdade de informação: quem for bem informado estará em

²⁵ Evidencia-se aqui a orientação de uma ética pragmática e utilitarista. Trata-se da característica “do homem e da nação código de barras”, mensurados pelo valor de mercado, das oportunidades de negócios e da obtenção de lucros.

posição privilegiada para utilizar esses objetos nômades do futuro. A informação será, portanto, um meio de sobrevivência, e o poder pertencerá àqueles que souberem criá-la e manipulá-la. (ATTALI, 1993, p. 189).

Portanto, a reflexão crítica sobre a maneira pela qual o homem interage com o meio circundante e suas nuances é resultado, ao que parece de uma condição necessária para seu desenvolvimento. Nota-se, nesse sentido que, para determinados momentos históricos, a avaliação dessas atribuições somente são válidas para os mesmos contextos e momentos.

1.3. Diagnóstico ético da sociedade da informação: o papel do sujeito ético e os desafios da educação

Impõe-se inicialmente a questão: pode-se mensurar ou estatisticamente comprovar os avanços ou os retrocessos do comportamento moral e da crítica ética? Quais seriam as variáveis de tal avaliação? É preciso o conhecimento histórico das diversas formas de comportamento moral e de suas principais características para o entendimento do movimento que se articula entre desenvolvimento tecnológico, concepção de tempo, potencialização do poder, formas de expressão econômica e exploração do trabalho, visão da maneira pela qual a Educação se estrutura e principalmente a maneira pela qual o indivíduo atua nesse processo a partir de sua construção de concepção de liberdade, responsabilidade e consciência. Na abordagem do sujeito histórico e de suas atribuições em termos econômicos, culturais, sociais e principalmente de expressão de sua liberdade na sociedade da informação, encontra-se a estruturação de um caminho que se destina em atingir a preservação da liberdade e da integridade de cada ser humano em suas respectivas culturas. Ora, o entendimento do momento histórico do qual este estudo apresenta no paradigma da sociedade da informação, a idéia de liberdade, expressão de convicções pessoais e de conhecimento de si mesmo são condicionadas pela expansão e

dependência causadas pela globalização da economia e da informação. As manifestações acerca de um arranjo existencial são expressões que se constroem a partir das culturas e de seus valores e objetivos comuns. Segundo Weber (2001):

O “impulso para o ganho”, a “ânsia do lucro”, de lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver em si com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, jogadores e mendigos – ou seja, em toda espécie e condições de pessoas, em todas as épocas de todos os países da Terra, onde quer que de alguma forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso. (WEBER, 2001, p.12).

A maneira pela qual o homem responde e reage diante dessas possibilidades objetivas a que se refere Weber, marca nitidamente um comportamento pessoal que responde às condições sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, religiosas, culturais e educacionais de seu tempo. Abre-se, portanto o desafio do estudo da avaliação das principais transformações causadas pela tecnologia na sociedade da informação, de suas implicações para com o universo do trabalho, do estabelecimento de um novo arranjo existencial diante das novas formas de expressão cultural desenhadas por essa superestrutura tecnológica global. O conjunto dessas transformações implica no esclarecimento das questões mais relevantes na área social, do trabalho, das tecnologias, e principalmente sobre o papel da educação, de sua tarefa essencial no germinar das discussões mais expressivas da práxis social, entre elas, a discussão dos problemas éticos. Portanto, é a consciência efetiva dessa dinâmica que impulsiona a práxis social para uma nova dimensão: a de que a integração entre as nações é fato histórico inevitável, em contínua expansão e irreversível.

A observação atenta desse momento histórico em que a sociedade contemporânea se debruça sobre as tecnologias da informação, remete à condição da sobrevivência dos indivíduos e de suas aspirações mais profundas. Trata-se da condição humana revestida de um caráter distinto de outros momentos da história. A Educação, o processo de formação intelectual aplicado ao trabalho e à

sobrevivência, frente a um mercado cada vez mais voraz e competitivo remete ao crivo das indagações éticas sobre o perfil da conduta individual e social, que agora se desenha em função de uma realidade dinâmica e sem regras. Nessa direção, pode-se verificar que “[...] dispor de meios de conhecimento que permitem ao mesmo tempo cuidar de si, educar-se e encontrar trabalho são as condições indispensáveis de sobrevivência nas sociedades do futuro. (ATTALI, 1993, p. 189).

A operacionalização, a metodologia utilizada para permitir o acesso a essas condições indispensáveis de sobrevivência diz respeito à democracia e à vontade política. A idéia de progresso econômico, de avanços em pesquisas científicas, de aplicação cada vez mais sofisticada das modernas tecnologias da informação deixa transparecer o ideal de um desenvolvimento social da humanidade como seu correlato. Mas não é o que não se verifica no diagnóstico crítico da sociedade da informação. Trata-se de uma realidade social onde o papel da democracia acena para os problemas pertinentes à condição humana concreta, à sua realização no trabalho, na cultura, na educação, nas ciências e no comportamento moral. A construção das leis, norteadas pelos princípios da lei natural, sustenta as colunas que permitem a convivência entre os indivíduos e as nações. A discussão em torno dos elementos de uma ética da integração se apresenta como condição necessária nesse contexto e se justifica porque envolve elementos que ultrapassam a condição da liberdade de cada homem, mesmo porque cada indivíduo apenas reconhece tal condição na medida em que sua práxis encontra no aspecto social sua justificativa e sentido de ser.

Muito embora se possa identificar a exclusão social e a falta de acesso à informação, bem como de programas de financiamento que favoreçam sistematicamente a inclusão das nações mais pobres na dinâmica das tecnologias da informação, tornou-se inquestionável o desenvolvimento e a importância dessas transformações. Pierre Lévy, em sua obra – “A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço” – ressalta que:

Jamais a evolução das ciências e das técnicas foi tão rápida, com tantas consequências diretas sobre a vida cotidiana, o trabalho, os

modos de comunicação, a relação com o corpo, com o espaço etc. [...]. Tornou-se impossível reservar o conhecimento, até mesmo seu movimento, a classe de especialistas. É o conjunto coletivo humano que deve, daqui por diante, se adaptar, aprender e inventar para viver melhor no universo complexo e caótico em que passamos a viver. (LÉVY, 1988, p. 24-25).

Uma ética da integração começa a se estruturar diante dessa nova realidade, sugerindo a discussão em torno da ética do trabalho, do direito e da democracia internacionais, das pesquisas científicas e principalmente do papel da educação e da condição da liberdade e da preservação das identidades nacionais.²⁶ “É possível fazer surgir um novo espaço, no qual se possa ter uma identidade social, mesmo que não se tenha profissão?” (LÉVY, 1998, p. 24). Ainda mais: a expansão acelerada das tecnologias da informação desconhece limites porque “[...] é das capacidades de aprendizado rápido e da imaginação coletiva dos seres humanos que os habitam que dependem tanto as relações econômicas como as potências territoriais”. (LÉVY, 1998, p.24).

A tecnologia incorporou-se ao trabalho sistematizado, contribuindo para o aumento da produção, tornando-o mais fácil. Caracterizada como um conjunto de princípios e métodos, utiliza-se de instrumentos e processos cientificamente determinados. Quando aplicados à atividade industrial, resulta na produção de bens eficientes e mais baratos para o consumidor. A pesquisa científica e tecnológica associada à coleta, fabricação, armazenamento e distribuição de bens, mercadorias, serviços e informações revelam a ânsia de que os resultados imediatos devam ser significativamente melhor daqueles obtidos anteriormente. Assim, a tecnologia se impõe como a aplicação das descobertas científicas aos objetivos da vida prática. A ciência nesse sentido representa um papel relevante no desenvolvimento da tecnologia.

Entretanto, qual é o fundamento da ética e da educação nesse cenário tecnológico, quando se discute sobre o desafio de se buscar novas tecnologias

²⁶ A ética da integração se apresenta, aos poucos, como tentativa de ampliar o debate em torno de questões que tocam diretamente à preservação da vida em todas as suas dimensões. Não se trata de um otimismo exagerado, pois a persistência no estudo dessas questões caracteriza a vocação do homem em querer explorar a possibilidade de sua própria liberdade.

menos agressivas ao meio ambiente? Qual a tarefa da ética e da educação diante da defesa da inovação tecnológica determinada pelos interesses dos grupos sociais dominantes, em detrimento das necessidades sociais? Em ritmo acelerado, cada vez mais novas tecnologias são incorporadas aos processos industriais, principalmente nas áreas de telecomunicações. Há um incontestável progresso científico e técnico impulsionado pelas pesquisas científicas. Dessa forma cabe a pergunta: pode-se afirmar que o efeito desse desenvolvimento representa, de fato, um progresso da humanidade rumo ao “melhor”? Essa ênfase de apelo ao racional e à estruturação de modelos que se restringem aos aspectos puramente formais do desenvolvimento científico e tecnológico tem demonstrado historicamente certas nuances voltadas para o conflito, à exclusão e à organização de um poder da técnica e do conhecimento pelas nações mais desenvolvidas do planeta.

Dupas (2001) entende que a partir do fim da Guerra Fria e da corrida desenfreada pela conquista do espaço, os Estados Unidos da América e a União Soviética diminuíram o fluxo de investimentos específicos para o desenvolvimento tecnológico. Portanto:

[...] a direção do desenvolvimento tecnológico passou a ser determinada basicamente pelo setor privado. [...] os vetores tecnológicos se autonomizaram definitivamente de maiores considerações de natureza social ou de políticas públicas. [...] o capital apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a das amarras metafísicas e orientando-a [...] para a criação de valor econômico. (DUPAS, 2001, p. 23).

Lévy (2003) em suas reflexões acerca da sociedade da informação enfatiza a importância da inteligência humana, do saber apenas como um fragmento e do espaço como a sua dispersão. Entretanto, considera que:

[...] O intelectual coletivo realiza sua reconstituição. Ele constrói um pensamento transpessoal, mas contínuo. [...] Por intermédio dos mundos virtuais podemos não só trocar informações, mas verdadeiramente pensar juntos, pôr em comum nossas memórias e projetos para produzir um cérebro cooperativo. (LÉVY, 2003, p. 96).

Importa destacar a relevância das questões que se desenham a partir dessa nova realidade. Assim, é pertinente saber qual é o fundamento da educação e da ética nesse cenário tecnológico cada vez mais dinâmico e autônomo, quando se discute o desafio de se buscar novas tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Mais ainda, entrever qual deve ser a tarefa da ética e da educação diante da defesa da inovação tecnológica determinada pelos interesses dos grupos sociais dominantes, em detrimento dos interesses sociais. Dupas (2001) persegue semelhante questionamento quando destaca que o capital: “[...] transformou as legislações locais e internacionais de marcas e patentes em instrumentos eficazes de apropriação privada das conquistas da ciência, reforçando os traços concentradores e hegemônicos do atual desenvolvimento tecnológico”. (DUPAS, 2001, p. 23). Ora, o estudo dessas relações reconhece como sendo óbvias as tendências positivas das tecnologias na medida em que contribuem para o rendimento do trabalho, aproveitamento da energia, controle das doenças, bem como do emprego das máquinas para a consecução de tarefas mecânicas e perigosas.

Mas, também aborda os efeitos negativos da tecnologia, visivelmente caracterizados na poluição da superfície terrestre, do mar e da atmosfera; pelo consumo e exploração indiscriminada dos recursos naturais, prejudicando o equilíbrio ecológico; pelo poder de destruição das armas químicas e biológicas e das bombas nucleares; pelo processo de transferência direta de tecnologias dos países desenvolvidos para os países periféricos, sem o devido respeito aos modelos culturais e às limitações tecnológicas e econômicas dos países receptores tais como recursos humanos, ambiente cultural, disponibilidade de matérias-primas e mão-de-obra etc. O imperativo do lucro se sobrepõe à cooperação e à solidariedade. A exclusão faz sentir seus reflexos nos campos sociais, econômicos, políticos e culturais. Portanto, as nações mais pobres são as mais atingidas.

Assim, os princípios expressos pela necessidade social – o que seguramente é inevitável na sociedade de consumo – referem-se àquelas necessidades artificialmente geradas pela publicidade e pelo desejo desenfreado de ostentação, riqueza, prazer e poder. Quanto aos recursos sociais disponíveis e

necessários, ressaltam-se aqueles que envolvem o capital, disponibilidade de matérias-primas e a utilização de mão-de-obra qualificada. É essencial, portanto, a existência de pessoas que manifestem a necessidade de consumo para que se estruture o mercado para o produto a ser desenvolvido. Os resultados desse processo e progresso técnico e científico representam um desafio ético para a humanidade. Dupas (2001), também se impõe a mesma questão, na medida em que:

Não se trata de ir contra o desenvolvimento tecnológico, adotando um posicionamento reacionário. [...] a tecnologia pode e deve se submeter a uma ética que seja libertadora a fim de contemplar o bem estar de toda a sociedade, presente e futura, e não apenas colocar-se a serviço de minorias ou atender necessidades imediatas. (DUPAS, 2001, p. 18).²⁷

No entanto, novas questões também se impõem na medida em que as tradições morais, o confrontamento de culturas, povos e raças são submetidos à cultura da civilização global tecnocientífica, sem a consideração e respeito pelas diferenças, limitações de desenvolvimento econômico e princípios culturais distintos. O efeito cada vez mais negativo desse processo trouxe à tona a reflexão e a tarefa do homem da sociedade da informação de assumir criticamente a responsabilidade de suas ações nesse universo tecnológico cada vez mais complexo e excludente.

Em todas as direções possíveis, a convivência entre as nações e as sociedades se assenta sobre os princípios de uma concorrência cada vez mais dinâmica, alimentada pela produção de bens, serviços e informações. O acesso ao consumo dos produtos gerados pela tecnologia da informação se transforma numa questão de sobrevivência ou morte, de exclusão ou inserção num universo potencialmente novo, onde o trabalho, a educação e a ética enfrentam desafios

²⁷ A importância do papel do Estado é indiscutível nesse contexto, pois deve expressar a preocupação consciente de seus cidadãos para os problemas da nova ordem mundial e de seus desafios crescentes. Trata-se de uma práxis social que passa pelo crivo da Educação como mediadora de uma ação integrada e crítica.

constantes. A reflexão sobre essa nova realidade também é expressa por Attali (1993):

Esta claro que não caminhamos para uma sociedade pacificada, onde os serviços predominariam sobre a indústria [...]. Pelo contrário, caminhamos para uma sociedade hiperindustrial, onde dominará uma concorrência implacável para a produção e consumo de bens, utilizando justamente a informação, tornado escassa para poder ser vendida. Os programadores integrar-se-ão aos computadores, ou seja, a informação fará parte dos próprios objetos industriais. Os serviços só farão sentido e terão poder se servirem ao desenvolvimento da indústria. E os serviços que existem unicamente para a especulação financeira não serão nem portadores, nem criadores de valor. (ATTALI, 1993, p. 189).

Contudo, se os principais problemas sociais encontram sua gênese no capitalismo global, a reflexão ética deve levar em consideração essas características, pois são as mesmas que afetam diretamente a consideração pela educação, pelo trabalho, pelos princípios e diversidades culturais.

Impõe-se como consequência dessa teia de relações uma nova postura da educação, fundada não exclusivamente na transmissão das técnicas em poder da sociedade, mas também na formação do indivíduo e na preservação de seus valores culturais. Trata-se de uma abordagem do problema que surge das consequências que o desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade da informação traz não somente à vida individual, mas especificamente à vida associada do homem e à sua práxis social. Freire (1983) ressalta que:

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza, sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe. (FREIRE, 1983, p. 80).

As questões abordadas até então se revestem pela sua prática histórico-social. Têm-se, aqui, questões concretas, como a nova concepção de tempo, os efeitos do moralismo, o papel da ciência e da técnica, o lugar do cientista e do técnico, as relações existentes entre mercadorias e tecnologias e o desenvolvimento do conhecimento científico aplicado. Nasce um novo sujeito histórico e um comportamento que se expressa em função das novas articulações determinadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico. A educação se insere nesse processo como elemento primordial para o desenvolvimento do indivíduo, da condição de sua expressão e liberdade. Theodor W. Adorno, em sua obra – “Educação e emancipação” – destaca que:

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparassem os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (ADORNO, 1995, p. 143).

Na mesma direção vale ressaltar os questionamentos que se levantam quanto à operacionalização desse processo, de sua viabilidade e principalmente de sua aceitação e sucesso pela comunidade. É o que se pergunta Dowbor em sua obra – “Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação” -:

Como inverter a dinâmica de uma educação que hoje constitui um fator de reforço das desigualdades? Como rearticular os diversos universos sociais cada vez mais distantes? O nosso desafio, portanto, não é só o de introduzir novas tecnologias com o conjunto de transformações que isto implica, mas também de assegurar que as transformações sejam fonte de oportunidades. (DOWBOR, 2001, p. 33).

A educação se legitima pelos princípios da ética, através da reflexão crítica e sistematizada sobre as forças que se impõem pela dominação, degradação e alienação como fator de justificação e consolidação das estruturas culturais, sociais, políticas e econômicas. A atenção se volta para a legitimação do

valor eticamente bom, enquanto princípio que enaltece a dignidade humana. A educação, portanto, deve ser concebida como elemento primordial nesse processo de mediação; a ética, por sua vez, passa a se concretizar a partir das referências econômicas, políticas, sociais, culturais, educacionais, tecnológicas e científicas, ampliando cada vez mais as discussões em torno da justiça social, da liberdade, da responsabilidade e da integração entre os indivíduos e da integração cooperativa entre as nações. A estruturação de um modelo educacional que atenda todas as dimensões é um desafio constante. O texto de José Luis Coraggio – “Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção” – conclui que:

É necessário revitalizar a capacidade de diagnóstico e decisão nacionais, capitalizando as experiências no âmbito mundial e a visão global, com a ajuda dos organismos internacionais. [...] propiciar a abertura democrática da esfera pública para assumir, propor, e construir consensos em torno de concepções e ações educativas num espaço transparente e pluralista de inovações, aprendizagem e contínuas retificações. (CORAGGIO, 1998, p. 21).

Contudo, as reflexões em curso neste estudo se assentam sobre as características da sociedade da informação e de suas implicações para o universo da educação e da ética, do trabalho e das pesquisas científicas e tecnológicas. No entanto, reveste-se de uma preocupação que toca diretamente aos homens concretos desse momento histórico, a partir da consideração da idéia de liberdade, responsabilidade, engajamento e postura crítica diante das transformações que ocorrem simultâneas à sua existência. Trata-se de uma preocupação que representa a expectativa da construção de uma autonomia do indivíduo e de sua libertação, conforme defende Paulo Freire (1996). Precisamente neste estudo, uma preocupação voltada para o crescimento do “ser”, o engajamento político, a abertura ao conhecimento com competência científica, enfim, aos questionamentos de uma ética crítica, de uma viva esperança e fé na educação.

[...] A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho. É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica [...] de que preservar situações concretas de miséria é uma imoralidade. (FREIRE, 1996, p. 79).

O próximo capítulo se concentra no estudo do desenvolvimento científico e tecnológico na era da informação, apresentando as implicações sociais desse novo paradigma para o universo da ética, da educação e do trabalho. Objetiva refletir sobre as questões que afetam diretamente os indivíduos e as nações na era dos valores, agora mensurados à maneira do código de barras, enquanto valor de mercado econômico e de oportunidades de lucro.

CAPÍTULO 2

TRILHAS DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA ERA DA INFORMAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS – ÉTICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A informática contemporânea não permite de modo algum alcançar as
performances do cérebro humano.

(Jean-Pierre Changeux, *Do Caos à Inteligência Artificial*)²⁸

O indivíduo só se emancipa quando se liberta do imediatismo de relações que de
maneira alguma são naturais, mas constituem meramente resíduos de um
desenvolvimento histórico já superado, de um morto que nem ao menos sabe de si
mesmo que está morto.

(Theodor W. Adorno, *Educação e Emancipação*)

²⁸ Neurobiólogo, titular da cadeira de Comunicação Celular no *Collège de France* e no *Institut Pasteur*.

A finalidade deste capítulo é apresentar os principais percursos do desenvolvimento científico e tecnológico ocorridos a partir da segunda metade do século XX, principalmente no período pós-guerra, destacando suas implicações sociais e as novas características que daí surgiram para a constituição da reflexão ética, das novas perspectivas para o trabalho e da orientação do papel da educação, e do papel do Estado no contexto da globalização da economia, da cultura e da informação. Estabelece um diálogo com as perspectivas de uma práxis social que resulte na estruturação dos valores de uma ética da integração na era do “homem e da nação código de barras”.

2.1. Primeiras manifestações do desenvolvimento científico e tecnológico na era da informação e perspectivas da construção de uma ética da integração.

O desenvolvimento da técnica sempre esteve associado ao trabalho desde os primórdios das civilizações. Sua sistematização recebeu impulso expressivo a partir do renascimento, momento oportuno da história em que as transformações culturais, políticas e econômicas atingiram um nível expressivo de desenvolvimento. O apogeu do progresso científico se dá entre o período que se estende de 1830 a 1914. De acordo com Burns (1982) isso foi possível principalmente pelo desenvolvimento da Revolução Industrial. Assim:

[...] A ciência pura ocupa mesmo, na época moderna, uma posição algo semelhante à da escolástica no século XIII. É, ao mesmo tempo, um substituto da lógica como disciplina do espírito e a expressão de um insaciável desejo de conquista de todos os conhecimentos, de um domínio intelectual do universo. [...]. (BURNS, 1982, p. 792).

Os avanços do conhecimento científico se estenderam rapidamente. De acordo com Burns (1982), destaca-se a hipótese de Lamarck (1744-1829), sobre as explicações da evolução orgânica; a hipótese darwiniana da seleção natural e o seu aperfeiçoamento por Weismann (1834-1914) e De Vries (1848-

1935); o surgimento da teoria celular, o desenvolvimento da embriologia, da citologia e bacteriologia; os progressos expressivos da medicina, como a teoria microbiana das doenças e a descoberta de sua cura, além do descobrimento dos hormônios e das vitaminas; as conquistas inéditas das ciências físicas, notadamente aquelas relacionadas à revolução da luz, da eletricidade e de outras formas de energia; as revisões sobre o conceito de matéria e as teorias de Einstein; a gênese e o desenvolvimento das novas ciências sociais. A partir daí os elementos da ciência passaram a ser aplicados diretamente aos processos tecnológicos.²⁹ A revolução industrial marcou o início de um processo que culminou no mais avançado desenvolvimento científico e tecnológico que a humanidade já conheceu. No entanto, a informação sempre foi um instrumento determinante na construção das relações humanas. Considerar apenas um momento histórico talvez não seja plausível. Aqui, a consideração pelo período do renascimento se reveste de um recorte histórico mais sistematizado para o objetivo deste estudo, conforme será explicado.

Portanto, não somente a linguagem, mas precisamente a estruturação da informação e sua articulação no decorrer da história humana têm contribuído para o ritmo das transformações sociais, econômicas, culturais, éticas, tecnológicas, científicas e educacionais. Abrem-se as portas de um cenário marcado pela cultura da modernidade, onde a sociedade otimiza o desenvolvimento a partir da informação e de suas tecnologias. Segundo Mattelart (2002), o enumerável e o mensurável são considerados como discursos verdadeiros, coroados pela importância da matemática, da ação útil e de um modelo de raciocínio prático e sistematizado. A Revolução Francesa se volta para a pretensão de uma busca da perfeição das sociedades humanas, através de um universalismo e igualdade entre os cidadãos. Para Mattelart (2002):

²⁹ Segundo Burns (1978), o período que se estende de 1918 a 1953, assiste aos progressos revolucionários da ciência, caracterizados pelos fundamentos da ciência contemporânea na área da física, do princípio de indeterminação de Werner, da liberação da energia contida no átomo e de sua desintegração, do desenvolvimento das armas químicas e da bomba de hidrogênio, dos progressos da biologia e do surgimento do antibiótico, e dos princípios da medicina preventiva.

A idéia de uma sociedade regida pela informação está [...] inscrita no código genético do projeto de sociedade inspirado pela mística do número. Ela data, portanto, de muito antes da entrada da noção de informação na língua e na cultura da modernidade. Esse projeto, que ganha forma nos séculos XVII e XVIII, entroniza a matemática como modelo de raciocínio e da ação útil. O pensamento do enumerável e do mensurável torna-se o protótipo de todo discurso verdadeiro ao mesmo tempo que instaura o horizonte da busca da perfectibilidade das sociedades humanas. Momento forte da materialização da língua dos cálculos, a Revolução Francesa faz dele o modelo da igualdade cidadã e dos valores do universalismo. (MATTELART, 2002, p. 11).

No entanto, a história da sociedade da informação e a sua estruturação a partir dos Estados Unidos da América, ao que parece, obedece a uma perspectiva geopolítica. Fato incontestável é a emergência de uma nova ordem mundial, o que pode ser compreendido a partir das últimas décadas do século XX, quando da observação das alterações na geografia do mapa-mundi. São transformações revelantes que se processaram inesperadamente, numa velocidade acelerada e de mudanças profundas no cenário internacional, conforme aponta Vesentini (2003). Impõe-se a questão de saber se a Primeira Guerra Mundial e precisamente a Segunda Guerra Mundial desempenharam algum papel no processo de revolução da informação e de suas tecnologias. Mas o fato é que entre o período de 1989 até 1991, ocorreu um aceleração do tempo, marcado por mudanças que podem ser consideradas irreversíveis. Ressalta-se que esse contexto histórico pode ser comparado ao período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando mudanças significativas ocorreram no desenho do mapa-mundi.

Essa nova realidade histórica que aponta para a redefinição de fronteiras instaura também uma crise geopolítica mundial, que segundo Vesentini (2003), se refere à estruturação de uma nova ordem mundial, de novas relações de dominação e de força no espaço mundial. A geopolítica tem por objeto uma política voltada à questão territorial ou espacial. É importante a compreensão de sua dinâmica na medida em que a mesma estabelece as políticas de expansionismo, de guerras entre Estados, de políticas territoriais e principalmente de definição de

fronteiras. Em outros termos, trata-se de um estudo que analisa as influências dos fatores geográficos, demográficos e econômicos acerca da política interna e externa adotada por determinado Estado.

Segundo Vesentini (2003), a ordem mundial se ocupa com os problemas pertinentes ao equilíbrio internacional do poder, notadamente àqueles que se referem às grandes potências e as suas áreas de influências, disputas e tensões nos campos políticos, militares, diplomáticos, comerciais e culturais entre os Estados. No contexto da sociedade da informação e do desenvolvimento tecnológico, não se pode percorrer suas trilhas sem a compreensão das novas relações entre espaço e poder mundial, da questão do imperialismo, das desigualdades internacionais, da geopolítica, da geoestratégia mundial e da preocupação com o meio ambiente. A aglutinação de capitais, a formação das grandes corporações industriais transnacionais, a expansão do comércio internacional e a corrida por mercados consumidores transformou o cenário mundial do século XX, marcado amargamente pelos horrores das duas grandes guerras mundiais.

Desenhou-se um novo posicionamento crítico-cultural em face das transformações que estavam em curso. Contribuição expressiva para a sistematização de uma análise crítica desse novo momento foi dada pela filosofia da ética, sociologia e filosofia da educação. Nesse contexto, questões fundamentais passaram a ser abordadas diante do extermínio humano em massa causado pelas guerras mundiais. Associou-se o desenvolvimento sistemático da tecnologia a partir de 1914 à indústria bélica e não ao bem-estar social da humanidade e à estruturação mais digna do trabalho. A dinâmica da nova ordem geopolítica mundial, além de interferir diretamente nas estruturas de cada nação – no que se refere aos temas econômicos, políticos, sociais e culturais – também diz respeito à caracterização dos novos elementos norteadores desse processo que se assentam sobre os princípios das políticas educacionais adotadas em particular em cada nação, bem como de uma nova construção de princípios ou desestruturação do comportamento moral.

Contudo, a reflexão crítica da ética deveria emergir do seio desse processo educacional de orientação técnica e voltado para os padrões do mercado. Na sociedade da informação a estruturação dessa reflexão tornou-se imprescindível. Há uma confusão generalizada quando o assunto é ética, dada a sua aplicação como estratégia de comportamento profissional e nitidamente como ferramenta no mundo empresarial como diferencial no mercado da competição e do lucro.³⁰

As trilhas do desenvolvimento tecnológico e suas implicações sociais na sociedade da informação se revestem de uma realidade econômica marcada pela globalização presidida pelas empresas multinacionais e de suas políticas de investimentos em países pobres em desenvolvimento. Duas questões se abrem para o debate: a primeira se concentra nas políticas de investimentos e de capitais efetivamente aplicados em infra-estrutura pelas empresas multinacionais em países pobres e também das aplicações realizadas pelo capital especulativo naquilo que se convencionou chamar “economia de cassino”; a segunda questão diz respeito à análise das políticas do Banco Mundial de financiamento para a Educação nos países pobres sob o ponto de vista das autonomias e das identidades nacionais, tendo como fim e objetivo último, a importância da economia global. No que se refere às empresas multinacionais nos países em desenvolvimento, segundo um julgamento oficial, pode-se dizer que:

As empresas multinacionais são um fator essencial na economia mundial e sua importância tem crescido continuamente nos últimos 25 anos. Nos últimos anos, estas empresas investiram entre 180 e 250 bilhões de dólares só nos países em desenvolvimento. Os cerca de 37.000 grupos com suas mais de 200.000 filiais – quase a metade em países em desenvolvimento – representam uma aplicação de cerca de 3 trilhões e 400 bilhões de dólares americanos (em valores do ano de 1994). (LEISINGER; SCHIMITT, 2001, p. 33).

³⁰ A ética, muitas vezes, no campo empresarial, passa a ser utilizada a partir da política do simulacro, representando apenas artificialmente a realidade e apresentando uma aparência enganosa acerca dos principais problemas sociais, como a política ambiental, o desemprego estrutural e a idéia de sucesso e competitividade legitimada pela postura ética e responsabilidade social.

O conjunto dessas transformações desembocou, na segunda metade do século XX, na marca de um novo renascimento caracterizado pela tecnologia e economia globalizada. De acordo com Castells (1999):

[...] O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; [...] individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerado, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações; [...] aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e gestão de capital. (CASTELLS, 1999, p. 39-40. v.1.).

No entanto, há que se destacar a ordem mundial multipolar antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), para a devida compreensão da dinâmica das transformações e inovações tecnológicas e de seus impactos na sociedade da informação. Conforme já assinalou Castells (1999) sobre as mudanças no capitalismo no final do século XX, Vesentini (2003), na mesma direção, ressalta a importância de se compreender que a ordem mundial multipolar anterior à Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se pela diversidade de pólos ou mesmo centros de poder que disputavam entre si a dimensão hegemônica e principalmente a supremacia internacional. Segundo Vesentini (2003), os principais personagens desse palco – a ordem mundial multipolar – foram representados pela Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos da América, Japão e Rússia. Entretanto, a Inglaterra constituía-se na única potência do século XIX do planeta, mas amargando uma nítida decadência a partir do final desse mesmo século. De outro modo, a França e principalmente a Alemanha tornaram-se concorrentes na Europa e também no processo de disputa e de colonização da África e da Ásia. Os Estados Unidos da América representam a potência solidificada no continente americano, enquanto o Japão se debruça sobre uma política expansionista no leste e no sudeste da Ásia. A Rússia, por sua vez, caracterizada por uma política

sempre militarizada, acena na disposição de guerras de conquistas territoriais. Portanto, “[...] a pertinência da categoria imperialismo para analisar as relações de poder no nível mundial ou global ainda não se esgotou. [...] o poderio avassalador dos EUA, a única superpotência atuante nos nossos dias, parece confirmar a idéia de um novo imperialismo”. (VESENTINI, 2003, p. 8).

O debate em torno da construção de uma ética da integração deve considerar essa categoria do imperialismo apontada por Vesentini (2003). Conforme já se destacou anteriormente, há um investimento expressivo por parte do governo norte-americano em pesquisas científicas e desenvolvimento de novas tecnologias na área da informação.³¹ Em consequência disso, há um perigo iminente, ou mesmo já existe e é concreto, do desenvolvimento de uma ciência patrocinada como sinônimo de poder e dominação. Soma-se a esse vetor, a manipulação genética e a vedete da biotecnologia e de suas aplicações comerciais para o século XXI, fato relevante quando se põe em pauta a discussão ética sobre os limites e avanços das pesquisas científicas mundiais. A sociedade da informação encontra suas raízes a partir do cenário acima exposto. Trata-se de um emaranhado e complexo universo de fatores que envolvem principalmente políticas econômicas internacionais, conflitos e decadência generalizada.

A expansão da economia internacional e o processo de globalização cultural assentam-se sobre os resultados práticos das novas tecnologias, principalmente da informática, das telecomunicações, dos transportes e da aplicação de sistemas gerenciais na administração e no complexo mercado financeiro global. Um enfoque ético para essa questão também foi suscitado por René Thom:

[...] a ciência, atividade “patrocinada” cujos resultados muitas vezes escapam aos seus produtores, é também um instrumento de poder industrial, militar, financeiro ou espiritual, do qual pode-se lançar

³¹ Destaca-se aqui a importância das políticas públicas enquanto financiadoras do desenvolvimento das tecnologias da informação. Essa realidade, portanto, é presidida pelos Estados Unidos da América, pela União Européia, (principalmente a França, a Inglaterra e a Alemanha); e no mundo oriental pela China e Japão,

mão na luta pelo poderio e dominação. Hoje em dia, temos uma amostra disso nos progressos da genética: recusa de manipulação genética ou proibições proferidas por autoridades legais ou religiosas. Vemos, então, surgirem candidatos à figura gloriosa do herege. Aliás, não tem a própria comunidade científica interesse em produzir, de tempos em tempos, alguns hereges? Ela se asseguraria assim da simpatia de uma população em princípio desconfiada. (THOM, 1993, p. 25).

Por isso mesmo, intensificou-se a partir desse momento a preocupação com o papel da educação e de sua relação com o desenvolvimento econômico e com as novas tecnologias aplicadas ao trabalho. A exclusão social, precisamente no tocante ao trabalho, reveste-se de um princípio que contempla o conhecimento científico no desenvolvimento de atividades, exigindo-se a capacidade intelectual voltada para os desafios das inovações técnicas e científicas. Segundo Destro (2003), pode-se afirmar que:

A sociedade da informação deve ser compreendida como um novo modelo de desenvolvimento, onde a ação do conhecimento é vista como fonte de produtividade, onde o conhecimento age sobre o próprio conhecimento. [...] Na nova sociedade, o conhecimento é uma moeda circulante, não é domínio de nenhum professor [...]. (DESTRO, 2003, p. 67).

A competição funda-se como a marca de uma economia neoliberal, estendendo seus efeitos sobre o universo do trabalho e da atividade científica, tecnológica e intelectual. A nova ordem da economia mundial é caracterizada pelo neoliberalismo da globalização. Abre-se um horizonte também globalizado das relações de capital. Novas questões se impõem diante dos problemas dos efeitos da globalização para as economias e culturas mais pobres do planeta. A contradição é patente na medida em que esses países apresentam um baixo índice de produção tecnológica e de inovação competitiva nos mercados internacionais; elevada ausência de geração do conhecimento gerando uma mão-de-obra barata e falta de valor agregado para os produtos destinados à exportação. Dessa forma, o diagnóstico da sociedade da informação se apresenta na formulação de um pragmatismo financeiro, finalismo utilitarista e violência urbana marcada pelos

efeitos da exclusão social. O pragmatismo assinala a prática humana como seu último critério de legitimação. O conhecimento e a verdade se constituem como resultados da prática humana.³²

O utilitarismo, enquanto doutrina ética, entende que o bem se identifica com o útil. No entender de Jeremy Bentham (1748-1842), seu representante mais importante, a felicidade consiste no esforço em se afastar da dor e de se obter o máximo de prazer possível. Porém, este objetivo deve levar em consideração a felicidade de todos e não a satisfação individual como fim último da ação.³³ Portanto, são de suma importância para a compreensão desse movimento a construção do mundo bipolar e o conseqüente desequilíbrio da ordem multipolar que marcou o período das guerras mundiais. Vesentini (2003), ressalta que após a Segunda Guerra Mundial, as potências européias tiveram suas economias arrasadas e ocorreu também a desestruturação dos impérios coloniais na África e na Ásia. Quanto ao Japão, que também saiu arrasado da Segunda Guerra Mundial, iniciou um processo de perda das áreas que havia conquistado no extremo Oriente (Coréia, Manchúria, partes da Sibéria e outras regiões). O mundo bipolar se assenta, nesse momento, no poderio econômico e militar dos Estados Unidos da América e da União Soviética, dois grandes pólos, autênticos centros de poder do planeta. Para Vesentini (2003), o mundo bipolar respirou uma vida de 45 anos, período que teve sua gênese desde o término da Segunda Guerra Mundial até o ano de 1991. Na mesma direção, os estudos de Mattelart (2002) indicam que:

[...] as estratégias de expansão planetária ditas globais [...] presidem a reorganização dos modos de fazer a guerra e a paz [...] que tem olhos apenas para os lugares em que há dispositivos técnicos [...]. Foi sob a sombra da tese dos fins, começando com o fim da Guerra

³² Na tradição filosófica, no entanto, pode-se encontrar certas formulações do pragmatismo desde os Sofistas. Ressalta-se, porém, que sua sistematização e seu devido aprofundamento veio a ocorrer no século XIX, contrapondo-se ao Idealismo. Seu representante mais autêntico foi William James. Ao lado deste, destacou-se John Dewey. Mas, Peirce divergiu em alguns pontos das formulações defendidas por James, o que determinou a criação do pragmaticismo. É comum também encontrar formulações particulares do pragmatismo no marxismo e em Nietzsche.

³³ Na Antiguidade grega, algumas idéias utilitaristas podem ser encontradas entre os Sofistas. Na época moderna destaca-se Helvetius (1715-1771). Mas coube a James Mill e a John Stuart Mill a tarefa de prosseguir os estudos em torno do utilitarismo de Bentham.

Fria, a idéia de sociedade da informação como alternativa aos dois sistemas antagônicos. (MATTELART, 2002, p. 8).

O mundo bipolar representa uma disputa entre os Estados Unidos da América, senhor absoluto e patrocinador dos princípios capitalistas e a URSS, expressão máxima do socialismo. Mas, a partir do final dos anos 80, muitas transformações que já se encontravam em curso ganharam notoriedade, como o crescimento do Japão e também da Europa Ocidental. Tal fato contribuiu significativamente para que os Estados Unidos da América sofressem diretamente uma disputa pela sua supremacia planetária.³⁴ No entender de Vesentini (2003), outro fator contribuiu para que essa disputa se tornasse preocupante. Trata-se do esgotamento gradativo do modelo socialista, principalmente da economia planificada, largamente implantada pela URSS e pelas nações que aderiram a esse bloco. Muitas questões são suscitadas a partir dessa nova realidade. Conforme Vesentini (2003), quais os motivos que conduziram a economia planificada a uma crise? De que maneira entender a forma pela qual a bipolaridade foi submetida ou substituída por uma nova ordem mundial? Ainda mais, qual a característica do espaço em que os novos centros mundiais de poder escolherão para exercerem seus papéis? Essas e outras questões são pertinentes para o entendimento da sociedade da informação; pois:

Pela primeira vez na história da humanidade passa a existir, gradativamente, uma temporalidade para todas as sociedades, a temporalidade capitalista em que tempo é dinheiro, é valor de troca (“se gasta e não mais se passa”) e a história tornada universal ou geral (e não mais local e plural), que é interpretada então como processo contínuo, constitui-se no lócus privilegiado da ideologia e da legitimação das relações de dominação. (VESENTINI, 2003, p. 15-16).

Portanto, com o declínio da Guerra Fria, ocorre a emergência de uma nova ordem mundial ainda em estruturação a partir dos Estados Unidos da América, da

³⁴ É importante o entendimento dessa situação histórica para a compreensão de um novo modelo e da dinâmica dos efeitos e das transformações tecnológicas, de suas influências sociais, principalmente entre as nações mais pobres, submetidas às margens das tecnologias da informação.

União Européia, do Japão, da China, da Índia e da Federação Russa. Daí o desafio que se impõe para a compreensão das novas relações de força e dominação no espaço mundial, bem como das relações entre espaço e poder numa dimensão internacional. Os desenvolvimentos das tecnologias associados à informação e à sua aplicação acenam para uma nova realidade da dinâmica da economia e do comércio internacional. Entender, pois, a relação entre ética, educação e tecnologia no contexto da sociedade da informação requer, como se delineou acima, a compreensão do imperialismo, das desigualdades internacionais, da geopolítica e da geoestratégia mundial. O entendimento das relações entre ética, educação e tecnologia na sociedade da informação tem por objeto de análise o panorama da sociedade em seus múltiplos aspectos e de seus principais problemas no cenário da globalização, conforme já foi dito na primeira parte desse estudo.

2.2. O despertar das novas tecnologias na era da informação: consequências éticas e sociais

Como preâmbulo da exposição que se segue, as tecnologias se encontram a serviço da vida e também da morte. Fato que se constata a partir da vulnerabilidade que as tecnologias mais avançadas dispõem frente aos perigos, às ameaças, às distorções e manipulações do poder de grandes nações e de grandes corporações industriais. Dessa maneira, é inegável, também, o abismo que separa os países do norte, agraciados pela sofisticadíssima sociedade informatizada e os países do sul, submetidos à desigualdade social decorrente da falta de acesso à informação e de suas tecnologias mais recentes. Dreyfus (1993), no entanto, defende que os computadores serão incapazes de desenvolver instituições semelhantes às humanas, e suficientemente capazes para apreenderem a complexidade que envolve o mundo. Na verdade, estão condenados a uma dimensão mecanicista seqüencial. Portanto:

Os computadores não serão muito mais inteligentes do que agora daqui a cem anos. Na época os nossos problemas serão diferentes e a obsessão atual será menos intensa, pois os computadores ocuparão um lugar tão normal quanto os carros ou as máquinas de lavar. O que se deve temer é essa rigidificação, essa “estupidez racionalizante”. [...]. (DREYFUS, 1993, p. 214).³⁵

É certo que os avanços da moderna civilização tecnológica são inegáveis. Ao que parece a humanidade se encontra condenada ao progresso científico e tecnológico. A sociedade da informação aplaude os fantásticos avanços da tecnologia, independentemente de seu acesso a ela ou não. Um novo mito, uma nova realidade que desperta um interesse universal e marca as fronteiras das desigualdades entre as nações do planeta e dentro delas mesmas. Quanto ao futuro dessa sofisticadíssima sociedade informatizada, principalmente nos países desenvolvidos, o que se pode prever? Apenas incertezas? Qual o papel da tecnologia diante do destino da humanidade? Quais são os principais problemas da civilização tecnológica? Até quando se assistirá o deslumbrar-se humano diante das belezas dos feitos e avanços tecnológicos? De que maneira perseguir com ousadia – e na mesma proporção, determinação e rapidez – a reflexão sobre os novos desafios éticos, da práxis social e da educação? De que maneira acenar com maturidade para os encantos da técnica sem perder de vista a condição da liberdade?

Os grandes projetos do capitalismo global e de suas corporações envolvem pesquisas que se debruçam sob a mística científica e tecnológica. Não há, portanto, sistematicamente, projetos audaciosos que, na mesma medida, envolvam debates, estudos e pesquisas em questões éticas, do direito e da educação. Daí, como avaliar um progresso nessas áreas? De que maneira mensurar um possível avanço e progresso no campo da moral, do direito e da educação? É possível afirmar, portanto, que a moral, o direito e a educação também evoluem para o melhor na mesma proporção do desenvolvimento científico

³⁵ Aqui se pode argumentar em favor de uma atenção à pessoa humana, à sua integridade e sobre a maneira pela qual a mesma pode se integrar aos novos padrões de comportamento e de comunicação global.

e tecnológico? Em outros termos, é possível a construção sistematizada de uma ética universal, onde princípios mínimos de convivência e tolerância permitiriam uma integração sustentável entre as nações? Jacques Attali, prospector de horizontes, assim como é chamado por Pessis-Pasternak, em sua obra – “Do caos à inteligência Artificial” – sustenta claramente que:

[...] na origem, cada homem deseja apropriar-se da força do outro, e que, para isso, o consome e até o come. Isto é [...] a fonte de toda violência primitiva. Nas primeiras sociedades, o ritual organiza a canalização dessa violência no sacrifício do bode expiatório e pela troca dos objetos. Já o sistema imperial procura dar um sentido à violência, e conjurá-la pela força, e não mais pelo medo. A partir do século XVII, a ordem mercantil introduz uma nova gestão da violência, através do dinheiro. Cada uma dessas sociedades tem sua ética, seu carrasco, seu senhor, sua elite, seus guias, que chamo de vigias, seus espiões e caçadores, seu centro bastião de força, e sua periferia, onde reinam a miséria e a desordem como consequência da “complexificação” e da ordem do centro. (ATTALI, 1993, p. 174).

Todas as sociedades enfrentam desafios comuns. Com o auxílio da ciência e da aplicação de tecnologias específicas, procuram superar as dificuldades no processo de transformação do espaço natural em espaço geográfico. Organizam o trabalho, produzem bens, melhoram os meios de comunicação e transporte e buscam também melhorar a qualidade de vida. Impõe-se como condição necessária nessa teia de relações a dependência mútua entre os indivíduos de uma mesma sociedade ou comunidade e destes com outras nações e culturas distintas. Portanto, em todos os setores da atividade social, a presença de qualquer tipo de tecnologia, rudimentar ou não, é indiscutível e necessária ao desenvolvimento e progresso de cada nação. O aperfeiçoamento das máquinas e das tecnologias incorporadas ao processo industrial revela, no contexto da sociedade da informação, as relações de forças, rupturas e continuidades de um processo inaugurado pelas políticas científico-tecnológicas das instituições governamentais das grandes potências.

Assim, como afirma Dupas (2001), a discussão sobre o futuro da sociedade da informação apresenta grande relevância a partir da importância dos temas atuais que envolvem a globalização e suas conseqüências sociais, a questão dos níveis de emprego e do desemprego estrutural, bem como a dinâmica das grandes cadeias produtivas. As máquinas sofisticadas e o desenvolvimento de robôs inteligentes (robótica industrial) não garantem universalmente a minimização do sacrifício humano diante do trabalho. Mas, por seu turno, reduz inegavelmente, o tempo de execução do trabalho. A robótica industrial desponta como uma área de concepção, criação e produção de robôs inteligentes, tendo larga aplicação nas indústrias e mais recentemente na área da medicina. Ao lado da robótica, a mecatrônica se constitui na junção sistemática da mecânica com os princípios da eletrônica e destes com os avanços da informática, com o objetivo da criação de máquinas cada vez mais inteligentes e autônomas. Há uma expectativa para que todas as pesquisas representem um papel social relevante em todas as partes do globo. Mas, o que se percebe, ao contrário, é que as mesmas se transformam em questões estratégicas do desenvolvimento nacional e internacional sem levar em consideração a possibilidade de criação de uma democracia interativa mundial. Henri Atlan é considerado o teórico da auto-organização. Segundo (PESSIS-PASTERNAK, 1993, p. 52), “[...] Atlan interroga-se sobre os problemas de ética e sociedade suscitados pelas tecnociências, sem fornecer os meios de resolvê-los, arrasando assim com os ideais socráticos”. Nessa direção, Atlan (1993), sustenta que:

[...] O método experimental científico define os seus objetos, isolando-os de tudo o que não seja esses objetos, de modo a que eles possam servir a uma experimentação reprodutível em diversos laboratórios do mundo, quaisquer que sejam as circunstâncias políticas ideológicas e sociais. (ATLAN, 1993, p. 53).

Essa consideração permite afirmar que os avanços tecnológicos nos países ricos se desenvolvem em progressão geométrica, fato perceptível nas realizações da tecnologia traduzido no universo da microeletrônica e dos sistemas

de comunicação e informação. Associado a esses avanços, a capacidade de recriar a realidade a partir das modernas tecnologias pode ser notada pela aplicação da Internet, dos robôs, da telefonia móvel (celular), dos satélites, dos computadores, do desenvolvimento de materiais sintéticos, dos automóveis e aviões, do rádio, televisão, telefone, fax, disco a laser (CD), cinema etc. Porém, a sofisticada aplicação de robôs de última geração tem substituído o trabalho mecânico, agora executado pela inteligência artificial através da automação computadorizada. Trata-se do fascínio humano de almejar o desvendamento dos mistérios fantásticos e instigantes da dinâmica do universo. Segundo Atlan (1993) há uma questão crucial sobre esse tema:

[...] por que a sociedade cobra ética por parte da ciência? Porque, paralelamente ao desenvolvimento das ciências exatas, as normas éticas tradicionais perderam a sua credibilidade. Elas ainda são muito confundidas com filosofias, ou com religiões que a ciência justamente desmistificou. (ATLAN, 1993, p. 63).

A biotecnologia pode ser entendida como uma tecnologia avançada sobre conhecimentos relacionados diretamente a uma ou várias áreas da biologia. Numa acepção mais específica se refere aos estudos destinados ao desenvolvimento de organismos geneticamente modificados e a sua aplicação em diversas áreas. Devido ao seu caráter científico e à sua aplicação imediata no meio social, as tecnologias desconhecem fronteiras. Mas, também não se pode negar os avanços relevantes dessas pesquisas no processamento e sintetização de drogas e medicamentos, bem como o desenvolvimento de vacinas que previnem e combatem aquelas moléstias gravíssimas da primeira infância, notadamente nos países mais pobres. Paralelamente a esses efeitos positivos da tecnologia e das pesquisas científicas para a comunidade mundial impõem-se as questões éticas acerca dos limites e avanços que envolvem o patrocínio e o financiamento das mesmas. Estariam os cientistas interessados em controlar o nascimento do ser humano? A partir da engenharia genética e de outras ciências aplicadas, estariam

preocupados tão somente em alongar a expectativa dos anos da vida humana, desconsiderando o curso natural da existência?

A descoberta da penicilina poupou a vida de centenas de milhares de pessoas em todo planeta, efeito positivo de uma descoberta científica viabilizada pelas tecnologias dos laboratórios da indústria farmacêutica. Assim, atualmente a biotecnologia tem se debruçado em pesquisas na área da genética humana com o objetivo de prevenir malformações futuras. Tem se ocupado também no controle da genética animal, com a finalidade de se obter a alteração dos ciclos reprodutivos, no intuito de promover a seleção de determinadas raças para atingir um aumento na qualidade dos mesmos. Além dessas aplicações, a biotecnologia tem sido utilizada sistematicamente em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de colônias de lavras capazes de combaterem as pragas que infestam as lavouras, o que resulta numa diminuição significativa na aplicação de agrotóxicos agressivos ao equilíbrio do ecossistema e à saúde animal e humana. Somam-se também as pesquisas voltadas para a descoberta de produtos sintéticos extraídos de vegetais com o objetivo de serem utilizados nos enxertos de peles humanas. Há também um desenvolvimento de projetos de equipamentos cada vez mais sofisticados que contribuem no processo de organização do trabalho e em inovações na área de gestão empresarial.

A utilização da leitura ótica nos caixas de supermercados, bem como a utilização dos bisturis a laser e sua precisão em intervenções cirúrgicas complexas, além dos programas de informática que auxiliam nas técnicas de filmagem através de endoscopias, tem contribuído expressivamente para uma melhor condição de organização do trabalho especializado destinado para uma melhor qualidade de vida. Entretanto, o que se verifica é que apenas as nações mais desenvolvidas é que possuem esses recursos. Nessa direção, conforme destaca Atlan (1993):

[...] o conhecimento científico se desenvolveu em oposição às tradições religiosas, e essencialmente à religião cristã. Então procura-se agora amalgamá-las? Isto provém de uma necessidade de unidade que as pessoas sentem para fundar cientificamente uma ética. Procuro justamente mostrar em que essa necessidade deve ser combatida ao mesmo tempo em que busco compreender sua origem. (ATLAN, 1993, p. 66).

O futuro sempre desperta inquietações profundas, principalmente sobre aquelas que são pertinentes acerca da dinâmica do saber científico.³⁶ Os questionamentos éticos se revestem de suma importância nesse terreno quando se indaga sobre a possibilidade de um controle ou de uma única lei a que se deva ter por guia. Questiona-se, portanto, qual deveria ser o papel do Estado e de que forma cada cidadão poderia contribuir com suas reflexões acerca de temas tão relevantes para a existência humana e para a preservação dos direitos humanos.³⁷ Assim, qual é o prognóstico que pode ser feito em relação ao futuro? A envergadura dessa reflexão obedece ao mesmo ritmo da reflexão sobre o desenvolvimento científico e tecnológico? O comportamento moral, a reflexão ética, o direito e a educação são capazes de acompanhar esse mesmo ritmo de transformações e de mudanças bruscas? Deve-se apelar para um diagnóstico sombrio e escatológico ou acenar para a responsabilidade de uma práxis social crítica, ou ainda para os elementos exclusivos da razão? De que maneira evitar a construção de novas e perigosas utopias?

Possivelmente as reflexões de Atlan acenam para uma dimensão mais realista:

[...] Não nego que exista uma realidade; nego simplesmente o fato de que uma teoria ou tradição que permita uma concepção exclusiva da realidade rotule esta com o qualificativo de “última”, como se não pudesse ir além dela. Para mim, pode sempre haver um maior aprofundamento, e por isso não há “realidade última”. A realidade

³⁶ Ressalta-se, aqui, a interferência sistemática da Igreja Católica Apostólica Romana, em períodos importantes da história, no sentido de fazer valer o texto sagrado, não admitindo interpretações em contrário nas questões pertinentes sobre o entendimento da mecânica do universo, sobre os mistérios da criação e sobre o desencadeamento e interpretação do curso da história voltado para a salvação da alma humana.

³⁷ Sem dúvidas, o papel da Educação é indiscutível nesse processo, bem como o da práxis social revestida de valores universais mínimos de conduta. Destaca-se, no entanto, que os problemas da sociedade da informação, conforme se delineou até então, não se constituem em objeto de um determinismo puramente tecnológico e científico. Ao contrário, cabe ao homem propor novos paradigmas de reflexão e de reestruturação de modelos ultrapassados e ineficazes. Mas, o que se nota é que tal discussão deve ultrapassar as barreiras e fronteiras entre as nações, pois se refere aos interesses de todos os povos, uma vez que a integração econômica, política e social, bem como científica, cultural e tecnológica se apresentam como irreversíveis. Trata-se de um tema polêmico, dado a estruturação de uma nova ordem mundial que se desenha no início deste milênio, além das novas relações de poder no espaço global. Temas como o imperialismo tecnoinformacional das nações desenvolvidas e de seu poder de influência nas demais nações, principalmente as mais pobres, são objetos de uma análise ética mais aprofundada e de difícil consenso.

deve ser interpretada, ela é feita daquilo que chamo de “interpretandos”. (ATLAN, 1993, p. 67).

Hobsbawn (2007) se apresenta como pessimista em relação ao futuro. Argumenta que a economia tecnocientífica tem produzido forças suficientes para destruir ou eliminar de vez o meio ambiente, bem como as estruturas materiais mais elementares da vida humana. O mundo contemporâneo é desenraizado, conquistado, transformado pelo processo econômico tecnológico e científico, fruto do desenvolvimento desenfreado do capitalismo. Mas, o capitalismo não pode prosseguir *ad infinitum*. Em outros termos:

[...] As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar. [...] Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos reconstruir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (HOBSEBAWN, 2007, p. 562).

Outras questões relevantes também são apontadas por Dupas (2001), acerca dos laboratórios das empresas transnacionais, quanto às implicações éticas de suas pesquisas científicas para o futuro da humanidade; da utilização indiscriminada e em larga escala dos recursos naturais; da manipulação sistemática de um saber específico; das políticas de financiamento do Estado, principalmente dos mais desenvolvidos em pesquisas científicas e aplicações tecnológicas. Mas, a importância da tecnologia parece ultrapassar os limites de uma reflexão ética que se baseia apenas nos efeitos negativos de suas aplicações. A comunicação e a informação tomaram conta de um espaço sem fronteiras. O rádio tornou-se um instrumento imprescindível para a navegação aérea, marítima e terrestre, sem contar a sua utilização e importância social para as instituições públicas e até mesmo particulares. A televisão desponta como uma nova ferramenta no processo de ensino, viabilizando o acesso às informações através

de textos em tela, áudio e imagens. É um instrumento em potencial de acesso democrático à formação humana, técnica e científica, além do processamento de notícias e informações.

O computador desponta como ferramenta imprescindível e indispensável em todos os setores sociais. Representa avanços fantásticos no processo de organização do trabalho e, através de sua lógica específica, sintetiza, organiza informações e reduz a quantidade de operações em diversas áreas. Permite o acoplamento de componentes periféricos à sua estrutura, como é o caso do fax, do telefone, do vídeo e da impressora. Além disso, sua utilização é mais intensa em determinadas áreas devido à sua conexão com os bancos de dados, largamente acessados pelo sistema bancário, mercado financeiro internacional, bibliotecas e outros segmentos. Mais recentemente sua utilização em grandes corporações empresariais tem contribuído para um novo paradigma de racionalização do trabalho e novas formas de gestão empresarial e logística. Em outros termos, o computador é uma janela aberta para o mundo.

Segundo Lévy (2003), a televisão e o telefone são equipamentos normais utilizados pelas famílias das nações industrializadas, até mesmo nos lares mais simples e modestos. Mas, o que Lévy defende entusiasticamente é um novo modelo de comunicação, ou seja:

[...] O ciberespaço cooperativo deve ser concebido como um verdadeiro serviço público [...]. Os cidadãos poderiam participar de uma administração sociotécnica de um novo tipo, permitindo a grandes coletividades comunicar-se entre si em tempo real. [...] O ciberespaço poderia tornar-se o lugar de uma nova forma de democracia direta em grande escala. (LÉVY, 2003, p. 63-64).

Mas, ainda assim, a informação e a sua compilação em linguagem informacional se restringiria a um seleto grupo com tecnologia e conhecimentos específicos para elaborá-la, processá-la e distribuí-la em rede. Daí a pergunta: a sociedade da informação será capaz de anunciar o fim das ideologias dominantes? Ou ela mesma é uma ideologia sem nome? Dentre as inúmeras vantagens da

aplicação da tecnologia, assim como as significativas melhorias na qualidade de vida, a diminuição do sofrimento, o combate às doenças e à fome e a substituição das atividades operacionais perigosas, penosas e difíceis, estruturam-se em paralelo um conjunto de indagações quanto às suas desvantagens.

Numa rápida abordagem pode-se descrever o desequilíbrio de ecossistemas, o desperdício de energia, o uso desordenado de recursos naturais e o excesso de produção. Outras questões de maior alcance podem ser incluídas, como o processamento da energia nuclear para fins não pacíficos, a fissão atômica e a corrida armamentista característica do período da Guerra Fria. Ora, estas questões são levantadas em função dos efeitos diretos que as mesmas causam no comportamento das culturas e de seus princípios, da preservação de suas identidades e da configuração das ideologias que se impõem como verdadeiras e irrefutáveis. O comportamento individual frente a essas transformações também é afetado, exigindo consciência cada vez mais crítica e aguçada, formação profissional e uma práxis social mais intensa, além da reorganização dos valores morais e da condição da liberdade humana e das nações. Por isso mesmo: “Com a construção de um mundo social e a passagem para a interação guiada por normas, todas as relações sociais adquiriram um caráter implicitamente ético”. (HABERMAS, 1989, p. 198).

No entanto, essa realidade pode ser reforçada diante do aumento da riqueza das nações mais desenvolvidas e de sua hegemonia em relação às nações mais pobres e destituídas de estruturas tecnológicas. Há uma exploração do homem pelo próprio homem, conflitos e guerras.³⁸

Impõem-se, portanto, os desafios da moderna civilização tecnológica, como a distribuição das riquezas geradas pelo desenvolvimento e o acesso universal e democrático às tecnologias da informação e de seus benefícios. Trata-se de questionamentos apontados por Mattelart (2002) e Dupas (2001). Na visão

³⁸ Historicamente pode-se citar o exemplo de Abbas I (1813-1854) que foi paxá e vice-rei do Egito desde o ano de 1848. É interessante observar que suas atitudes no campo da administração envolveram um processo de neutralização das tendências de ocidentalização iniciadas por seu avô Mohammed Ali. Tais medidas implicaram na demissão de técnicos ocidentais, no fechamento de fábricas e na perseguição de intelectuais egípcios com traços de influências ocidentais.

de Mattelart ocorre uma lenta gestação acerca das expectativas dos projetos de reorganização das estruturas. Mas esta abordagem não se configura num fato recente. É um processo histórico. Mas se impõem questões pertinentes à sociedade da informação, como o aumento do desemprego estrutural, da crescente miséria da população das nações mais pobres, das depressões cíclicas do capitalismo global, da crescente ostentação pelo luxo e acúmulo de riquezas, do desencadeamento da crise do Estado, de seu papel e de sua identidade diante das transformações que se impõem cada vez mais em ritmo acelerado.

Mattelart (2002) defende uma postura crítica mais severa acerca do tema da sociedade da informação. Para ele, há um otimismo exacerbado que acompanha as análises e os estudos da “inevitabilidade” da sociedade da informação. Trata-se de saber entrever o processo das tecnologias e de lançar um olhar mais atento sobre as idéias apresentadas como irrefutáveis que visam legitimar a noção de sociedade da informação. O desenvolvimento da Internet representa o ápice que almeja sua legitimação.³⁹ Tal axioma deve ser questionado, assim como as idéias dadas como irrefutáveis sobre a globalização da economia e da informação. A apresentação de dados estatísticos de acesso às informações através da rede mundial de computadores não é suficiente para tal legitimação.⁴⁰

Em sua obra – “A condição Pós-moderna” – Jean-François Lyotard destaca as nuances que envolvem a nova ordem da era da informação.

[...] O Estado e/ou a empresa abandona o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder. A questão é saber em que pode consistir o discurso do poder, e se ele pode constituir uma legitimação [...]. (LYOTARD, 1998, p. 83).

³⁹ Dados apresentados pelo Livro Verde - Sociedade da Informação no Brasil (2000), revelam que: 1) A dinâmica da indústria tem proporcionado uma contínua queda dos preços dos computadores, o que permite a popularização crescente da utilização dessa modalidade tecnológica; 2) O fantástico crescimento da Internet, notadamente nos Estados Unidos da América, onde se atingiu 50 milhões de usuários em apenas quatro anos, “enquanto para atingir esse número de usuários, o computador pessoal tardou 16 anos, a televisão 13, e o rádio, 38”; 3) A evolução da conectividade internacional é inquestionável como fator estratégico fundamental para o desenvolvimento das nações, pois em apenas oito anos, a Internet se disseminou por praticamente todo o planeta, tornando-se um padrão de fato.

⁴⁰ Ver: Apêndice A – A pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”.

Segue-se daí uma abordagem das contradições do progresso e das inovações tecnológicas. O estudo dos problemas da legitimidade da sociedade da informação remete à discussão dos rumos dessa nova ordem histórica. François Gros⁴¹ (2004), entende que a globalização pode ser explicada a partir dos parâmetros econômicos, através de suas leis de mercado e também das tecnologias. A dimensão política, por sua vez, se apresenta apenas como consequência desse processo. Um emaranhado de fatores se aglutinam em questões como os espaços de livre-troca, os agrupamentos de empresas, os acordos internacionais, as regras de direito internacional. O relatório de pesquisa política do Banco Mundial sobre a globalização, crescimento e pobreza aponta para a idéia que:

A globalização altera as relações de poder. No âmbito das relações internacionais, ela muda o poder das nações em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. No âmbito das relações domésticas, ela modifica as relações de poder entre governo, regiões e sociedade civil. Muda mais fundamentalmente as perspectivas de paz – tanto dentro dos países como entre eles. (RELATÓRIO DE PESQUISA POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL, 2003, p. 67).

O reconhecimento que a paz pode ser comprometida aponta para os efeitos preocupantes da globalização para todas as sociedades. Mas, quanto aos homens concretos, aos trabalhadores, quais são os efeitos mais diretos desse processo? Na visão de Hirst e Thompson, trata-se da “retórica política da globalização”, pois:

O capital é móvel e não tem qualquer ligação nacional, ele se instalará onde imperam as vantagens de mercado, mas o trabalhador é tanto nacionalmente localizado quanto relativamente estático, e deve adaptar suas expectativas políticas para enfrentar as novas precisões da competitividade internacional. Distintos regimes nacionais de amplos direitos trabalhistas e de proteção social são, assim, obsoletos. (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 271).

⁴¹ François Gros nasceu em 1925. Membro do *Institut de France*. Ex-diretor do *Intitut Pasteur*. Professor do *Collège de France*. Secretário perpétuo da *Academie des Sciences*.

Pode-se notar o sentimento de impotência dos trabalhadores e também das nações mais pobres frente à mobilidade e à flexibilidade do capital e da geração das tecnologias avançadas no mundo globalizado.

2.3. Educação, trabalho e ética da integração na era do “homem código de barras”.

A discussão em torno do conceito educação é desafiadora, dada a sua natureza revestida de princípios culturais, tradições, valores, técnicas e principalmente de uma teia de relações humanas traduzida nos conteúdos e formas do comportamento moral. A educação, em outros termos, é a expressão universal da consciência crítica. A educação tem por finalidade a formação e o desenvolvimento integral dos homens, desde a consideração pelos seus aspectos físicos, intelectuais e morais. Trata-se também do conhecimento e da observação dos mais variados aspectos culturais que envolvem a vida social. A educação, portanto, é a liberdade manifestada nas dimensões mais nobres e elegantes do ser humano e das culturas, porque se sobrepõe historicamente à opressão, ao domínio inescrupuloso e cruel de governos que impedem a democracia e os princípios da liberdade. Educação e cultura, educação e moral, educação e liberdade, educação e valores, educação e bem comum, educação e justiça. Eis o horizonte em que a educação funda seus princípios e manifesta sua força que se estrutura em favor da vida e da integridade, em favor da liberdade e da paz. A educação é a expressão da vida.

O conceito de educação *omnilateral* compreende o universo do homem concreto, livre, suficientemente capaz de conhecer, revestido de perspectivas transformadoras. Trata-se de uma educação onde o homem é o detentor do processo produtivo material e espiritual, tendo a liberdade de apossar-se dos bens que ele mesmo produz. Uma educação que reveste o trabalhador de uma consciência crítica acerca de sua situação diante do processo de alienação e exploração capitalista. Uma educação que possibilite ao trabalhador a capacidade

de manifestar seu senso crítico diante dos mecanismos da produção dominante na sociedade, no sentido de transformá-la em favor do bem comum e da liberdade. A educação *omnilateral* tem por objetivo a vida humana e a transformação do homem enquanto ser social, a ênfase sobre suas capacidades criativas, bem como o desenvolvimento pleno de todos os homens. A propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho reduzem o homem e o trabalhador a um princípio de conduta individualista. Lipovetsky (2007) classifica essa nova realidade cultural como a do hiperconsumismo, como a sociedade da decepção, do culto ao corpo e da consideração irrestrita pela individualidade, pelo desprezo ao dever. De maneira que o homem se submete à lógica do consumo, aos apelos em favor do prazer e da vida abundante, se esquecendo da dimensão social que o cerca.

Adorno (1995) entende que a educação não pode se transformar numa vítima de sua própria situação social. É necessário que se entenda a forma, o aspecto social em que a educação se desenvolve. Historicamente, a Ilustração, enquanto momento em que a formação cultural e a educação tiveram relevante importância tem conduzido a sociedade a uma situação semelhante à barbárie. A educação não pode se reduzir, pura e simplesmente a uma simples forma de se possuir uma “consciência esclarecedora”. É preciso mais: a necessidade de uma crítica permanente diante da própria educação, da ciência e da tecnologia. Uma crítica autêntica à maneira pela qual a educação se apresenta como apropriação de cada vez mais conhecimentos científicos e tecnológicos. Adorno se mostra cético no que diz respeito aos meios de comunicação de massa e contrário às instituições formadoras de opinião. O deslumbramento geral põe em risco os princípios éticos do processo de formação.

Conforme destaca Nunes (2003):

A educação é, para nós, um fenômeno humano e social, com suas determinações históricas. Educar é produzir o homem, construir sua identidade ontológica, social, cultural, étnica e produtiva. A educação é o campo da ação humana e, conseqüentemente, toda a sociedade ou qualquer grupo social é uma agência educadora. Não se reduz a educação à escolarização ou instrução. Educar é construir redes de significações culturais e comportamentos padronizados, de acordo com os códigos sociais vigentes. (NUNES, 2003, p. 181-182).

Historicamente, a educação se desenvolve no seio de culturas distintas, marcada por valores econômicos, sociais e morais diversificados em cada momento específico. A educação se refere a um processo que objetiva o desenvolvimento das potencialidades humanas. Integrá-las à comunidade, no convívio social de maneira crítica, através da liberdade e do senso de responsabilidade diante do seu convívio constituem-se nos seus principais desafios. No entanto, historicamente e nas mais diversas sociedades, a educação tem apresentado objetivos diferentes, levando em consideração a complexidade de cada cultura, seus costumes, tradições, comportamento moral, político e religioso.

A estruturação da educação formal, portanto, não é fato novo e atende às expectativas de cada nação e de sua cultura, a partir do desenvolvimento de sistemas educacionais e de formação humana, social e de trabalho. Assim, nas civilizações antigas do mundo oriental a orientação educacional visava à supressão da individualidade, ao mesmo tempo em que a conservação do passado e das tradições se impunha como elemento primordial nesse processo. Entre os gregos, portanto, a educação se pautava na ênfase dada ao desenvolvimento do indivíduo, privilegiando os aspectos intelectuais e estéticos. A *Paidéia* visava a formação da pessoa humana mantendo estreita relação com a vida social. Por isso mesmo a realização humana somente seria possível a partir do conhecimento de si mesmo e também de seu mundo. O conhecimento da verdade deveria se constituir num princípio para a sua formação. O homem grego, portanto, somente se realiza na sua *polis*, na convivência social. A natureza humana, nesse contexto, é considerada somente como um fim, pois ela se apresenta como a realidade mais expressiva e elevada do que os fatos e as coisas. A educação informal por não ser sistematizada e não dispor de rigor conceitual, se reserva às margens do desenvolvimento científico e tecnológico, excluída, portanto, do acesso aos meios de informações presentes na sociedade global. Nessa direção, Sanfelice (2003), argumenta que:

A base material da pós-modernidade é então a globalização econômica com todas as implicações que esse fenômeno vem

significando para as sociedades ou sujeitos, como já dito, subjetivamente desprovidos de qualquer senso ativo de história. [...] é notório o financiamento internacional da educação e a intervenção das agências mundiais na estruturação dos sistemas de ensino, mas na lógica do mercado a educação torna-se um produto a ser consumido por quem demonstrar vontade e competência para adquiri-la [...]. (SANFELICE, 2003, p. 7, 10).

Na sociedade da informação a estrutura da educação tida como formal atende às exigências da complexidade do domínio científico e tecnológico desencadeado no pós-guerra. Trata-se de uma educação afetada pela lógica do capitalismo global e de suas exigências e valores. De tal sorte que a informação se tornou mercantil e a educação num instrumento de agregação de valor econômico, financeiro e de poder. Imerso no contexto da globalização de exploração e de competição, os princípios neoliberais marcam os traços de uma educação instrumental que fomenta cada vez mais a competição, o lucro, o prestígio, o prazer, o egoísmo e alimenta as promessas de obtenção e posse de quinquilharias e sucesso, conforme pode ser observado na hierarquia dos valores da pirâmide do “homem e da nação código de barras”. Tal a dimensão dos valores na era do “homem código de barras”, agora mensurado como mercadoria e marcado pelos códigos de valores que a sociedade e o sistema lhes impõem como verdadeiros, fascinantes e símbolo do homem forte que se sobrepõe diante dos demais. Nessa direção, Gamboa, também entende que:

[...] precisa-se construir uma nova perspectiva antropológica, uma civilização do trabalho e da solidariedade que se confronte com o paradigma econômico das leis do mercado, controladas, na conjuntura atual, pelos donos das empresas transnacionais, que querem tomar o mundo como cenário para sua insaciável acumulação, sacrificando o resto da humanidade. (GAMBOA, 2003, p. 102).

A educação formal se transformou, em muitas circunstâncias, em empresas; e seu fim último, seu objetivo é a obtenção do lucro, do sucesso, do prestígio e do poder. Daí decorre o empobrecimento dos valores considerados

como referências no universo conceitual da ética: a justiça, o bem comum e a liberdade, a responsabilidade e a consciência, a concepção de bem e de mal, e a estruturação axiológica nesse contexto sedutor das tidas maravilhas científicas e tecnológicas. O problema se concentra na estrutura de acesso à educação formal, principalmente nos países mais pobres. Além dos altos índices de analfabetismo, essas nações possuem extrema carência de estudantes graduados, cientistas, técnicos, mestres e doutores nas mais diversificadas áreas do saber, principalmente aquelas voltadas para as tecnologias da informação. No Livro Verde – Sociedade da informação no Brasil (2000), o capítulo 4 é inteiramente dedicado à educação na sociedade da informação. O texto considera que:

A educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações. [...] Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. (SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL – LIVRO VERDE, 2000, p. 45).

No entanto, o problema é complexo dado a carência de infra-estrutura de informática e de Redes específicas para a Educação em países pobres. Soma-se a esses desafios, os novos meios de aprendizagem, que envolvem o processamento numérico, simbólico/lógico e de comunicação, com vertentes na área de interação multimídia, instrumentação e interligação de computadores e pessoas. Conseqüentemente, o acesso às informações e à formação científica e tecnológica se torna um produto cada vez mais escasso e de alto valor comercial. Não é de se estranhar, portanto, que a pirâmide dos valores na era do “homem código de barras” sustenta a dimensão do super-homem, a maquete, o modelo ideal de sucesso a que mais de $\frac{3}{4}$ da população mundial não dispõe de acesso democrático e universal, conforme dados do Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil (2000). Os efeitos de tal orientação capitalista recaem sobre a

graciosa consideração pelo ser e pela existência humana. Os valores morais se transformam numa corrida desenfreada pelo sucesso e acesso ao topo da pirâmide dos valores na era da informação. A solidariedade cede seu reinado à exclusão e a educação, de acordo com a orientação neoliberal do capitalismo global se imputa à tarefa arrogante de legitimar a ideologia da sociedade da informação.

Daí a pergunta que se impõe em todos os setores: o que se pode realizar com as tecnologias da informação e da comunicação no campo da educação? A educação à distância, a partir das novas tecnologias da informação e da comunicação abre oportunidades para uma nova integração e expansão dos conteúdos instrucionais de maneira eficaz? Mas persiste o desafio da formação tecnológica, da geração de tecnologias, da capacidade de aplicação, absorção, geração e uso das mesmas. Trata-se do problema da alfabetização digital, da geração de novos conhecimentos e da aplicação de tecnologias da informação e da comunicação em diversas áreas do saber e no universo do trabalho. As políticas públicas que patrocinam a formação básica de seus cidadãos espalham a idéia comum de uma nova vida agraciada pelas revoluções da ciência e da tecnologia. Surge um novo homem, hipnotizado pelo reino imaginário da Internet, com suas cores, imagens, vídeos, áudio, voz, textos, dados, comunidades virtuais etc. Supre-se a imaginação e a criatividade e desenha-se o perfil de um novo comportamento de homens, agora brincando com aparelhos de celulares em qualquer ambiente. Estes aparelhos fotografam, filmam, editam imagens, enviam mensagens e até se transformam em escritórios portáteis. De maneira que a alienação dessas tecnologias passa a ser alimentada e até aplaudida por seus consumidores, alheios ao grande centro de poder de manipulação do imaginário, comandado pelos grandes laboratórios de excelência em pesquisas científicas e tecnológicas, patrocinados por multinacionais e principalmente em parcerias com os países do primeiro mundo, especialmente os Estados Unidos da América. Dalarosa adverte que:

[...] À livre-iniciativa é atribuída toda virtude que pode conduzir à regeneração e recuperação da democracia, da economia e da

sociedade. [...] Induzem a sociedade a pensar que a privatização e o abandono da educação pública se justificam pelo simples fato de o Estado ser ineficiente. Sequer é questionado o fato de o Estado não estar representando os interesses da própria sociedade e sim de uma pequena parcela – os donos do capital. (DALAROSA, 2003, p. 200).

A orientação desse modelo de educação remete a duas realidades bem distintas. A primeira se caracteriza pelo universo de indivíduos que tiveram acesso à educação sistematizada de cunho científico e tecnológico. O perfil desse grupo seletivo é marcado pela sua presença e atuação nos grandes centros de pesquisas e laboratórios das multinacionais e de grandes corporações que investem maciçamente em tecnologia de ponta, muitas vezes, a título de fundo perdido. Essa classe de pesquisadores, cientistas, técnicos, administradores e doutores, estão presentes em países desenvolvidos, principalmente no seio das grandes universidades e das empresas que desenvolvem pesquisas em parcerias com o poder público, como é o caso dos EUA. Importa observar que para essa classe de privilegiados, a visão que dispõem da educação e até mesmo da ética já contém em suas raízes a adesão incondicional aos princípios das políticas neoliberais. O que significa afirmar que, uma vez obtendo o sucesso e o prestígio, as teorias utilitaristas e hedonistas justificam a condição em que se encontram. Assim, a pirâmide dos valores na era do “homem código de barras” legitima tanto a educação quanto o trabalho. Mas, nem todos têm acesso às suas estruturas. Daí a situação de uma segunda realidade no universo da educação. Segundo Brinhosa, essa realidade persiste porque:

A educação como centralidade das proposições políticas e como forma de gerar qualificação, que possibilita inserção no mercado de trabalho e economias regionais no mercado internacional vem se transformando numa exigência social/empresarial. (BRINHOSA, 2003, p. 54).

De acordo com essa nova realidade, de início, cabe uma consideração relevante. Sendo que a grande maioria da população mundial não possui acesso

democrático à informação e à estrutura dos modelos educacionais dos países desenvolvidos, ainda assim prevalece um traço nesses indivíduos da formação humana que reconhece os princípios da ética de maneira crítica, entendendo o nó de relações humanas que envolvem a vida social e, a partir dos meios e recursos que dispõem, respondem a essa situação através de uma práxis social organizada. Entretanto, isso não basta, pois até mesmo a filosofia que deveria se prestar à reflexão que abarca e apreende o todo, tornou-se, ao que parece, incapaz de realizar um estudo à altura dos mesmos problemas que exigem soluções rápidas e eficazes. Por isso mesmo, a ausência de solidariedade e cooperação entre as nações mais ricas no sentido de proporcionarem investimentos em políticas educacionais, científicas e tecnológicas nos países pobres, faz crescer em progressão geométrica o número de excluídos do processo de informação e educação.

Diferentemente do perfil daqueles indivíduos que desfrutam dos benefícios da pirâmide dos valores, há, de outro lado, uma população desestruturada e indivíduos marcados pela ausência de ânimo e perspectivas de integração. Além disso, a evidência de que o tempo avança cada vez mais veloz e que as transformações se processam num ritmo vertiginoso, remete ao sentimento de impotência e ausência de sentido para que continuem acreditando nas mudanças. Numa palavra: o capitalismo global e suas tecnologias associadas espalharam seus domínios em toda parte do globo, infiltraram-se, geraram dependências, destruíram princípios morais, culturais e divulgaram a ideologia do homem forte, daquele que obtém sucesso pelas próprias forças, vontade e trabalho. Aqui prevalece a máxima de Pascal: “O espírito crê naturalmente, e a vontade ama naturalmente; de sorte que, na ausência de objetos verdadeiros, eles têm de voltar-se para os falsos. (PASCAL, 2003, p. 73).

Há um reforço dos princípios individualistas na pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”. O que se nota é que a estrutura da educação se encontra associada ao poder e à ideologia das tecnologias da informação. Portanto, não há reflexão sobre a ética sem a educação, mesmo porque a vocação desta é a de ampliar a possibilidade de liberdade, responsabilidade e compromisso

social com a integração, com a práxis social crítica e com a abertura consciente para novos modelos de gestão mais dignos e eficazes. Portanto, “[...] uma das novas possibilidades nas quais se expressa a diferença qualitativa entre uma sociedade livre e uma sociedade não livre consiste precisamente na busca do reino da liberdade já no interior do trabalho e não além dele”. (MARCUSE, 1969, p. 14).

A perspectiva individualista elabora um novo conjunto de comportamentos com valores cada vez mais acentuados sob a perspectiva do ter e do poder. A consequência imediata de tal orientação se faz notar num comportamento moral com valores que desconsideram a responsabilidade sobre o outro, sobre sua condição e do respeito para com o meio natural. A educação, nesse contexto, é uma mercadoria a ser editada, conforme se frisou anteriormente. A ética da integração acena para uma nova perspectiva diante da sociedade da informação. Sustenta que a dualidade em relação aos valores e suas diferenças devem ser discutidas a partir dos princípios da educação e dos valores universais. Por isso mesmo, a terminologia adotada nesse estudo se assenta sobre o “homem e a nação código de barras”, caracterizados como mercadorias.

Paralelos ao poder do Estado, a ciência e a tecnologia encontram novos terrenos para se expandirem de maneira cada vez mais acelerada. Invadem instituições de pesquisas, nações, e interferem diretamente nos padrões de comportamentos e nos princípios culturais das comunidades. Mas, no entender de Stuart Mill (2006):

O despotismo é uma forma legítima de governo ao lidar com bárbaros, contanto que a finalidade seja seu aperfeiçoamento, e os meios são justificáveis, pois realmente são eficazes para tal fim. A liberdade, como princípio, não se aplica a qualquer estado de coisas anterior à época em que a humanidade esteve apta a ser melhorada através da discussão livre e igualitária. (MILL, 2006, p. 28).

Daí a complexidade da discussão num contexto em que as variáveis são mensuradas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pela postura adotada pelas nações diante dessa nova realidade. Os efeitos são imediatos,

criando uma expectativa em milhões de pessoas, sedentas por trabalho, emprego, formação profissional, pois, para elas não há liberdade de escolha, uma vez que o capitalismo global ceifou todas as possibilidades de trabalho e de acesso à educação que não sejam voltadas para a sua lógica de acumulação de riquezas e lucros. Na mesma direção, Nunes ressalta que:

[...] O homem define-se, pois, por essa capacidade material de produzir seus meios de sobrevivência material e de construir, a partir destes, uma grade de representação simbólica e institucional, que dá formas à sociedade e à cultura, aos ordenamentos ideológicos da vida social e aos produtos espirituais da prática social. A educação é a dimensão mais expressiva dessa práxis humana, social e coletiva. (NUNES, 2005, p. 103).

Por isso mesmo, a discussão da ética da integração se remete para uma primeira conclusão diante do que já foi exposto: no seio das relações sociais que se estruturam historicamente, de maneira diversificada e legitimada pelo poder, a educação pode ser entendida como sinônimo de reflexão ética e crítica acerca dos fatos que se desencadeiam em cada momento histórico. O caráter libertador da educação é intrínseco à sua natureza, resistindo às ideologias históricas e às relações de poder totalitárias e contrárias à justiça e à democracia. A luta pela preservação da vida e da liberdade, pela garantia da integridade individual e coletiva se constitui no primeiro princípio da educação e da ética. À essa ordem social a educação encontra seu terreno de atuação. Imersa nos princípios, costumes e valores de cada comunidade deve sustentar e fortalecer as identidades de cada cultura e preservar a dignidade humana em todas as suas dimensões. Mas, nesse cenário capitalista marcado pela globalização, conforme sustenta Gamboa (2003):

A revolução informacional se desenvolve num contexto de exclusão social, os primeiros excluídos serão os “incapacitados” em termos de atualização de conhecimentos, de habilidades e competências que a educação básica tradicional, ainda não ofereceu. Pelo

contrário, ela não diminuiu as antigas desigualdades, mas acentuou outras e mais profundas. (GAMBOA, 2003, p. 103).

Há, no entanto, as perspectivas que se sustentam da educação e da formação humana. Mas, no contexto da sociedade da informação, os valores são creditados pelo sucesso, prestígio e individualismo. Nesse sentido, Frigotto ressalta que:

A súbita redescoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador está mais afetada a sinais de limites, problemas e contradições do capital na busca de redefinir um novo padrão de acumulação com a crise de organização e regulação fordista, do que a autonegação da forma capitalista de relação humana. [...]. (FRIGOTTO, 2002, p. 41).

A tarefa da educação também é dinâmica e capaz de entrever as armadilhas das ideologias e dos sistemas que as legitimam a partir de seus valores. O papel do homem nesse processo não é o de expectador passivo. Ao contrário:

O homem é que humaniza o mundo natural, não é por ele determinado. Ao humanizar a natureza, converte-se na própria natureza e assume a sua evolução, tomando consciência de si, porque não é apenas uma parte da natureza, de onde estranhou-se, mas é por excelência o ser que a instaura, significa e reconhece, desenvolvendo e transformando-a ao mesmo tempo que se transforma e se desenvolve continuamente. (NUNES, 2003, p. 172).

Aqui, a integração é entendida como elemento de libertação dos meios que a prende a padrões e valores hegemônicos de exclusão, competição e individualismo. Marx assinalou com precisão que:

A alienação não se revela apenas no fato de que os meus meios de vida pertencem a outro, de que os meus desejos são a posse intangível de outro, mas de que tudo é algo diferente de si mesmo,

de que a minha atividade é qualquer outra coisa e que, por fim – e é também o caso para o capitalista – um poder inumano que impera sobre tudo. (MARX, 2004, p. 157).

A educação reclama para si a humanidade e a dignidade. Ultrapassa até mesmo os limites que lhe são impostos pelo sistema global e sua lógica de acumulação e lucro. A educação deve identificar-se com a justiça e o bem-comum. Nesse sentido, Montesquieu, em sua obra – “Do Espírito das Leis” – já advertia:

Sempre há, em um Estado, indivíduos que se distinguem pelo nascimento, pelas riquezas ou pelas honras; mas, se eles se confundissem com o povo e só tivessem direito a um voto, como os outros, a liberdade comum seria sua própria escravidão, e eles não teriam nenhum interesse em defendê-la, já que a maioria das soluções seria contrária a eles. (MONTESQUIEU, 2006, p.169).

Os desafios da educação no cenário da sociedade da informação são cada vez mais complexos. Sarup (1980), entende que o positivismo está ligado à racionalidade técnica, ao controle e à previsão. Por isso mesmo sustenta que esse método se aplicado à educação se transforma numa realidade social limitada, fragmentada e reformista. Para Severino (1994), a sensibilidade se constitui num elemento primordial da experiência subjetiva dos homens. Essa dimensão do aspecto da sensibilidade além de envolver o universo intelectual e racional dos homens, também se apresenta revestido de valores éticos, culturais, estéticos e também de outros valores. Numa visão mais otimista, Rohden (2005), entende que somente a educação voltada para a consciência dos valores será capaz de proporcionar a harmonia social e os princípios da paz mundial. Defende, portanto que a ciência se integre totalmente na consciência para que o mundo possa vislumbrar a paz e a ordem universal. Ainda nessa direção, Demo considera que a razão puramente racional é a criadora de sua angústia insuperável, “porque se promete o que a própria ciência desfaz: a demonstração última impossível de ser feita”. (DEMO, 2002, p. 99).

Dada a dinâmica das transformações sociais a partir das novas tecnologias da informação, a educação se transformou em sinônimo de mercadoria. Assim, Kuenzer (2002) retrata essa questão de maneira mais complexa, pois:

A mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica, ou seja, dos procedimentos rígidos para os flexíveis, que atinge todos os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas, passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir à pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente e assim por diante. (KUENZER, 2002, p. 86).

Ferreti (2002), também sinaliza para um problema que vai além das referências e das competências tecnológicas na área da educação. Segundo ele, a consideração pela técnica desmobiliza a ação política, desqualificando-a na medida em que a mesma se apóia na produtividade, na ciência e na tecnologia, no mercado. Portanto, a ação política, nesse contexto também é entendida apenas como ideologia a serviço dos interesses corporativos. Ciavatta (2002), ressalta que o universo do trabalho é cada vez mais complexo diante das tecnologias da informação, afetando a vida prática do trabalhador, além de exigir um maior esforço para a compreensão de seus instrumentos conceituais. Segundo Mészáros (2005), a educação não pode se confundir com a mera tarefa de transferência de conhecimentos. A mesma deve identificar-se com o processo de conscientização, com a construção e libertação do homem das amarras do determinismo neoliberal. Portanto:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, [...] o objetivo de uma transformação social qualitativa. [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 27).

Nessa direção, (SAVIANI, 1983, p. 74), aponta para a idéia de que: “A pressão em direção à igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, portanto, à distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis”. Mas, diante dos interesses do capital e precisamente da dinâmica que se impõe a partir das tecnologias da informação, a educação tem sido apenas um instrumento a serviço do desenvolvimento do próprio capital e da obtenção do lucro. Hannoun (1998), enfatiza a importância do raciocínio, na medida em que o mesmo contém as sementes de sua própria negação, o que o impulsiona a melhorar sua condição diante dos problemas. Mas, somente uma educação crítica é capaz de fornecer esse raciocínio autônomo e revestido de liberdade. Para (HIRATA, 2001, p. 128): “Os novos paradigmas de produção tem como referencial explícito ou implícito o trabalhador homem como encarnando o universal”. Na visão de Ianni (2002), o trabalhador adquire uma consciência crítica a partir da integração social:

[...] o futuro cidadão do mundo não se define apenas pelo trabalho, marcado pela força de trabalho, profissão e remuneração, emprego e desemprego. [...] A sua consciência social, como indivíduo e coletividade envolve também a educação e a religião, a política e a cultura, a comunicação e a informação [...]. (IANNI, 2002, p. 31).

Num cenário mundial em que as transformações impulsionadas pelas tecnologias da informação são cada vez mais aceleradas e exigem um aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores, surge o problema das diferenças culturais e dos princípios morais inerentes a cada cultura. Sodré enfatiza a importância da preservação das identidades: “As diferenças querem ter identidade, reivindicam identidade, e nos processos subjetivos de identificação se manifesta a questão da diferença do ponto de vista da identidade. Nós estamos sempre buscando reconhecer a identidade da diferença”. (SODRÉ, 2001, p. 148). Essa realidade que remete às características particulares de cada nação e em especial de cada indivíduo, permeia também a estruturação de modelos de ensino e do papel da educação. Mas, devido ao processo de globalização da economia, da cultura e da informação, o poder das identidades nacionais, perde aos poucos seu

caráter valorativo, principalmente nos países mais pobres. Marx e Engels, já advertiam sobre o problema, pois:

[...] desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, [...] a atividade está dividida, não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominado. (MARX;ENGELS, 1984, p. 47).

Saviani (1992), põe em relevo a questão da educação numa dimensão maior, na medida em que enfatiza a prática social, a importância da escola, o papel dos trabalhadores e a reflexão sobre a questão do saber sistematizado em poder do capital:

[...] Elaboração do saber não é sinônimo de produção do saber. A produção do saber é social, se dá no interior das relações sociais. A elaboração do saber implica em expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social. Essa expressão elaborada supõe o domínio dos instrumentos de elaboração e sistematização. Daí a importância da escola: se a escola não permite o acesso a esses instrumentos, os trabalhadores ficam bloqueados e impedidos de ascenderem ao nível da elaboração do saber, embora continuem, pela sua atividade prática real, a contribuir para a produção do saber. O saber sistematizado continua a ser propriedade privada a serviço do grupo dominante. (SAVIANI, 1992, p. 81-82).

Freire, na mesma direção, defende a educação como a verdadeira prática da liberdade, lutando contra a prática da dominação. Nesse sentido, a educação enquanto prática da liberdade implica na “negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”. (FREIRE, 1987, p.70). Diante desse universo que remete o homem a novos desafios, o papel da pedagogia também se reveste de um caráter cada vez mais amplo e complexo. Segundo Cambi, a pedagogia se insere nessa realidade como articuladora de um saber em contínua transformação e também em crise:

[...] A pedagogia é um saber em transformação, em crise e em crescimento, atravessado por várias tensões, por desafios novos e novas tarefas, por instâncias de radicalização, de autocrítica, de desmascaramento de algumas – ou de muitas – de suas “engrenagens” ou estruturas. É um saber que reexamina, que revê sua própria identidade, que se reprograma e se reconstrói. (CAMBI, 1999, p. 641).

A educação, num sentido mais amplo, por sua vez, também diz respeito à liberdade humana, seu maior patrimônio. Diz respeito também à liberdade do trabalhador. De acordo com Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, a liberdade não pode ser condicionada pela necessidade, àquilo que é condicionado pelo mundo externo, tampouco sem aquela circunstância em que o indivíduo tenha a possibilidade de uma escolha deliberada. A liberdade diz respeito àquele princípio intrínseco ao indivíduo para poder agir ou não. É mais ampla, na medida em que fornece para o homem o poder total e incondicional de sua vontade para autodeterminar-se. Assim, a liberdade reveste-se de uma vontade também livre, que é determinada pela razão e pela inteligência humana, ou seja, encontra sua causa no seu próprio raciocínio e no seu pensamento.

A educação, portanto, na medida em que contribui sistematicamente para o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca do mundo e das coisas, encontra aqui a sua contribuição mais expressiva para a realização da liberdade humana. Vale ressaltar a visão extremamente marcada pelo pragmatismo social-liberal a que Mattelart (2002) se refere, no comentário sobre a cúpula europeia de Lisboa em março de 2000, liderada pelo eixo Londres-Berlim-Madri:

Construir um espaço de valores implicaria no mínimo que os parceiros partilhassem uma concepção mais ou menos comum das responsabilidades do poder público. [...] o liberalismo de rosto humano da “sociedade de mercado” preconizado pelo partido neotrabalhista britânico e sua “terceira via” se acomoda mal à idéia de política pública. Uma vez que o indivíduo é promovido a eixo da auto-regulação, **o sistema educacional não é mais a fábrica que tende a reforçar as desigualdades sociais que devem ser remediadas, mas o local em que o indivíduo flexível constrói**

sua “empregabilidade” no quadro da competitividade escolar.⁴²

O local em que, no presente caso, ele se torna o único responsável por seu eventual desemprego. (MATTELART, 2002, p. 136-137).

A educação, nesse caso, atende à orientação pragmática, marcada pelo liberalismo de orientação norte-americana, extremamente marcada pela visão instrumental sobre o papel dos sistemas educacionais e da atuação dos professores na transição para a “sociedade do conhecimento”, conforme argumenta Mattelart (2002). O trabalho se constitui numa das dimensões mais expressivas da ação humana. No entanto, não a mais importante, nem sequer aquela que determina a existência e o sentido da história em curso. As relações de produção se constituem em evidências daquilo que o homem produz através do trabalho, mas não somente para a sua sobrevivência. De modo que não há, em especial, nada que se possa atribuir como critério dessa análise, nenhum elemento metafísico ou religioso para a sua devida compreensão, explicação e fundamentação. Mas há um elemento sempre novo e organizado a partir do conceito de ideologia, enquanto discurso sistemático, organizado e eficiente para a justificação e legitimação de cada sistema que envolve as relações de produção e de trabalho e de sua exploração. Portanto, “[...] No novo mundo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. [...]”. (CASTELLS, 1999, p. 53. v.1.). A inquietação manifestada por Hobsbawm traduz as principais questões que também tocam diretamente ao universo da educação:

[...] Em que sentidos e direções desejamos transformar o mundo, ou: nossas pesquisas implicam transformação? Corremos o perigo de esquecer que o sujeito e o objeto de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr o risco, pois são pessoas – não o “trabalho”, mas homens e mulheres trabalhadores reais, mesmo que freqüentemente ignorantes, míopes e preconceituosos – o que nosso estudo focaliza. Para muitos de nós o objeto final de nosso trabalho é criar um mundo no qual os trabalhadores possam fazer sua própria vida e sua própria história, ao invés de recebe-las prontas de terceiros, mesmo dos acadêmicos. (HOBBSAWN, 2000 a, p. 30).

⁴² Grifo nosso.

Mas, além da sobrevivência, o trabalho implica diretamente a ação humana porque consome seu tempo, sua capacidade criativa. Trata-se de uma dimensão imediata porque não precisa de qualquer mediação para sua concretização. Ninguém escapa ao trabalho, nem mesmo aqueles que detém o poder. Marcuse (2004) em sua obra: Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social, no capítulo sobre o advento da teoria social, trata em especial sobre a concepção de trabalho alienado em Marx. De acordo com Marx, a forma de trabalho na sociedade moderna representa a “alienação total do homem”. Além disso, existe o problema da divisão social do trabalho, pois a mesma não leva em consideração as aptidões individuais e não se interessa pelo todo. Tem como objetivo atender às leis de produção capitalista de bens e de mercadorias. Marx conclui que a mercadoria, enquanto produto do trabalho, determina a natureza e o fim da atividade humana, tornando a consciência dos homens refém das relações de produção. O trabalho não se constitui numa simples atividade econômica, pois representa a “atividade existencial” do homem, a sua “atividade livre, consciente”. Por isso mesmo não se refere a um simples meio de conservação da própria existência. Ao contrário, trata-se de um instrumento de desenvolvimento da sua “natureza universal”. A natureza do homem se encontra na sua universalidade, pois o homem somente será considerado livre se todos os homens também forem livres e existirem como “seres universais”. Portanto, a realização do homem requer a eliminação do modelo em que o trabalho encontra, pois na medida em que o trabalhador aumenta o resultado de sua produção, maior se torna o poder do capital e, conseqüentemente, os meios necessários para que o mesmo possa apropriar-se dos seus produtos. O trabalho, nesse sentido, se transforma em vítima do próprio poder criado pelo seu esforço. Dessa maneira:

O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para satisfação e prazer. Na sua forma corrente, entretanto, ele deforma todas as faculdades humanas e proscree a satisfação. (MARCUSE, 2004, p. 240).

A alienação se manifesta de maneira universal nos princípios da instituição da propriedade privada, mas a abolição da mesma somente será capaz de construir um sistema social novo, quando os indivíduos livres e não propriamente a sociedade, se transformarem em autênticos senhores dos meios socializados do processo de produção. O capitalismo, portanto, transformou as forças produtivas rumo à totalidade de um sistema social uniforme. O comércio, a competição e a interdependência do trabalho também se tornaram universais e dominantes. De resto, os homens também foram transformados em sujeitos históricos-mundiais, empiricamente universais, conforme destaca Marcuse (2004). Nesse sentido, “[...] Para que essas potencialidades técnicas não se tornem potencialidades repressivas e para que possam desempenhar sua função de um modo libertador e pacificador, elas devem ser sustentadas e obtidas através de necessidades de libertação e de pacificação”. (MARCUSE, 1969, p. 19).

Mas, por se tratar de uma dimensão inquestionável do ponto de vista histórico e social, o trabalho e as relações de produção também se revestem de um conteúdo explicitamente moral, não somente pelos hábitos e costumes de cada cultura, mas por implicarem numa única questão imediata: a sobrevivência e a luta pela defesa, abrigo, alimentação e procriação da espécie. O problema se concentra sobre a maneira pela qual se procura justificar a dominação e exploração do homem pelo próprio homem. Trata-se de uma questão econômica ou de uma dimensão ética que se expande pelo campo das relações de conduta entre indivíduos, classes e nações? Dessa maneira, Konder (2002), ressalta a importância dos estudos de Habermas, quando este propõe o conceito de “mundo da vida”. Argumenta que em todo o seu percurso histórico o homem tem a necessidade de organizar suas atividades, principalmente as produtivas, aquelas que lhes asseguram a sobrevivência, a própria organização social, as instituições e também a sistematização dos conhecimentos:

O mundo da vida é a realidade inesgotável das vivências humanas, uma realidade que não cabe no sistema. A razão instrumental se desenvolve em função das necessidades do sistema, porém somente a razão comunicativa pode se abrir para a inesgotabilidade

do mundo da vida. No entanto, a ideologia embutida na consciência tecnocrática dominante conseguiu promover um esgotamento das energias utópicas, e o sistema consegue legitimar formas constrangedoramente antidemocráticas de desigualdade e de dominação. (KONDER, 2002, p. 132).

Assim, no universo do trabalho só há uma questão que se impõe diretamente a quem interessa: o indivíduo concreto e inserido numa conjuntura social organizada. Nela os riscos são pertinentes e configura-se como desafio constante, na medida em que se apresentam nas relações de produção como elemento de ruptura entre o capital e o trabalhador. De que maneira essas relações de produção e trabalho afetam a sua vida, sua vontade e querer e principalmente sua liberdade? Ora, se a pergunta for dirigida a partir dos princípios da organização social, a resposta segue uma direção diferente e merece, também, uma explicação totalmente oposta àquela que leva em consideração a vontade de cada indivíduo enquanto sujeito histórico. Aqui não se procura legitimar o trabalho, mas encontrar na sua motivação a construção do sujeito moral e ético em uma de suas inúmeras dimensões. O trabalho pode ser identificado com o movimento, com a ação humana que visa atingir um fim específico. O problema se concentra, pois, nos meios de sua concretização e não necessariamente em seus fins. Entretanto, é certo que no transcorrer da história o homem tem aperfeiçoado seu domínio sobre a natureza, sobre as coisas e circunstâncias que tocam diretamente à sua existência e sobrevivência.

O desenvolvimento das culturas, em seus múltiplos aspectos, revela um caráter sempre inovador, expansivo e marcado pelos conflitos nas questões que envolvem a posse, manipulação de instrumentos de produção e domínio administrativo sobre os excedentes. Sem dúvidas, nesse processo a técnica representa o elemento que diferencia os resultados nos níveis de produção, aproveitamento da matéria-prima, otimização do tempo e resultados práticos e financeiros mais expressivos em comparação àquelas culturas em que as técnicas rudimentares ainda são aplicadas no processo de produção e de trabalho. Contudo, é exatamente nesse contexto em que a informação se apresenta como elemento

surpresa, associada à técnica, ao domínio teórico e científico de seus princípios. Por isso mesmo, culturas mais desenvolvidas sempre se revestiram desse princípio em que a informação acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico. Mas, seu preço se constitui acima de qualquer valor que se possa atribuir às mercadorias.

Lepeltak e Verlinden (2005), diante da emergência das novas tecnologias da informação, sustentam que o enfoque das mesmas deve ser observado com maior atenção, principalmente no âmbito da educação. Portanto, argumentam que:

A introdução das novas tecnologias (da informação) pode levar a novos desequilíbrios no âmbito nacional e internacional (Norte-Sul, Oriente-Occidente). O Estado deverá aplicar uma política ativa nesses dois níveis para prevenir de forma eficaz esse risco. (LEPELTAK; VERLINDEN, 2005, p. 207).

A informação se desloca para o domínio do poder, da manipulação e se reveste de uma ideologia. Dada a sua dinamicidade, flexibilidade e fascínio diante daquelas culturas desprovidas de suas aplicações e de seus encantos, espalha seus valores e impõe seus princípios como verdadeiros. Castells sustenta a idéia em torno de uma força de trabalho global, caracterizada pela incorporação nas novas tecnologias da informação. Sendo assim, considera que:

[...] há uma tendência histórica para a crescente interdependência da força de trabalho em escala global por intermédio de três mecanismos: emprego global nas empresas multinacionais e suas redes internacionais coligadas; impactos do comércio internacional sobre o emprego e as condições de trabalho tanto no Norte como no Sul; e os efeitos da concorrência global e do novo método de gerenciamento flexível sobre a força de trabalho de cada país. Em cada caso, **a tecnologia da informação é o meio indispensável para as conexões entre os diferentes segmentos da força de trabalho nas fronteiras nacionais.**⁴³ (CASTELLS, 2005, p. 300, v.1).

⁴³ Grifo nosso.

No entanto, o agente eficiente desse processo é o próprio homem e, por isso mesmo, todas as implicações do trabalho, da informação e do desenvolvimento científico e tecnológico recaem sobre ele mesmo. A técnica, por si só, não exclui de imediato a exploração do homem pelo homem, mas pode também se transformar num elemento determinante para a concretização da liberdade humana diante do universo do trabalho. Este estudo sugere a apresentação de alguns elementos da ética da integração, conforme já foi exposto anteriormente. Dado que a ação humana se desenvolve em sociedade e que a sua atividade imediata é o trabalho, não se pode ignorar, portanto, seu caráter moral e suas implicações também imediatas à convivência humana.

Na sociedade da informação o trabalho se encontra sistematizado a partir das grandes empresas multinacionais e transnacionais. As grandes corporações internacionais atuam em todos os segmentos da economia e do mercado. Utiliza-se das modernas tecnologias da informação, bem como das tecnologias associadas à microeletrônica e à informática para o desenvolvimento de seus produtos, enfim de toda sua cadeia produtiva. Trata-se das aplicações da tecnorrônica. Por se constituírem em verdadeiras aglomerações humanas, com centenas de milhares de funcionários, as empresas multinacionais se transformaram em pequenas cidades capazes de exercerem um poder sobre as pessoas, sobre o trabalho, e sobre os anseios do “homem código de barras”. De maneira que toda e qualquer reflexão ética sobre o trabalho, no contexto da sociedade da informação – não pode desconsiderar tal evidência. Nesse contexto, Hancock adverte sobre a necessidade de se estender a análise sobre o processo de formação dos estudantes diante das novas tecnologias da informação. Argumenta que:

[...] As limitações atuais são as dos sistemas em que a tecnologia se apóia: as debilidades da base econômica e industrial, os recursos humanos e financeiros das infra-estruturas educacionais, a capacidade dos aprendizes em tomar contato e de se familiarizar com a tecnologia. Essas restrições desempenham um papel crucial quando se trata de determinar a contribuição da tecnologia à educação, e não se deve subestimá-las. (HANCOCK, 2005, p. 225).

Nesse contexto, portanto, o que a ética da integração entrevê como critério de discussão possível? Os conceitos anteriormente delineados sobre a era do “homem código de barras” e “nação código de barras”, com seus respectivos valores passíveis de apreciação de juízo moral e de valores, sugerem que as diferenças se repetem ao longo da história e que o homem é sempre mensurado a partir de seu patrimônio e de sua força e capacidade de produzir trabalho. Outras características da dimensão humana, no entanto, são desconsideradas. Seu universo cultural e seus princípios são destituídos de valor para o sistema capitalista. Sendo assim, há que se considerar como premissa que, tomado individualmente, nenhum homem ou trabalhador irá estabelecer com sucesso um diálogo diante das dificuldades pertinentes a esse processo. Isso se dá porque todas as discussões devem ser integradas entre trabalhadores, empresas e nações. Mas, de que maneira isso se tornará possível? A educação representa uma resposta importante para essa pergunta, pois a consciência crítica constante sobre os problemas sociais, principalmente sobre o trabalho e sobre o emprego afeta diretamente o homem sem qualquer tipo de mediação. Sua práxis deve ser social e revestida de princípios éticos suficientes para a convivência humana.

O que esse estudo propõe é que não há uma “receita milagrosa” para essa condição que se torna complexa no universo da globalização da economia, da informação e da cultura. As relações de poder no espaço mundial atestam tendência para um novo desenho do globo, agora fragmentado em blocos econômicos e não voltado, mais uma vez para a cooperação e solidariedade entre as nações desenvolvidas e entre as mais pobres. Toda mudança se concretiza a partir de uma motivação fundada em princípios evidentes e de aceitação de todos os envolvidos e submetidos a ela.

A situação de opressão se encontra traduzida nas relações de trabalho entre empresas e funcionários, a partir de interesses conflitantes, da obtenção de lucro e da garantia de estabilidade. Aliás, esse é o comportamento efetivo que se nota na orientação de uma ética naturalista, utilitarista e hedonista. Não se pode esquecer que os indivíduos da sociedade da informação redobram

suas forças para emergirem camadas acima da pirâmide dos valores. A informação se transformou em mercadoria que não se compra facilmente, a não ser pela determinação do indivíduo em voltar suas energias para se tornar uma mercadoria do conhecimento, num “homem código de barras” com valor de mercado superior e com poder de desfrutar do sucesso e do prestígio social. O papel do Estado para a formação do cidadão também não pode ser esquecido. Conforme Lepeltak e Verlinden (2005), esse problema é de competência do Estado, uma vez que:

[...] O Estado deve continuar a desempenhar um papel decisivo em matéria de formação inicial a fim de garantir oportunidades iguais para todos. [...] A pressão tecnológica está presente (nos bastidores) em todas essas tendências. O Estado deveria cuidar para que esse conteúdo do ensino não seja ditado pela tecnologia. A tarefa mais importante do ensino continua sendo a transmissão do saber: trata-se de ensinar os jovens a fazer escolhas em uma sociedade cada vez mais complexa. Os computadores não poderão substituir os professores nessa tarefa. (LEPELTAK; VERLINDEN, 2005, p. 219-220).

Mas, considerando o cenário mundial no que se refere ao trabalho e às suas condições, bem como o acesso à informação e a utilização dos recursos e produtos das tecnologias mais avançadas, o que se nota são as condições extremamente desfavoráveis para as nações mais pobres do globo, conforme a referência dos valores a elas atribuídos de acordo com os valores da pirâmide da “nação código de barras”. A questão que se impõe é a seguinte: de que maneira diminuir ou eliminar a dor dos mais pobres? De que maneira também eliminar a dor daqueles que sofrem as conseqüências de estarem incluídos na pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”, uma vez que a aglutinação de conhecimentos e competência tecnológica nem sempre garante sucesso ou prestígio social? A concorrência por uma vaga ou emprego é cada vez mais feroz, marcada pelo individualismo, egoísmo e exclusão e pelas políticas econômicas de orientação neoliberal. Segundo (BOFF, 2003, p. 77), “O livre comércio é efetivamente livre para os mais fortes, que impõem a sua lógica de pura competição, sem qualquer cooperação, absorvendo os mais fracos ou eliminando-

os friamente”. Aqui, os elementos da cooperação que integram o universo da ética da integração perdem espaço para uma orientação neoliberal dos princípios que norteiam a economia, a estruturação do comércio internacional, a formação educacional e as dimensões do trabalho.

A ética da integração parte dessa realidade do trabalho porque nenhum homem escapa a essa condição. Assim, o que de fato o homem deve almejar? Aqui reside o maior problema, pois a questão da sobrevivência se sobrepõe a outras especulações sobre o sentido da existência. A busca da felicidade como fim último da ação, a concretização dos desejos como prática de um hedonismo desordenado, a vida prática e útil assentada sobre os princípios do utilitarismo e tantas outras realidades que envolvem a vontade humana, revelam o caráter diversificado do comportamento dos indivíduos. A ética da integração sustenta, por isso mesmo, uma ampla cadeia de discussões sobre o possível e o razoável a ser concretizado no universo do trabalho e nas relações de produção. Assim, como o trabalho é uma necessidade universal, a reflexão ética também encontra seus motivos no emaranhado das relações humanas e sociais e de trabalho. A ética da integração é a consciência acerca da necessidade de sua discussão, assim como outras formas de organizações sociais que encontraram seus objetos de debates ao longo da história.

Esse momento histórico traz a informação como elemento surpresa no universo do trabalho. Toca diretamente às nações, aos indivíduos, culturas e espalha seu domínio nos campos das ciências e das tecnologias mais avançadas. Por isso mesmo, em nenhuma época como esta tais desafios se tornaram tão urgentes e se transformaram em questão de sobrevivência. Segundo Moraes (2002), o problema que envolve as novas tecnologias deve ser abordado de uma maneira mais ampla, principalmente no que se refere ao universo da educação e do trabalho: “O grande problema da civilização científico-tecnológica não é de ciência e nem de técnica. É um problema filosófico”. (p.166). Nesse sentido, o problema se volta para a consideração em torno do próprio homem:

Agora que o homem ocidental percebe que a filosofia pragmática e automatizante logrou inverter os valores fundamentais da vida, criando um ambiente entulhado de coisas e escasso de idéias, há a presença palpável da angústia e começa a ser vislumbrada a possibilidade do novo renascimento: deixar morrer pressupostos que já foram válidos, para que nasçam idéias adequadas ao hoje. (MORAIS, 2002, p. 169).

O crescimento e o desenvolvimento das nações e dos indivíduos na era do “homem código de barras”, obedece a uma lógica do capitalismo global conforme se delineou na primeira parte deste estudo. Mas, quando se pergunta sobre os destinos da aplicação dessa lógica o problema se torna ético não pela recusa dos indivíduos em aceitar a globalização e a exclusão, mas por se sentirem o “meio” de acesso e possibilidade desse processo. Nesse sentido, Velasco (2003), entende que o compromisso social deve se voltar essencialmente para o papel da educação e do educador. Assim, enfatiza a importância da política e da educação e do esclarecimento sobre as relações entre “ciência e dominação” o contexto da sociedade capitalista: “[...] A educação numa sociedade dividida em classes é ferramenta que as classes dominantes utilizam para perpetuar-se no poder; a essa educação é encomendada a tarefa de produzir súditos acríticos e passivos [...]”. (VELASCO, 2003, p. 232).

A formulação de um princípio ético nessa conjuntura se apresenta assim enunciado: **o fim último a que se destina a produção da capacidade humana de gerar trabalho deve coincidir com a manifestação da vontade individual desde que esta almeje também, como fim último de sua ação, sua total liberdade de expressão e integridade.**⁴⁴ Esse princípio pode ser aplicado universalmente e não se trata de um imperativo. Ao contrário, a constatação de um dispositivo em contrário a ele é o que caracteriza as diferenças e os conflitos, e é nesse campo que a ética da integração encontra seu objeto de estudo. Quando estas condições não se efetivam é porque em ambos os casos, tanto as estruturas econômicas, sociais e individuais se transformam em vítimas de sua própria irracionalidade. Em outras palavras, a flexibilização do capitalismo, o

⁴⁴ Grifo nosso. A formulação desse princípio tende a esclarecer que o trabalho, a vontade e a liberdade humana devem identificar-se com a integridade, a responsabilidade, à justiça social e ao bem comum.

desenvolvimento vertiginoso das novas tecnologias e a globalização das sociedades, não mais se reduz às fronteiras nacionais, pois inserem todos os homens no processo de mundialização da cultura. Mas, segue-se daí um problema ainda maior. Segundo Chesneaux (1989)⁴⁵:

Nem os governos, nem as potências financeiras, nem as elites profissionais têm qualquer interesse em questionamentos a respeito de suas ações. Inovações cujas conseqüências sociais, morais, culturais são incalculáveis não fazem parte dos grandes debates democráticos. (CHESNEAUX, 1989, p. 112).

No próximo capítulo, os elementos norteadores de uma reflexão acerca da ética da integração serão apontados a partir dos conceitos de “homem código de barras e nação código de barras”, avaliando o quadro dos valores morais e éticos, de acordo com a construção da pirâmide dos valores na era da informação.

⁴⁵ Jean Chesneaux é historiador da China e do Vietnã, mais precisamente dos séculos XIX e XX. Mas, nos últimos anos se ocupa com os estudos voltados para a compreensão das mutações das sociedades contemporâneas.

CAPÍTULO 3

ELEMENTOS DE UMA ÉTICA DA INTEGRAÇÃO NA ERA DO “HOMEM CÓDIGO DE BARRAS”

Tu tens mil pretextos, mil meios de destruir: agita teu coração fecundo, rompe a paz firmada, semeia motivos de guerra; que ao mesmo tempo a juventude queira armas, as reclame e as empunhe!

(Virgílio, Eneida)

Este capítulo desenvolve as perspectivas da ética da integração na era da informação. Ressalta a importância dos conceitos de liberdade, responsabilidade, bem comum, justiça social e práxis social para o entendimento da construção do sujeito moral e ético. Enfatiza diretamente os efeitos da dinâmica do capitalismo global, do desenvolvimento científico e tecnológico e das novas relações de poder no espaço mundial para o universo da ética, da educação, da cultura e do trabalho, além de ressaltar os valores morais e éticos presentes na era do “homem e da nação código de barras”.

3.1. Apresentação de princípios necessários: a construção do sujeito moral e do sujeito ético.

A ética é uma ramificação da filosofia preocupada com os estudos dos princípios que impulsionam e orientam o comportamento moral humano em sociedade. Concentra-se, portanto, no esclarecimento da essência das normas, das prescrições e dos valores de uma determinada comunidade ou sociedade. As doutrinas metafísicas e racionalistas servem-se das explicações acerca dos ideais e das realidades transcendentais, das finalidades últimas da existência humana e das coisas. Objetivam orientar a ação humana para a harmonia e universalidade, para a excelência ou perfeição da ação em vista do fim. Mas, para a concretização desses objetivos, cabe ao homem a superação dos desejos e das paixões desenfreadas e irrefletidas. Para as correntes de orientação empirista, positivista ou materialista, apenas os fatores concretos afetivos e sociais é que determinam e orientam a conduta moral humana em seu todo. Assim, as realizações dos objetivos em favor dos indivíduos e da sociedade são possíveis apenas a partir dos elementos pragmáticos e utilitários da ação em vista de seu objetivo último.

Entende-se por ética autônoma aquela que compreende as idéias de orientação utilitarista ou kantiana. Nessa perspectiva, não são considerados os fatores extra-humanos ou involuntários, sejam os mesmos de origem divina, natural ou política. O homem é considerado como o único e suficiente legislador - consciente e livre - das próprias leis e das normas morais vigentes em seu meio social. A formulação de leis e imperativos morais fundamentados nas formas apriorísticas e universais da razão são características da ética formal empreendida por Kant. Segue-se como princípio dessa formulação o fato de que as estruturas dessas leis não possuem ligação estreita e imediata com a experiência real, ou mesmo com aqueles valores culturais característicos de cada sociedade ou período histórico determinado. A ética dita heterônoma se reveste de uma natureza religiosa e filosófica voltada a explicar os imperativos éticos a partir da consideração de sua origem divina ou natural. Nesse sentido, a ética ultrapassa a

autodeterminação humana, transcendendo-a em seus princípios. Entende que o homem é insuficiente para construir suas regras e normas morais que atendam o fim a que se destinam, ou seja, a perfeição.

A ética intelectualista tem sua origem no pensamento de Sócrates e na formulação dos princípios kantianos. Entende que o pensamento e a razão se constituem na origem e no aperfeiçoamento da estrutura ética. Dessa forma, não compreende em sua reflexão os argumentos em favor da piedade e dos sentimentos humanitários, pois os mesmos são considerados inúteis. A ética material se ocupa na explicação dos princípios entendidos concretamente, ou seja, na sua apresentação material e empírica. Portanto, em oposição à ética formal, ela não se ocupa com os princípios que se voltam aos interesses individuais ou coletivos, como as idéias utilitaristas ou pragmáticas, ou ainda com as finalidades últimas defendidas pelo racionalismo e pela construção axiológica da ação em vista do fim último.

O desenvolvimento científico e a reflexão acerca do homem a partir dos sistemas filosóficos, notadamente aqueles que se assentaram sobre as bases do racionalismo e do empirismo, deixam em evidência a morte das especulações metafísicas e religiosas e reclamam para si um novo estatuto que lhes confere independência crítica e metodológica sobre o objeto em análise. Assim, esqueceu-se do homem. A ética, por sua vez, também desorientada, esforçou-se por encontrar em alguns pensadores a ousadia de entender aquele momento. Tal a façanha de Kant que ousou mergulhar nos elementos que mais afetam diretamente a todos, ou seja, a vontade, o querer, a concepção de bem e de mal, o bem comum e a justiça, o dever, a liberdade, a responsabilidade.

Nesse longo percurso que já se avizinha praticamente de seis séculos de reflexão, inaugurado pela crítica de Maquiavel e de outros pensadores da Renascença, são inegáveis os empreendimentos científicos do século XVII e início do século XVIII, sustentados por Galileu Galilei, Johannes Kepler e Isaac Newton. Uma nova perspectiva de entendimento do universo e de sua mecânica fascinou as mentes sedentas pelo poder que então reclamavam para si o entendimento

emergente acerca da dinâmica da vida, da natureza, do universo e de suas leis. Essa reflexão eclodiu na França, na Inglaterra e na Alemanha. Racionalistas e empiristas travaram entre si debates de cunho epistemológico sobre as possibilidades do conhecimento e dos critérios de suas verdades e de suas leis. Marcaram esse percurso as idéias de John Locke, David Hume, Montesquieu, Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alembert, Jean-Jacques Rousseau, Christian Wolff, Kant, Gotthold Ephraim Lessing, Giambattista Vico, Comte e outros.

No entanto, emergiu no seio dessas reflexões um novo pensamento social. São inegáveis as idéias desenvolvidas por Hume que apontaram para uma nova visão da sociedade e da ética. O racionalismo, por sua vez, fazia entender que as ações concretas e a organização da sociedade voltada para a justiça dependiam exclusivamente das faculdades racionais e não de especulações metafísicas. Esse novo pensamento social emergiu a partir da questão das desigualdades sociais no território Francês à época da Revolução Francesa. O iluminismo espalhou suas raízes pela França, Alemanha e Inglaterra. No terreno da ética, porém, tal realidade não foi diferente.

Segundo Lima Vaz (1999), cada época da história humana é representada por um “espírito”, caracterizado por intuições, fins, idéias, valores e conhecimentos específicos. Nesse sentido, impõe-se a seguinte pergunta: será que o homem da sociedade da informação vive a emergência de uma crise aguda que afeta os princípios elementares da ética, e que, ao mesmo tempo evidencia o anúncio definitivo de seu fim? Os avanços incontidos da “cultura material” representado pela sistematização da tecnociência atestam esse caráter escatológico dos fins derradeiros e percepção niilista que ronda a cultura dos valores? Ainda segundo Lima Vaz (1999), o modelo de reflexão adotado pela “filosofia da cultura” ainda se baseia nas categorias do século XIX, a partir das idéias do individualismo, igualitarismo, convencionalismo na área do direito, socialismo e liberalismo na política, positivismo, relativismo cultural da ética e presença do niilismo na concepção dos valores ou axiologia.

Portanto, os principais paradigmas éticos contemporâneos desdobram-se nas teses empiristas da cultura anglo-saxônica, do racionalismo típico da tradição francesa e do historicismo de orientação oriunda da tradição filosófica alemã. Assim, o empirismo encontra suas primeira fase, segundo Lima Vaz (1999), de Hobbes a Hume, no contexto histórico da Inglaterra Moderna. Essa fase se caracteriza pelo processo de desenvolvimento da primeira nação industrial moderna, marcada pela ordem política liberal e pelas características da ideologia individualista. O racionalismo se assenta sobre a influência de Descartes na construção de uma “moral da razão”. Esse modelo de conduta ética atende às necessidades de racionalização da vida política e social francesa do século XVIII, o que, mais tarde, influenciaria na formação da ética da ciência, conforme observa Lima Vaz (1999). O historicismo considera a história como primeiro movimento do pensamento filosófico. Portanto, o ponto de partida da reflexão ética deve atender a esse critério, considerando as diferenças culturais, a diversidade e a dinâmica de suas transformações.

Hürgen Habermas nasceu em Düsseldorf, em 18 de junho de 1929. É considerado um dos representantes mais expressivos da segunda geração da Escola de Frankfurt. Entre seus integrantes, como Horkheimer, Adorno, Marcuse, entre outros, a Escola de Frankfurt concentrou-se na elaboração de uma teoria crítica da sociedade, com o objetivo de retomar os estudos marxistas, atualizando-os, revisando-os para que pudessem explicar as principais transformações da história do capitalismo, notadamente aquelas que marcaram seu percurso no século XX. Habermas recebeu influências de Lukacs e de Weber. Sua contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea é de suma importância por referir-se à natureza do Estado tecnocrático e ao surgimento de uma nova forma de ideologia que se espalha entre os indivíduos, tornando-os incapazes de distinguir aquilo que é pertinente ao mundo do trabalho e da interação. O núcleo de seu pensamento consiste em caracterizar as sociedades contemporâneas como sociedades racionalizadas. Sustenta que a reflexão filosófica seja pautada no engajamento das lutas e das conquistas políticas, na concepção de uma crítica revolucionária do momento presente voltada para uma preocupação com o futuro.

Seu pensamento se reveste de uma crítica do contexto político e social e notadamente para os problemas que se referem à normatividade do campo político. O universo da ética é complexo, pois envolve o aspecto político, social e moral. Neles se manifestam as diversas formas de normatividade que são intrínsecas à atividade humana, manifestadas no processo de linguagem, que segundo Habermas é o principal desafio para a reflexão filosófica atual.

Para Habermas as questões morais se revestem essencialmente de um procedimento argumentativo. A ética, por sua vez, diz respeito às escolhas dos valores subjetivos de cada indivíduo a partir de sua vida real, concreta. Corresponde aos elementos axiológicos existenciais e não propriamente às perspectivas de alcance universal. A ética, portanto, não corresponde de forma integral aos questionamentos de ordem racional. A moral atende a uma reflexão universalista, uma vez que vai além das perspectivas culturais existentes. Mas, o que Habermas propõe com a construção de sua ética da comunicação ou do discurso? Essencialmente propõe um novo conceito de razão, denominada razão comunicativa, com o objetivo de refletir sobre o projeto de emancipação da humanidade sob uma nova perspectiva. Assim, Habermas acena para a possibilidade de se determinar um fundamento racional da razão, que seja universalmente obrigatório, ou seja, a pragmática universal. Retoma, portanto, o problema da razão prática, reformulando-o de acordo com um novo paradigma lingüístico e comunicativo, aquele que diz respeito à possibilidade de uma comunidade universal da comunicação. Este paradigma, no entanto, deve possibilitar a estruturação de um discurso normativo que tenha alcance universal e que se manifeste nos fundamentos da linguagem como destinação última do agir ético. Esse fundamento representa a possibilidade concreta e histórica de se elaborar uma comunidade universal da comunicação, caracterizada pelo consenso. Este, por sua vez, se constitui no elemento teórico responsável pela fundamentação da linguagem normativa universal e consensual. A ética do discurso, entretanto, procura responder aos novos desafios provenientes da expansão e das características culturais predominantes das modernas tecnologias e dos avanços das pesquisas científicas.

A partir dessa breve contextualização é possível entrever que a reflexão ética desse período acompanhou a realidade de seu tempo, ora marcada pelo racionalismo e empirismo, ora marcada pela reflexão historicista. Mas, segundo Lima Vaz (1999), esse modelo de reflexão, ao que tudo indica, tem se esgotado e uma nova retomada da ética grega está em curso, principalmente aquela de orientação aristotélica. Mas, aqui se ressalta a expansão sistematizada da informação enquanto mercadoria e suas implicações sociais gerais a partir da segunda metade do século XX. Seus efeitos são patentes no universo das correntes científicas, tecnológicas, filosóficas, sociológicas e antropológicas, dentre outras mais. Historicamente, o processo de colonização, exploração e massacre de povos indígenas e africanos, a expansão das navegações marítimo-comerciais e o contato com outros povos, trouxeram à tona um problema antropológico e o fomento dos debates mais aguçados sobre a filosofia do direito internacional, do “direito das gentes” e do “direito de guerra”.

A construção do sujeito moral se processa num contexto histórico social, determinado pelos costumes e hábitos da comunidade e da cultura em que o sujeito vive. A capacidade intelectual de cada sujeito moral apreende, através da convivência com os demais, determinados princípios, normas, valores, respeito às leis, imposição de tabus, critérios de avaliação de verdades e mentiras. Esse sujeito moral é histórico porque é capaz, também, de conceituar, relacionar, comparar, diferenciar, especular, indagar e elaborar alternativas aos problemas morais que surgem no seio de sua convivência em comunidade.

No entanto, tal sujeito moral não é um indivíduo estático. Ao contrário, possui uma vontade operante, em constante ação. De maneira que a manifestação de sua vontade pode ser classificada em atos e atitudes internos e externos. Os atos internos se referem àquelas convicções de foro interior, de julgamento íntimo segundo a própria consciência do indivíduo, manifestação de fé, opção e prática de determinada religião, possibilidade da prática de uma liberdade irrestrita, vontade desordenada, impulsos incontidos, segredos e mistérios que envolvem sua vontade. Esses comportamentos não são passíveis de condenação no sentido universal e naquilo que a lei prescreve quando não afetam o outro. Não se

inserem, portanto, nos princípios do direito positivo. Trata-se da possibilidade de uma liberdade sem restrições externas, uma vez que o indivíduo pode agir de acordo com suas convicções, mesmo reconhecendo os princípios da lei e das punições possíveis de uma conduta que esteja em desacordo com a mesma. Os atos externos se referem à condição necessária à sua sobrevivência, pois diz respeito ao seu relacionamento com a comunidade e à sua cultura e são passíveis de avaliação moral e de punição. Portanto, enquadram-se nos princípios do direito positivo a eles se submetem.

Assim, esses atos estão inseridos no contexto da idéia do dever, da consciência, da responsabilidade, das obrigações, do conhecimento dos princípios das leis, dos imperativos sociais e da estrutura econômica, social, religiosa e política de seu meio. Nesse caso, trata-se de uma liberdade estrutural, onde o outro é a condição da mesma. Os atos externos são passíveis de punições e sanções, pois se encontram sob o manto da lei, do código civil, penal, enfim do direito positivo. Nota-se, portanto, que o conjunto desses atos se expressam nas revoltas, conflitos, guerras, distúrbios sociais, processo de massificação, alienação e manifestação do poder em benefício próprio. O sujeito moral encontra em seus atos externos a possibilidade de conciliação, integração com a comunidade, mas também é o responsável pelo processo de busca pela sua própria liberdade. O sujeito moral se caracteriza pela capacidade de reflexão sobre o que ele pode fazer conscientemente e com responsabilidade. Dada a dinamicidade da ação humana, o sujeito moral analisa as possibilidades, a real necessidade, a prioridade dos fins almejados pelos seus desejos e vontades. Mas apenas concretiza tais desejos no conjunto de uma convivência em sociedade. Não há como escapar dessa evidência. Daí o reconhecimento do primeiro princípio: o outro é quem fornece a possibilidade, condição e limite da ação. Não há nada que possa fazer ou concretizar sem o reconhecimento dessa condição.

Mas, a concretização desse princípio requer esforço individual. Não é um dado imediato. Socialmente, suas ações serão avaliadas de acordo com o valor que elas representam para a comunidade. Assim, seu esforço tem de se voltar necessariamente para a prática da justiça. Um esforço traduzido nas principais

virtudes. Por isso, a necessidade da observância pela conduta honesta e voltada para a verdade, pela prudência nas ações, pela bondade e trabalho realizado para o bem comum. Entretanto, nada garante a contrapartida social para as atitudes que se revestem de um caráter justo e voltado para o bem comum. A estrutura social também se apresenta ordenada para as injustiças sociais, a hegemonia do poder econômico e político, as ideologias, a desestabilização da ordem e as desigualdades sociais acentuadas.

Nessa perspectiva, o sujeito moral crítico volta sua reflexão para o aspecto social de seu comportamento, inserido numa cultura específica, numa economia global de competição e exclusão social. Em outros termos, sistematicamente sua reflexão encontra auxílio nos estudos da sociologia, da filosofia, do direito e da antropologia. Mas, o indivíduo é um ser que se questiona a si mesmo e seus desejos também se traduzem nos conflitos internos. Trata-se de uma vontade incontida e desordenada. Aqui são imprescindíveis os estudos da psicologia social e da psicanálise da ética para a compreensão e avaliação desse comportamento. O sujeito moral volta sua reflexão sobre a liberdade. Nesse ponto, analisa o poder e a sua estrutura global, avalia os imperativos sociais, observa e mensura as diferenças culturais e econômicas entre as nações e se indaga, concretamente, sobre o que de fato sua ação e sua vontade podem almejar nesse cenário dinâmico e inseguro. Nesse sentido, a ação do sujeito moral crítico se constrói a partir de sua relação com a comunidade e com o meio natural. Observa a alteração do espaço natural em espaço geográfico. Submete-se, ao mesmo tempo, à organização e ao planejamento social.

Aos poucos, desenvolve seu trabalho nesse ambiente social, utiliza os recursos disponíveis e constata a importância da solidariedade nos diversos segmentos. Entrevê que o objetivo comum perfaz a necessidade da sobrevivência individual e comunitária, bem como o desenvolvimento de sistemas de defesa, abrigo, autonomia nacional e preservação da identidade cultural de sua nação. Enfim, vê-se num contexto onde a distribuição da riqueza produzida e de seu excedente é feita de maneira desigual. Impõe-se, portanto as indagações acerca

da exclusão, da dominação e da hegemonia das potências mundiais nos campos científicos, econômicos e tecnológicos.

Interessa observar que o sujeito moral é capaz de construir sem mediações um primeiro princípio de ação acerca dessa realidade. Vê claramente que a preservação da vida e de todas as suas formas deve se processar de maneira irrestrita e primordial. Ou seja, o princípio onde o mal deve ser evitado e o bem praticado. Garantia de preservação da vida e também de sua propagação. Garantia de autonomia para configurar um sentido – ainda que subjetivo ou mesmo coletivo – para sua existência e de sua comunidade. Dessa maneira tem-se o deslocamento da questão da liberdade para a reflexão crítica do sujeito moral sobre a idéia de responsabilidade. Mas, a primeira tese é a de que, a idéia de responsabilidade deve encontrar o seu correlato, ou seja, a sua garantia de ação. Desse modo, a prática da justiça por parte do sujeito moral, também deve encontrar no outro sujeito moral a mesma proporção. O que se espera como correlato da responsabilidade é que os outros também pratiquem a justiça, que se voltem à equidade, e que realizem suas ações para o bem comum.

O sujeito moral encontra sua motivação para a prática da justiça na idéia de responsabilidade quando reconhece que a lei e a política, socialmente, fornecem a certeza de coação e punição para a prática das injustiças. Consciência de que a responsabilidade apenas garante o princípio de direito à vida e convívio social, mas não garante a igualdade absoluta entre as pessoas, comunidades ou nações. Segundo (BOFF, 2003, p. 52), “A responsabilidade revela o caráter ético da pessoa. Ela se percebe co-responsável junto com as forças diretivas da natureza pelo futuro da vida e da humanidade. [...]”. Portanto, as regras apenas garantem que as diferenças se manifestem no universo da economia, dos princípios que anunciam a idéia de sucesso, de hegemonia, de manipulação e alienação das pessoas.

Isso somente se torna possível porque o correlato da responsabilidade apenas garante que a lei seja escrita, promulgada e de conhecimento de todos para que a convivência social se torne viável. A razão da responsabilidade

converge para o acordo, para o satisfatório, para os valores que correspondam à dignidade, mas não para a igualdade absoluta entre as pessoas e as nações. Segue-se, a partir do exposto anteriormente, a construção de um sujeito ético, suficientemente capaz de estabelecer uma reflexão crítica e sistematizada acerca do agir moral humano e de suas relações com o meio. Esse sujeito ético, além de sujeito moral concreto, refere-se àquele que desenvolve um senso crítico e imparcial no processo de análise das diferenças morais existentes entre as culturas, das diferenças de comportamentos, das questões que envolvem padrões de comportamento e identidades nacionais, além da evolução dos princípios morais no seio de cada comunidade, de suas injustiças, diferenças, conflitos e guerras. O sujeito ético, nessa direção passa a entender que a análise dos fatos e do comportamento moral é feita pela razão. Essa indicação remete à idéia de que todo comportamento moral somente é possível em comunidades e sociedades organizadas. Há uma constatação de elementos e conceitos que são universais e aplicados em qualquer contexto histórico e ambiente cultural. Trata-se da idéia de liberdade, responsabilidade, justiça, prática de virtudes, punições, preservação da vida, leis, coerção, hegemonia etc. Esse mesmo sujeito ético também constata que toda estrutura do comportamento moral humano obedece a uma lei intrínseca à sua natureza, independentemente de sua reflexão crítica e sistematizada. É intrínseca porque o homem não dispõe de meios para alterá-la ou modificá-la. Ela é, portanto, necessária à condição humana e atributo de sua razão.

Aqui se encontra o primeiro enunciado da tese que se pretende apresentar adiante: é irreversível o contato entre as sociedades e as culturas. Toda e qualquer tentativa de excluir, isolar ou mesmo ignorar tal evidência, não se constitui em reflexão sedimentada sobre o princípio: a integração é condição da convivência e não há meios de se sistematizar o isolamento. Sobre esse tema Hare (2003) é enfático ao afirmar que:

Uma teoria ética adequada tem de fazer com que seja possível que o discurso moral e o pensamento moral em geral cumpram o propósito que têm na sociedade. Isso é habilitar aqueles que discordam a respeito do que deveriam fazer, especialmente em

questões que afetam seus interesses divergentes, a alcançar o acordo por meio de uma discussão racional. Chamarei este requisito, o de que a moralidade e a linguagem moral devem ser habilitadas por nossa teoria ética a preservar sua função de reconciliar interesses conflitantes, de requisito da *conciliação*. (HARE, 2003, p. 168).

Aqui há um apelo aos princípios racionais e do desenvolvimento de uma linguagem ética universal a que Hare (2003) denomina requisito de *conciliação*. Pois, não há sentido para um sofisticado desenvolvimento de opressão sem que haja necessariamente a existência do “oprimido”. Ora, isso implica em fazer com que a reflexão ética se volte para a possibilidade de acenar para o “melhor” ou construir estruturas que possibilitem a diminuição da exclusão estrutural. Nota-se que historicamente a intensidade da reflexão ética obedece a uma regra geral que se impõe sobre os princípios da justiça, da obediência às leis e da preservação da vida. Ora, não se constroem sistemas éticos em favor da morte. Mas a não observância desses princípios gera conflitos, revoltas, guerras e muitas mortes.

Aqui também se impõe um discurso ético finalista, pois o que há de mais nobre a não ser a própria preservação da vida e a luta pela liberdade? Aristóteles bem observou que o homem age em função de um fim e que este fim deve identificar-se com a sua felicidade. Mas, dada a sua condição social o homem não tem como realizá-la a não ser em sociedade. Lima Vaz (1999) expõe esta questão:

[...] O fim em si mesmo é o Bem, ou o Bem é o fim, pois o Bem é o fim a que todo ser aspira. Do bem conveniente à sua natureza e para o qual sua operação tende como para o próprio *fim*, deve resultar para o ser sua perfeição ou excelência, sua *arete*. Para o ser humano, dotado de razão, o Bem ou o fim deve ter os predicados que possam ser aceitos e justificados pela *razão*. Sua posse causa no ser racional, pela mediação da *arete* ou virtude, o estado de auto-realização ou auto-satisfação que Aristóteles designa com o termo *eudaimonia*. (LIMA VAZ, 1999, p. 118).

A realização da conduta humana perfaz o caminho da convivência em sociedade como condição necessária para a sua concretização. Daí a dificuldade, pois a convivência manifesta em seu seio as diferenças e os interesses particulares. Mesmo que o sujeito ético entenda a conjuntura e o emaranhado da convivência em sociedade, desponta em seu interior, a idéia de um sujeito ético isolado que experimenta a angústia sobre o que de fato ele mesmo pode fazer, do que pode esperar, do que é possível concretizar, de uma esperança que não mais alimenta utopias e a consciência de que certas vontades e valores particulares e sociais jamais serão realizados. Sendo assim, qual é o papel da Ética? Lima Vaz ressalta que:

[...] a Ética deverá responder à pergunta: quais os verdadeiros bens da vida humana e como classificá-los hierarquicamente? Portanto, sua finalidade como *saber prático* é responder à pergunta socrática: como devemos viver? A resposta imediata à primeira dessas questões, oferecida por toda a tradição do *saber ético* grego, é assim enunciada: os verdadeiros bens da vida humana são os que lhe trazem a verdadeira *eudaimonia* e, dentre eles, o mais perfeito é aquele cuja posse é fonte da *eudaimonia* mais perfeita [...]. (LIMA VAZ, 1999, p. 120).

Considerando o sujeito ético isolado, ainda assim pode-se afirmar que toda sua ação se movimenta em função de uma avaliação de juízos de valor em relação aos homens e às coisas. Não se trata de juízos de fato. Portanto, toda sua ação remete à idéia de avaliação sobre a concepção de bem e de mal. É inútil imaginar a supressão da dualidade entre bem e mal, entre bem particular e bem comum, mesmo porque a construção da ética se assenta sobre essas diferenças. Por isso a consideração de que a consciência, a liberdade de escolha e a responsabilidade são elementos indispensáveis à constituição do sujeito moral.

Mas, no campo da ética, o mesmo sujeito ético se reconhece como tal não somente através dos princípios racionais, mas, notadamente a partir de suas próprias atitudes e daquilo que ele produz em sociedade. Dessa maneira, sua atividade não é totalmente livre, daí as concepções de opressão, de hegemonia

econômica e política, de imperialismo e outros elementos que ceifam o poder de ação e concretização de sua liberdade. Ressalta-se que a liberdade aqui é entendida como elemento primordial da existência humana e inclui necessariamente a realização humana em todas as suas dimensões. No entanto, há um desafio ainda maior que pode ser denominado como um processo de alcance nobre acerca da prática da justiça e da observância dos princípios éticos. Pois, os elementos que incluem a religião, as promessas e o discurso escatológico, além de pensamentos e idéias sobre uma possível concepção de justiça divina ou sobrenatural, não eliminam o questionamento maior, ou seja, aquele que repousa sua dúvida na ação do outro.

Isso se explica mesmo porque somente a idéia do questionamento, ainda que se volte para justificativas supra-sensíveis, deixam transparecer nitidamente que a idéia de liberdade também necessita de seu correlato, nesse caso, a necessidade de que uma idêntica ação do outro também seja encaminhada para a justiça e o bem comum. Em outras palavras: que a mesma possibilite a prática da liberdade de ambos os lados. O alcance nobre da ética reside na idéia de que caberá ao direito positivo estabelecer as normas e as leis específicas e as punições necessárias àqueles que infringirem os limites de sua liberdade. O sujeito ético isolado reflete sobre a justiça e não encontra nesse conceito a satisfação absoluta de sua ação. A lei fundamental da razão pura prática de (KANT, 1997, p.42) enuncia: “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”. Mas, nada garante, como contrapartida que o outro venha a realizar em suas atitudes a mesma máxima. Daí a evidência de que o percurso histórico, bem como a idéia de que o tempo ironiza aquilo que o homem faz, conduz a reflexão para um novo centro: as coisas que de fato são possíveis de serem concretizadas, apenas se tornam possíveis se a liberdade de cada um encontrar o seu correlato em termos de garantias na ação do outro e que proporcionem a sua manifestação, sem qualquer atribuição normativa; ou seja, a existência do direito positivo não fornece tais garantias.

Ainda que se deposite qualquer tipo de explicação sobre o comportamento moral e suas justificativas em bases metafísicas, religiosas e espirituais, o homem concreto não deixa de existir. É exatamente nele em que ocorre imediatamente o sofrimento e a dor, a expectativa de sucesso e o peso do fracasso. Assim, não se pode interromper a vida para que se processem os questionamentos mais expressivos sobre a liberdade, a responsabilidade e a justiça. Ora, o sujeito ético isolado recolhe em si as contradições, os excessos e injustiças e filtra as informações na mesma condição e intensidade com que as mesmas se lhe apresentam em tempo real. Por isso mesmo (KANT, 1997, p. 36) já advertia que: “Ser feliz perfaz necessariamente o anelo de todo o ser racional, mas finito e é, por conseguinte, um inevitável princípio determinante de sua faculdade de desejar”.

No entanto, o problema não se traduz na busca de explicações metafísicas. O ponto de partida é a liberdade porque toda ação requer o seu correlato em termos de garantias. Afinal, qual seria a vantagem de apreender os conceitos de responsabilidade, justiça, verdade, bem, prudência, honestidade sem as mínimas garantias de que outros também as observem? A liberdade conduz o homem à expansão de suas atividades que se expressam nas dimensões políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais, além de científicas e tecnológicas; o processo de integração se constitui no reconhecimento de uma Lei que é irreversível e apreendida naturalmente por todos e em todas as culturas em momentos históricos diferentes. A vantagem talvez seja explicada a partir da constatação de que todos os homens se encontram em condições iguais perante a manifestação de suas vontades. O peso e o sacrifício são idênticos em ambos os casos. A reflexão ética se concentra no sujeito moral histórico e a vantagem dessa análise é que a mesma se constitui numa descrição imparcial sobre o que o homem efetivamente “fez” e daquilo que “faz” independentemente de suas justificativas e juízos de valor.

A generalização do comportamento moral humano se traduz naquilo que pode ser classificado como fatos morais que se repetem em todos os momentos históricos e em todas as culturas. É certo que os mesmos são

diversificados, mas em nenhuma circunstância deixaram de se constituírem em fatos morais. Mas a razão do sujeito ético elabora prescrições e justificativas na medida em que encontra o outro como condição daquilo que deseja executar, tendo em vista os limites de sua liberdade. Aqui, o pensamento de Merleau-Ponty (1971) expressa com precisão essa condição da liberdade:

[...] Escolhemos nosso mundo e o mundo nos escolhe. É certo, em todo caso, que nunca podemos reservar em nós mesmos um reduto onde o ser não penetre sem que imediatamente, do único fato de ser vivida, esta liberdade tome figura de ser e torne-se motivo e apoio. [...] a liberdade é sempre um encontro do exterior e do interior – mesmo a liberdade pré-humana e pré-histórica pela qual começamos -, e ela se degrada sem se tornar nunca nula à medida que diminui a tolerância dos dados corporais e institucionais de nossa vida. (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 456).

A condição da moral repousa no outro. Fato inegável. Portanto, não se pode prescindir de elementos transcendentais ou metafísicos para sua justificação. Sartre (1978) já advertia:

[...] Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós e nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. [...] O existencialista não pensará também que o homem pode encontrar auxílio num sinal dado sobre a Terra, e que o há de orientar; porque pensa que o homem decifra ele mesmo esse sinal como lhe aprouver. Pensa, portanto, que o homem, sem qualquer apoio e sem qualquer auxílio, está condenado a inventar o homem. (SARTRE, 1978, p. 9).

O arranjo existencial se estabelece a partir de um conjunto de costumes, solidariedades, conflitos, guerras etc. Aqui não há novidade alguma para a análise da ética. Nota-se, por isso mesmo que em todos os momentos da história o homem sempre se deparou com dificuldades e hostilidades provenientes ora de sua condição de transformador do espaço natural, ora das dificuldades provenientes da convivência e das diferenças entre os indivíduos e entre as

culturas, bem como dos interesses econômicos. O que se discute não são as transformações históricas, mesmo porque não se pode negar a sua dinâmica. Aliás, somente é histórica porque é dinâmica e se alimenta de suas contradições. Daí a pergunta: o que há de novo nesse contexto a que esse estudo se propõe diante da sociedade da informação? Segundo Merleau-Ponty (1973):

[...] Só posso faltar à liberdade se procuro ultrapassar minha situação natural e social recusando assumi-la primeiramente, em vez de encontrar através dela o mundo natural e humano. [...] Não temos que ter medo que nossas escolhas ou ações restrinjam nossa liberdade, pois somente a escolha e a ação nos liberam de nossas âncoras. (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 458).

No entanto, a escolha e a liberdade se constituem em elementos de difícil solução no campo da ética. Os desafios éticos na sociedade da informação também se revestem da mesma dificuldade, pois em que eles se diferenciam de outros momentos da história humana e em que medida são mais relevantes?

Ainda mais: de que maneira elaborar um pensamento ético atual em torno de um consenso, considerando todas as reflexões filosóficas e todos os sistemas éticos já existentes.

3.2. Sociedade da informação: tecnologia e perspectivas éticas.

A principal questão em debate nesse estudo encontra seu objeto de estudo na realidade da sociedade da informação e de suas implicações científicas e tecnológicas, bem como na estrutura do comportamento dos indivíduos, do papel do Estado e principalmente no problema da identidade nacional e de seus valores culturais. A primeira questão diz respeito aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que os mesmos não são acessíveis à grande maioria da população mundial. Daí a discussão das questões pertinentes à justiça distributiva, da solidariedade e da perpetuação da dependência científica e tecnológica dos países mais pobres. Rawls (2000) expõe a importância da justiça

básica na tentativa de assegurar que todos os indivíduos sejam tratados como iguais e que desfrutem das mesmas condições que os demais no seio da comunidade. Assim:

[...] as condições necessárias para a justiça básica podem ser solapadas, mesmo que ninguém aja de forma injusta ou tenha consciência de como o resultado global de muitas trocas distintas afeta as oportunidades dos outros. [...] O fato de todos acreditarem, com razão, que estão agindo com equidade e respeitando escrupulosamente as normas que governam os acordos não é suficiente para preservar a justiça básica. (RAWLS, 2000, p. 318-319).

A questão é complexa, pois se deve partir da idéia do processo que envolve a construção do conhecimento científico e tecnológico, bem como dos critérios de planejamento, administração e produção e da distribuição das riquezas e dos produtos a partir do comércio internacional, todos submetidos à globalização financeira da economia de mercado. Dupas (2001) se interroga na mesma direção, pois, segundo ele, ao que parece, há uma imposição de um paradoxo na medida em que, de um lado o progresso se alimenta do atraso e de outro as demandas são cada vez mais incapazes. Portanto, a riqueza dos grandes centros produtores de tecnologia de ponta se desenvolve e cresce cada vez mais a partir da pobreza da periferia dos países subdesenvolvidos. A globalização financeira comanda esse cenário internacional. A questão central diz respeito sobre a utilização da ciência e da tecnologia para a sobrevivência da humanidade. Dupas (2001) defende uma discussão sobre a responsabilidade social diante dessas transformações. Sustenta que as mesmas deveriam se estender à comunidade científica, ao Estado, à sociedade civil e às estruturas produtivas comandadas pelas grandes corporações internacionais. Impõe-se, portanto, a principal pergunta: existe uma possibilidade concreta de se estabelecer argumentos que sejam capazes de ultrapassar a dinâmica e a sistematização da técnica, subordinando-as aos princípios e valores éticos considerados razoáveis, coerentes e passíveis de serem absorvidos por todos e de comum acordo? Segundo (RAWLS, 2000, p. 323), “O que a teoria da

justiça deve regular são as desigualdades nas perspectivas de vida dos cidadãos decorrentes da posição social inicial, vantagens naturais e contingências históricas”.

Os principais problemas e temas relevantes da sociedade da informação se apresentam como um desafio para a reflexão ética e para a educação. Assim, destacam-se os avanços das pesquisas científicas e tecnológicas nas áreas de biotecnologia, engenharia genética, neurociências, biologia molecular, química fina, física quântica, energia nuclear, telecomunicações, cibernética, medicina, engenharia da computação, sistemas de informação, microeletrônica, mecatrônica, robótica industrial etc. Soma-se a isso, o desencadeamento de problemas éticos específicos quanto aos avanços, possibilidades e limites das pesquisas científicas e tecnológicas, destacando-se os problemas inerentes à manipulação genética e à bioética, bem como os problemas éticos provenientes da indústria de biotecnologia. Evidenciam-se as discussões das questões relacionadas sobre os efeitos do processo de globalização da economia e da informação, destacando-se os problemas relacionados à ecologia e à preservação ambiental, desemprego estrutural, especulação financeira global – mais conhecida como economia de “cassino” – terrorismo internacional, fome, violência urbana nas grandes metrópoles do globo, corrupção política e empresarial, formação indiscriminada dos monopólios estruturais (industriais e comerciais), agravamento da dívida externa dos países pobres, tráfico internacional de entorpecentes e drogas sintéticas, intolerância religiosa, proliferação das doenças infecto-contagiosas, guerras civis, questões relacionadas à eutanásia e à pena de morte, aborto, exploração do trabalho infantil, questões ligadas à democracia, ao direito internacional e à questão agrária etc.

A abordagem desses problemas se faz notar em função de uma discussão que contemple a práxis social. A ética e a educação enfrentam o desafio de apresentar propostas para a formação de um novo humanismo, onde o imperativo da ética prevaleça no palco de uma sociedade cada vez mais pragmática e utilitarista. A tecnologia da informação está na base da pirâmide do mundo globalizado. A pesquisa científica e o conhecimento sistematizado adquirem

um novo papel no processo de produção, enfatizado pelo conhecimento útil voltado para o capital e para o trabalho. Segundo Sardenberg (2000):

O conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção – que é essencial – depende nitidamente do conhecimento científico e tecnológico. (SARDENBERG, 2000, p. v).

Portanto, a essência filosófica de tal dinâmica é a do pragmatismo; a educação e a cultura revestem-se de um aspecto utilitarista. O computador gera o mito do intercâmbio com as diferenças culturais entre as nações; a tecnologia da informação associada à globalidade dos padrões culturais sustenta a utopia da igualdade de oportunidades aparentemente oferecidas pela democratização do acesso à informação.⁴⁶ A expressão “homem código de barras” se refere a um conjunto complexo de valores que são atribuídos aos indivíduos que vivem em sociedades desenvolvidas e também naquelas marcadas pelos avanços da economia neoliberal, mesmo que sejam países extremamente pobres ou em desenvolvimento. Todo código representa um conjunto sistematizado de normas ou leis. Também pode ser entendido como um sistema de sinais que carregam em si um certo número de mensagens e informações.

Aqui, o código de barras se refere a uma expressão que designa um conjunto de barras paralelas destinadas a caracterizar certos números e caracteres passíveis de leitura por máquinas específicas de leitura ótica. Esses códigos classificam mercadorias e produtos, conferindo aos mesmos valores econômicos e nível de importância no mercado. Entende-se por valores aqueles que configuram aos indivíduos um maior acesso e prestígio diante dos demais devido à aglutinação pessoal de uma formação tecnológica em nível superior ou mesmo técnica, diante

⁴⁶ Porém, deve-se lembrar que praticamente 2/3 da população mundial ainda não dispõem, sequer, de linhas fixas de telefone, bem como de acesso à rede mundial de computadores, a Internet. (SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL – LIVRO VERDE, 2000)

do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, inclui-se a graduação acadêmica e cursos em nível de pós-graduação. À semelhança das mercadorias que trazem consigo – estampadas em suas embalagens um código de barras específico para cada grupo ou gênero de consumo – seu valor de mercado, o homem da era da sociedade da informação também é identificado no mercado de trabalho e socialmente a partir do conjunto de valores, da agregação de conhecimento científico e competência tecnológica que carrega em sua formação, em seu *curriculum*.

Considera-se um valor específico para cada diploma, curso, experiência profissional e flexibilidade pessoal para aceitar cada vez mais novos desafios. O conceito de “nação código de barras” segue a mesma direção. Na sociedade da informação, as culturas e as nações são caracterizadas pelo conjunto de valores tidos como úteis para o desenvolvimento do capitalismo global. Dessa maneira, todas as nações podem ser mensuradas e avaliadas sob o aspecto econômico e financeiro. Os dados estatísticos e os relatórios elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições internacionais, atestam o caráter valorativo de cada país no cenário internacional.

A expressão código de barras destina-se a pontuar e a atribuir valor social e econômico para as nações a partir do levantamento de dados comparativos sobre esses indicadores. Assim, são pontuados os critérios de densidade, população urbana, crescimento demográfico, expectativa de vida, fecundidade, mortalidade infantil, analfabetismo, produto interno bruto (PIB), agropecuária, indústria e serviços em relação ao PIB, renda per capita, força de trabalho, mão-de-obra feminina, exportações e importações, dívida externa e índice de desenvolvimento humano (IDH). Em especial, o índice de desenvolvimento humano representa os critérios de vida longa e saudável, nível de conhecimento e padrão de vida considerado decente. Os indicadores que avaliam o IDH são respectivamente, a expectativa de vida, o grau de escolaridade e a renda per capita da população. Desse modo, à semelhança do que ocorre com os indivíduos

da sociedade da informação, também a “nação código de barras” se submete à frieza dos dados estatísticos, às comparações de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico entre elas. Tanto nos indivíduos, quanto nas nações, as diferenças e os valores – sob esse prisma – são extremamente diferentes.

No despertar de um interesse em emergir da base da pirâmide, indivíduos e nações – pobres ou não – acentuam o caráter de competição, exclusão, egoísmo, pragmatismo, cultura individualista e hedonista e aceno positivo aos princípios neoliberais da economia de mercado, da obtenção de lucro, prestígio e poder no cenário internacional, conforme pode ser observado na pirâmide dos valores na era do “homem e da nação código de barras”. Qualquer pessoa pode mensurar e ter acesso às informações que correspondem ao seu valor de mercado, assim como os dados disponíveis sobre o desenvolvimento econômico e social das nações do globo. A Internet condensa e viabiliza o processamento dessas informações, sejam dados, textos, imagens, voz, áudio e outros meios associados. A constatação de uma situação extremamente desfavorável – principalmente entre os indivíduos e entre as nações mais pobres – sinaliza para os conflitos, guerras, violência urbana acentuada, corrupção política e empresarial, ausência de ética nos negócios, fome, miséria e proliferação de doenças. A visão crítica dessa situação remete ao sentimento de impotência individual e também nacional, em relação às estruturas econômicas, científicas e tecnológicas predominantes na sociedade da informação. Seus atores se tornam vulneráveis, flexíveis e sem território determinado. O reconhecimento dessa situação remete a uma primeira conclusão. Tanto os indivíduos quanto as nações – mesmo aquelas que se encontram em situações favoráveis na perspectiva do mercado econômico e financeiro internacional – e mesmo aqueles indivíduos que se beneficiam positivamente diante do mercado de trabalho, da aquisição de bens de consumo e reconhecimento social, necessitam de uma disposição contínua para que permaneçam ou emirjam camadas acima da pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”.

Ora, a discussão de uma ética da integração encontra seu objeto de análise a partir dessa conclusão. A inércia representa um golpe de martelo fatal

para aqueles que deixam de se movimentar diante das inovações científicas e tecnológicas. Por outro lado, aqueles que não dispõem de recursos necessários e das prerrogativas do capitalismo global e de suas exigências e valores, também percorrem um caminho penoso para emergir camadas acima da pirâmide dos valores. A ética da integração é uma ética do possível, das discussões que emergem a partir das diferenças entre as nações e entre os indivíduos, mas da constatação que a “pressão” – entendida aqui como necessidade de ação para o sucesso – é o ponto de partida para a construção de elementos e valores que sejam mínimos e universalmente reconhecidos como necessários para a vida de todos. Aqui vale ressaltar que a ética, até mesmo pelo seu caráter investigativo acerca do comportamento moral humano, se reveste de um instrumento catalisador dos fatos, objetivando-os e redigindo as principais características valorativas que se impõem nesse contexto histórico específico. Tal reflexão parte do contexto social global – aquele conceituado como sociedade da informação – onde as relações entre as nações, agora configuradas e organizadas em blocos econômicos – se estabelecem em função de uma cadeia que não mais obedece aos princípios da lógica clássica e da causalidade.

Mas, como a questão crucial é a de que todos reconhecem como princípio a preservação da vida e a vontade de querer continuar vivendo e gozando da liberdade, a discussão dos princípios mínimos de conduta diante dessa nova realidade impõe a relevância do diálogo em torno de uma ética da integração como condição necessária à preservação da própria existência individual e social. Portanto, não se trata de uma ética discursiva, quanto menos de uma ética prescritiva. O que se procura evidenciar como um novo comportamento é a situação de instabilidade, insegurança e ausência de referenciais universais até mesmo para os países mais ricos e para aqueles indivíduos mais prestigiados na escala da pirâmide do código de barras.

Opressores e oprimidos agora se encontram diante de uma mesma situação. Não significa, em absoluto, que o reconhecimento da mesma implica num gesto de bondade dos países mais ricos ou das pessoas mais abastadas em distribuir seus bens para equacionar o problema das injustiças sociais e da

distribuição de renda. Diferenças sempre existiram e é por esse motivo que a ética também ainda existe, pela análise das diferenças de comportamentos e pela investigação de suas causas.

Dada a complexidade dos elementos que envolvem a concepção de sociedade da informação, em nenhum momento histórico como esse, as transformações científicas e tecnológicas e de comportamento individual e social tiveram proporções tão diretas, agressivas, invasivas e enraizadas em qualquer parte do globo. Ora, se os referenciais não se concentram mais nas especulações metafísicas e religiosas e tampouco na própria ciência, em qual extremidade poderá ser encontrado? Talvez Kant tenha encontrado uma saída para essa questão a partir da elaboração de seu imperativo categórico. Mas, o fato é que a idéia de se partir de uma ação individual crescente não corresponde aos fatos como se apresentam na atualidade.

Precisamente nas décadas de setenta e oitenta (século XX), Habermas e Karl-Otto Apel desenvolveram a ética do discurso, uma perspectiva avançada de uma ética da comunicação. A ética do discurso tem sido considerada uma das tentativas mais ousadas e diferenciadas no sentido de fundamentar uma teoria moral que se mostre universalista e que ao mesmo tempo seja suficiente para responder aos principais desafios da atualidade. Sabe-se que o pensamento de Habermas difere em alguns aspectos de Adorno e Horkheimer, principalmente no que diz respeito aos conceitos que envolvem a razão, a democracia e a verdade. Segundo Adorno e Horkheimer, a razão emancipatória se encontra ofuscada e impedida de se desenvolver pela dinâmica da economia capitalista. Habermas argumenta, no entanto, que o posicionamento de uma crítica radical da modernidade, e conseqüentemente do universo da razão, conduziria ao perigo do irracionalismo. De certa maneira, segundo Habermas, o projeto da humanidade ainda está em andamento, não chegou a seu termo definitivo. O processo de racionalização da humanidade ainda é possível. Adorno e Horkheimer são pessimistas no que se refere à razão. Segundo eles, a razão está impossibilitada de se realizar devido à complexidade do capitalismo, que, de certa forma influencia a consciência dos trabalhadores, ou melhor, paralisa toda ação em favor de uma

crítica social, fazendo com que a dinâmica da economia capitalista se perpetue. Habermas propõe a razão dialógica, caracterizada a partir do diálogo e da argumentação entre os indivíduos ou agentes interessados em resolver determinadas situações. Esta razão se caracteriza a partir de uma ação comunicativa, da utilização do recurso da linguagem como meio eficaz de se atingir o consenso. O problema, no entanto, diz respeito à necessidade de se estabelecer uma ação social que proporcione a liberdade e o não constrangimento diante do diálogo.

Habermas entende a verdade como resultado da ação comunicativa, uma verdade intersubjetiva, proveniente do diálogo entre os agentes ou indivíduos. Estes, por sua vez, estabelecem determinadas regras no processo de diálogo, como o princípio da não-contradição, a ausência de constrangimento de ordem social, além da clareza nas argumentações. A novidade desse processo é que a razão e também a verdade não mais representam conteúdos ou valores absolutos. Ao contrário, passam a ser delineados pelo consenso entre as partes. Portanto, a validade dos conteúdos discutidos e acordados serão cada vez mais eficientes na medida em que as condições do diálogo também o sejam. Mas, tal resultado depende essencialmente de um constante aperfeiçoamento do processo democrático. A dinâmica do mundo atual é marcada pela razão instrumental, conforme a crítica desenvolvida pelos membros da Escola de Frankfurt que antecederam Habermas. Este, por sua vez, entende que a razão comunicativa tem o papel de analisar e propor mudanças para essa razão instrumental. O problema se impõe devido ao fato de que as partes que envolvem a comunicação são suprimidas pela realidade do trabalho. A grande maioria da população não entrevê tal realidade devido a estruturação da ideologia tecnocrática. O trabalho orienta a ação humana para um fim determinado, estabelecendo como critério de sucesso o alcance das realizações materiais. Estas regras do trabalho acabam por influenciar a ação humana em sentido amplo.

Mas, de que maneira entender a proposta de Habermas no processo de diálogo que visa o consenso? O ponto de partida desse processo se encontra no discurso, na argumentação comum entre os agentes envolvidos no diálogo. Daí

a importância da linguagem. Todo aquele que participa do processo de um discurso deve reconhecer que as regras utilizadas na argumentação são passíveis de verificação pela própria reflexão. Os argumentos somente podem ser invalidados pelo próprio processo argumentativo. Aquele que, por via de regra, não participa do discurso ou do diálogo não pode querer argumentar. De uma maneira, ou de outra, o processo de argumentação é necessário, inescapável aos homens. As pretensões se manifestam por intermédio dos argumentos, assim, somente aquele que pretende argumentar pode se comprometer. De tal maneira, o diálogo se reveste essencialmente de pretensões de validade universal. Todo discurso que pretende a afirmação de algum princípio deve ser inteligível. Além disso, todo argumento deve ser tomado como verdadeiro, pois, em princípio deve-se entender que todos os agentes do discurso, do diálogo, possam concordar com ele. A correção indica a referência a normas já existentes que são obrigatórias para todos. Finalmente, a veracidade deve se pautar no princípio da sinceridade, uma vez que, ao argumentar racionalmente, todos devem ter por princípio a sinceridade. Mas, mesmo que tais pretensões não sejam efetivamente concretizadas, satisfeitas, as mesmas devem ser pressupostas como necessárias e universais, caso a argumentação tenha a pretensão de ser verdadeira.

Gilles Lipovetsky (2005,b), em sua obra: *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo* entende que vivemos uma nova etapa na história do individualismo ocidental. Isso ocorre porque todo o processo que envolve os objetos, as imagens e informações estão interligados aos valores hedonistas que geram novas formas de controle do comportamento humano, e formas diversificadas na maneira de se viver. Há, portanto, uma revolução constante do indivíduo e de seu cotidiano. A privatização é ampliada, as identidades perdem suas características sociais, há um desgaste no mundo da política e uma desestabilização das personalidades. Portanto:

O ideal moderno de subordinação do indivíduo a regras racionais coletivas foi pulverizado, o processo de personalização promoveu e encarnou maciçamente um valor fundamental: o da realização pessoal, do respeito à singularidade subjetiva, da personalidade

incomparável, quaisquer que sejam as novas formas de controle e de homogeneização realizadas simultaneamente. O direito de ser absolutamente si mesmo, de aproveitar a vida ao máximo é, certamente, inseparável de uma sociedade que instituiu o indivíduo livre como valor principal e não é mais do que a manifestação da ideologia individualista. (LIPOVETSKY, 2005b, p. xvii).

Segundo Lipovetsky (2005b), a sociedade pós-moderna representa a era do vazio sem apocalipse, isenta de qualquer tipo de tragédia. Isso ocorre porque a indiferença da massa é marcante e o predomínio do sentimento de repetição e estagnação são cada vez mais acentuados entre os homens. Soma-se a isso a banalidade da inovação e a absorção idêntica entre o novo e o velho, reforçando a autonomia individual. O otimismo científico e tecnológico se empobreceu. Paralelamente às descobertas científicas e tecnológicas ocorreu o crescimento do armamento entre os blocos, a degradação do meio ambiente e a desintegração dos indivíduos. As ideologias políticas não mais convencem a população, não há mais ídolos, tabus, projetos históricos que mobilizem a sociedade. Perdendo a consideração por si mesma, a sociedade não mais dispõe de uma imagem gloriosa a seu respeito. O vazio reina livremente entre nós. Dessa maneira: “A recessão atual, a crise energética, a consciência ecológica não fazem dobrar os sinos de finados da era do consumismo; estamos destinados a consumir cada vez mais objetos e informações, esportes e viagens, formação e relações, música e cuidados médicos”. (LIPOVETSKY, 2005b, p. xix).

Na mesma direção, a cultura pós-moderna, no entender de Lipovetsky (2005b), contribui para o aumento do individualismo e fornece aos seus personagens possibilidades de escolhas cada vez mais crescentes. Nesse universo prevalece a ausência de legitimidade e a realização emocional de si mesmo. “Assim como a idade moderna foi obcecada pela produção e pela revolução, a idade pós-moderna é obcecada pela informação e pela expressão”. (LIPOVETSKY, 2005B, p. xxiii). Trata-se de uma cultura que se desvia das regras e das normas estabelecidas. Apresenta elementos variados, extravagantes. É excêntrica, singular, essencialmente materialista, consumista. Anuncia-se como inovadora,

ecológica, espontânea, espetacular e criativa, mas ao mesmo tempo revela seus traços pornográficos e discretos, suas características retrógradas e psicológicas.

Há uma presença marcante de uma ética naturalista. A vida prática e de competição em todos os setores é questão de vida ou morte, de inclusão ou exclusão, de sucesso ou de fracasso. Se as críticas sociológicas também partem das estruturas e não dos indivíduos em particular, também a ética da integração leva em consideração que as discussões não mais se sustentam nos limites geográficos de cada nação. Irrompe, agora, como necessidade o reconhecimento que a integração é um processo irreversível, assim como a globalização, e que, por isso mesmo, sustenta a necessidade de discutir seu momento ético. Ora, se os valores podem ser contestados e reduzidos ao nada, também é verdade que se precisa de categorias e de valores, para que se estabeleça tal crítica. Contudo, na ética da integração, a vida vence a morte e se impõe condição de sobrevivência universal.

No contexto da sociedade da informação as características do comportamento moral devem ser observadas a partir de realidades culturais específicas. Nos ambientes culturais onde as tecnologias da informação ainda são praticamente desconhecidas ou inacessíveis à população, observa-se um comportamento moral distinto daqueles onde o processo de industrialização e a disseminação das tecnologias da informação firmaram suas bases. Assim, considerando o conjunto dos países desenvolvidos e os principais blocos econômicos do capitalismo global, nota-se entre os indivíduos um comportamento caracterizado pelos princípios da competição, exclusão, de um utilitarismo e hedonismo sem precedentes.

A economia de mercado rege a orquestra da competição em todos os setores da sociedade. Nenhum segmento escapa aos princípios da obtenção do lucro, do sucesso e do bem-estar individual. Como bem observou Hobsbawm (1991) a economia de mercado, capitalista, tem como mecanismo principal de atuação o constante aumento e reforço das desigualdades. Todos os recursos sociais se encontram submetidos à lógica do mercado, às suas regras e dinâmica

pela obtenção do lucro. Por isso mesmo, o socialismo se apresenta como elemento importante no processo de tomada de decisão, planejamento e controle público dos recursos disponíveis. É ele o responsável pela escolha das prioridades que visam a execução dos grandes empreendimentos públicos.

Nesse contexto de competição e exclusão, a educação e a própria ética são utilizadas como bandeiras e como elementos considerados como diferenciais de mercado e novas estratégias de negócios, de competitividade. O egoísmo e o espírito de competição marcam a postura dos indivíduos que disputam por vagas, por empregos que exigem cada vez mais competência tecnológica e conhecimentos científicos. O conhecimento e a informação transformaram-se em mercadoria valiosa, agora incorporada no indivíduo como valor de mercado, traduzidos na hierarquia da pirâmide dos valores. Trata-se do “homem código de barras”. Conhecimento e informação constituem-se em maior valor agregado.⁴⁷ Mas, por que esse momento histórico é considerado como aquele em que a ética e os princípios morais e os valores estão em crise?

Ora, em qual momento histórico específico pode-se afirmar e em qual cultura em particular se pode dizer que tais princípios conheceram uma estabilidade e correspondência fiel por seus integrantes? A crise é o momento de antítese em relação a um princípio ou sintetiza uma situação concreta que se repete nas culturas independentemente de seu espaço e contexto histórico? Aliás, sem a evidência de crises nos valores, como se poderia construir um discurso ético? A tarefa da ética é estabelecer uma reflexão contínua acerca do comportamento moral humano. A moral se assenta sobre os costumes de uma determinada cultura. Tais costumes condensam um sentido subjetivo de determinadas comunidades, onde o comportamento da maioria reconhece nos mesmos aqueles princípios existenciais que configuram sabedoria de vida, segurança, conforto, abrigo e garantia de sobrevivência.⁴⁸ O objeto do

⁴⁷ Mas, ironicamente, as empresas discutem e exigem a integração do trabalhador apenas dentro de seus limites e interesses. Externamente, o indivíduo se caracteriza pela idéia de competição e comportamento egoísta, marcado pelo egoísmo e desejo de prestígio e sucesso.

⁴⁸ O comportamento moral humano, tomado em seu contexto histórico diversifica-se de cultura para cultura e apresenta certa mobilidade em seus padrões e em seus costumes. Não se trata de um

comportamento moral só pode ser reconhecido no outro. Não há moral sem a convivência social entre indivíduos ou entre culturas. Mas é exatamente nesse contexto que a tarefa da ética encontra seu campo de atuação porque é suficiente em si para estabelecer além de um estudo teórico sobre o comportamento moral, um diálogo entre as diferentes culturas e a propor a discussão de conceitos que podem ser tomados como válidos universalmente.

As normas que são discutidas, por exemplo, nos campos do direito internacional, do comércio mundial, dos registros de patentes e outros casos específicos, demonstram claramente um diálogo ético acerca do possível, independentemente de se avaliar as distinções ou mesmo as injustiças. O estudo das relações entre ética, educação e tecnologia aqui apresentadas indica os principais movimentos que o norteiam enquanto práxis social. A intenção de apresentar os elementos de uma ética da integração leva em consideração alguns princípios que podem ser extraídos da exposição elucidada anteriormente. O primeiro princípio contempla a educação como um processo de mediação na dinâmica de transformação, desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade, analisando as relações entre as culturas nacionais e a universalização da mesma. Apresentação da defesa da tese de que a educação deve se revestir de perspectivas culturais, éticas e científicas, atentando-se para o “cuidado” com a educação quantitativa e sua possível redução a critérios de oportunidades e oportunismo social diante da competição no mercado de trabalho na disputa por um emprego. Esse tema é muito bem retratado por Adorno quando destaca que:

[...] A ciência como ritual dispensa o pensamento e a liberdade. Dizem que a liberdade precisa ser salva por encontrar-se ameaçada a partir do Leste [...]. Mas às vezes me parece que a liberdade já se encontra abalada também naqueles que formalmente ainda a possuem, como se seus hábitos intelectuais já se identificassem ao que é regressivo, ainda que este não tenha sido prescrito [...]. **O objetivo prático de progredir constitui em muitos um ímpeto tão**

comportamento científico. No entanto, à Ética cabe o estudo científico e minucioso acerca da natureza das principais causas e das consequências desse mesmo comportamento.

férreo que nada o ameaça seriamente.⁴⁹ Sua postura é de defesa automática⁵⁰ [...]. (ADORNO, 1995, p. 70-71).

O segundo princípio se assenta na construção do amplo fenômeno das mudanças ocorridas a partir das modernas tecnologias, notadamente a educação. Daí o esforço de uma reflexão ética em apresentar o valor das estruturas institucionais e culturais no tocante à integração com o conhecimento voltado para a tecnologia. Indicação de uma possível universalização do acesso ao conhecimento⁵¹ que contribua para a solução da exclusão social, permitindo a passagem do mundo da cultura para o mundo da civilização.⁵² A ética da integração tem como principal elemento a universalidade do homem e de seus valores elementares que não podem ser sobrepostos pelos valores particulares e nacionais. Por isso mesmo, a atenção para os problemas referentes aos nacionalismos, às guerras étnicas e religiosas, à transnacionalização da economia e aos padrões de comportamentos sociais distintos na sociedade da informação. Dupas defende esse tema, na medida em que se interroga sobre os avanços da tecnologia na sociedade da informação e de suas implicações culturais e sociais:

A questão central é como regular o uso das técnicas decorrentes do conhecimento científico, que avança para novas e espetaculares áreas envolvendo a própria natureza do ser, a condição de alterar a vida e o poder de mudar radicalmente as condições de produção e o meio-ambiente. As novas competências que essas tecnologias permitem ao homem exercer contêm, simultaneamente, possibilidades de redenção e de destruição. Se bem exercidas e submetidas aos interesses gerais da sociedade, poderão vir a ser

⁴⁹ Grifo nosso.

⁵⁰ À expressão “defesa automática” utilizada por Adorno, soma-se a insegurança, o medo generalizado, os princípios da competição e do sucesso. De tal sorte que as atitudes individuais se voltam para a idéia da obtenção do lucro e do prestígio, mesmo que para isso seja necessária a prática de atitudes antiéticas.

⁵¹ Não se trata de um determinismo tecnológico aplicado à sociedade da informação, pois o ponto de partida desse estudo é justamente a realidade desenhada pela atual sociedade globalizada, não cabendo, pois, principiar por um questionamento acerca do que possivelmente em que a mesma poderia se constituir. A realidade é um fato. Portanto, é a partir de suas nuances que este estudo busca evidenciar sua reflexão nos campos da ética e da educação.

⁵² Sobre esse tema, conferir o texto de Pablo A. A. Gentili – O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional – Capítulo 4 – p. 111-177. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação** – Visões críticas. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

um importante instrumento para o desenvolvimento da humanidade. (DUPAS, 2001, p. 106-107).

Impõe-se o desafio de se conviver com a globalidade da tecnologia e das máquinas no quadro geral das tecnologias da informação. A pragmática mundializada, a partir de uma ética da integração, converte-se em uma nova ordem da práxis social, contemplada pelo direito e democracia internacionais; pelo aumento da oferta de trabalho; pela diminuição das conseqüências e dos efeitos causados pela globalização da economia e da cultura; pelo aceno concreto à distribuição de renda e à justiça social.⁵³ A transformação acima almejada é determinada pela ação concreta de educadores, cientistas, pesquisadores, governo, sociedade civil, agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica, instituições de ensino e pesquisa, escolas e outras instituições públicas e particulares. O desenvolvimento e aprimoramento da educação e da produção científica e tecnológica têm como principal desafio a universalização do acesso democrático ao conhecimento e à informação. Fator preponderante para a sua concretização são os princípios de uma ética da integração e da justiça social, conforme será proposto mais adiante. Harvey (2005), em sua obra – “Condição pós-moderna” – acentua com perspicácia a reflexão sobre o papel do conhecimento na sociedade da informação:

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva [...], o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. (HARVEY, 2005, p.151).

⁵³ Sobre esse tema, vale destacar as conseqüências morais de uma orientação otimista em relação à própria ética e à educação. Adolfo Sánchez Vasquez (1978), destacou que: “[...] não posso julgar moralmente o fato histórico progressista da acumulação originária do capital nos inícios do capitalismo, apesar dos sofrimentos, humilhações e degradações morais que trouxe consigo, porque não se trata de um resultado visado livre e conscientemente. Tampouco posso julgar o capitalista individual, na medida em que age de acordo com uma necessidade histórica, imposta pelas determinações do sistema, ainda que se possa julgar o seu procedimento na medida em que, pessoalmente, pode optar entre várias possibilidades”. (VASQUEZ, 1978, p. 44).

Assim, o principal objetivo da elucidação das relações entre ética, educação e tecnologia é o de apontar se há uma reação significativa da sociedade da informação diante da crise de valores que atinge todas as culturas do planeta. Como destacou Lima Vaz (1999), as crescentes produções de bens materiais e simbólicos confirmam a rápida passagem do mundo natural para o universo da cultura sistematizada, para a formação e delimitação do espaço geográfico internacional. No entanto, conforme Vasquez (1978) sublinhou:

[...] A formação do capitalismo e a conseqüente acumulação primitiva do capital – processo histórico progressista – realiza-se através dos sofrimentos e dos crimes mais espantosos. De modo análogo, a introdução da técnica mecanizada – fato histórico progressista – acarreta a degradação moral do operário. (VÁSQUEZ, 1978, p.44).

Ainda segundo Lima Vaz (1999), há uma visível perenidade que norteia os valores intrínsecos na teia das relações culturais: a distinção entre bem e mal, os valores espirituais, o respeito ao caráter normativo que configura à vida a dignidade que lhe é peculiar, a violação da lei que confere ao fenômeno da ética a prescrição dos valores das culturas. Nota-se que o relativismo universal e o hedonismo⁵⁴ imperam sem limites na sociedade da informação, balizando os padrões de avaliação e comportamento dos indivíduos na sociedade. Em todos os setores da sociedade da informação, ao que parece, existe o desejo de uma retomada da reflexão ética. Há o desenvolvimento de novas correntes e concepções de pensamentos e em diversas áreas do conhecimento. As discussões se alongam. O renascimento do debate ético é incontestável em escala planetária.⁵⁵ Conforme frisou Russ (2003):

⁵⁴ O hedonismo é uma doutrina que visa a busca do prazer individual e imediato como meta principal a ser atingida na existência humana. Porém, na Antiguidade grega, uma forma de hedonismo mais radical foi levada ao extremo pelos cirenaicos. Mas, foi Epicuro quem combateu essa concepção de prazer também denominado prazer dos movimentos. Em relação a este, Epicuro propõe o prazer do repouso, que conseqüentemente conduziria o indivíduo ao repouso e à imperturbabilidade do espírito, ou seja, a “ataraxia”.

⁵⁵ Infelizmente, a sistematização e a orientação de tal reflexão, muitas vezes têm se traduzida nos livros de auto-ajuda e em concepções esotéricas que não levam em consideração um estudo crítico acerca dos

[...] Assim, a reflexão axiológica e moral se beneficia de um favor inédito. Bioética, ética dos negócios, vontade de moralização da coisa pública ou da política, ética e dinheiro etc.: tudo se passa como se os anos atuais fossem os da renovação ética, os dos “anos da moral”, aparecendo o estandarte dos valores axiológicos como a referência última de nossas sociedades democráticas avançadas. Sim, a ética “está na moda” e a demanda de moral parece crescer indefinidamente. Cada dia, um novo setor da vida se abre à questão do dever. (RUSS, 2003, p. 5).

Nessa direção, trata-se de entender se há uma acomodação do homem da sociedade da informação diante do novo ambiente natural e social produzido pela revolução tecnológica das últimas décadas. Entender de que maneira a educação direciona seu papel e sua função diante dessas mesmas transformações. Saber quais os modelos e a postura adotada pela práxis social diante das questões éticas de escala global. Investigar se houve um avanço das discussões éticas no campo da filosofia da educação, bem como de um crescimento moral na estrutura das relações sociais. Faz-se necessário esclarecer inicialmente que a ética não se ocupa com a tarefa de desvendar e justificar quem o homem é de fato e qual o fundamento último de sua existência. Ao contrário, a ética se debruça sobre o homem concreto, procurando investigar o que ele faz e o que possivelmente pode fazer de sua vida, quais as perspectivas que pode estabelecer e quais os novos arranjos que são viáveis para sua sobrevivência. Mas esta ação ele a concretiza no ambiente social em que interage, regido por leis, normas, pela dinâmica das transformações culturais e precisamente pelo papel que a educação desempenha em cada momento da história humana. Morin enfatiza que:

O problema consiste em evitar o realismo trivial (adaptar-se ao imediato) e o irrealismo trivial (subtrair-se às condições da realidade). O importante é ser realista no sentido complexo do termo (compreender a incerteza do real, saber que há o possível, mesmo que ainda esteja invisível no real), o que freqüentemente pode parecer irrealista. A incerteza do real pode ensejar tanto o idealismo ético (agir de acordo com suas finalidades e ideais) como o realismo estratégico. (MORIN, 1998, p. 69).

principais problemas que envolvem a conduta humana, mais precisamente as relações éticas existentes entre as nações.

Assim, a moral é uma forma específica de comportamento humano e se refere a indivíduos concretos. Os homens apenas agem moralmente quando convivem em sociedade. Daí a tese de que a moral existe necessariamente para executar uma função social. Trata-se de uma realidade, de uma possibilidade, conforme destaca Morin (1998). Portanto, a ética tem suas raízes no fato moral enquanto sistema de regulamentação das relações entre os indivíduos e destes com a sociedade. O referencial teórico necessário para uma adequada abordagem das relações entre ética, educação e tecnologia na sociedade da informação e a apresentação dos elementos de uma ética da integração requerem o esclarecimento dos problemas fundamentais da ética e de seu objeto de estudo. Assim, a construção de um sistema ético, com referenciais teóricos e abordagens filosóficas acerca do comportamento humano, em diversos momentos da história é uma característica peculiar do pensamento filosófico.

A reflexão sobre a ética e sua estrutura deve se iniciar pela observação daquilo que os próprios fatos desse momento histórico tem apresentado. Há uma nova ordem e um novo arranjo no universo das relações de poder no espaço mundial. O homem é um ser concreto, dinâmico e suas relações se estabelecem necessariamente em comunidade, ou numa acepção mais ampla em sociedades organizadas por políticas específicas e culturas distintas. Mas não deixa de ser um sujeito crítico e, portanto, responsável por suas atitudes. Dessa forma Silva salienta a postura do homem crítico diante de seu contexto histórico:

O homem é absoluto na *sua hora*: no momento histórico que lhe foi dado viver e a partir do qual ele engendra sua conduta, respondendo aos apelos do tempo e envolvido nas suas contradições; no *seu meio*: entre aqueles homens determinados, que agem de certa forma, que levam adiante certos projetos político-históricos que dizem respeito a eles e aos outros, que vivem e morrem no misto de obscuridade e lucidez que é próprio de toda consciência comprometida com o mundo; enfim, é dentro dos limites humanos que o homem é absoluto, porque o mundo humano é algo de sua invenção e responsabilidade. E sendo o mundo humano o lugar absoluto do homem, o absoluto é histórico porque ele surge a cada vez que o homem nasce e renasce historicamente, ou a cada vez que um homem morre pela preservação desse mundo humano. (SILVA, 2004, p. 30).

Desde os mais remotos tempos, precisamente aquele em que o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas de manipulação do solo, colheita e armazenagem dos alimentos tornaram-se mais avançado, o conflito entre famílias, tribos e culturas pela posse das áreas agrícolas mais férteis revela um traço característico do comportamento moral humano, ou seja, o da necessidade de legitimar e justificar suas atitudes, notadamente aquelas que envolvem a exploração do homem pelo próprio homem. Numa só expressão: conflitos armados, guerras, mortes, dominação, exploração, submissão, escravidão, imperialismo e toda sorte de predicados que se possa atribuir às atividades consideradas imorais ou más. A relação de poder no espaço mundial – em maior ou menor proporção – é uma característica histórica. Por isso mesmo, o ponto de partida não se refere àquela análise do que seria o ideal para este ou aquele momento específico, determinado. Interessa a realidade como se apresenta sedimentada em conflitos, diferenças, injustiças, crimes, fome e toda sorte de características desse novo momento batizado como sociedade da informação.

Esta observação – aparentemente óbvia – oferece uma das categorias para a compreensão do comportamento moral humano: onde há um movimento entre indivíduos, famílias, clãs, tribos, sociedades, culturas, certamente o conflito se estabelece. Sua estruturação diz respeito às relações de homens contra homens, dos homens e de seus movimentos e interferências no espaço natural e na construção de espaços geográficos determinados. Trata-se do desejo de se estabelecer uma morada, um lugar, um habitat, um abrigo, do desejo de manipulação de um poder sobre a natureza e sobre as coisas; da manipulação das vontades e dos desejos dos homens que se submetem a um poder local. Aqui surge a primeira reflexão sobre os limites da atuação humana diante da natureza, de seus espaços e de seus recursos; do limite da vontade e dos desejos humanos sobre a condição da liberdade de seus semelhantes. Nota-se que o percurso histórico do comportamento moral humano se edifica sobre as relações de poder na disputa pelo espaço, e dos instrumentos e meios necessários para a sua administração e manifestação do poder.

A organização das primeiras civilizações e impérios, a formação das nações e a configuração dinâmica do espaço geográfico e político cada vez mais acelerado, incerto e marcado pela inconstância e insegurança, demonstra a complexidade de uma abordagem ética que seja científica e teórica acerca do comportamento moral já conhecido, porém, também dinâmico, desafiador e destituído de referenciais universais. Mas, a evidência desse comportamento já esboça uma primeira conclusão – talvez já conhecida também – que anuncia a impossibilidade histórica da construção de uma moral universal.⁵⁶ Os grandes sistemas filosóficos e éticos apenas se apresentam como reação teórica sobre o comportamento moral que desconhece os limites da vontade e da liberdade, em cada momento do percurso histórico e cultural. De acordo com Vasquez (1978), os principais programas de ética se ocupam essencialmente sobre o estudo do objeto e das doutrinas éticas mais expressivas, na essência, determinismo, liberdade, responsabilidade, obrigatoriedade e realização da moral. Uma reflexão fecunda acerca da ética é apresentada por Ruf (1991):

Uma ética que se constrói sobre o princípio da responsabilidade, parte do pressuposto de que o homem é um ser sobre quem um outro dispõe e ao mesmo tempo dispõe de si mesmo; essa ética interpreta-o como um ser que é autônomo, e ao mesmo tempo tenta mostrar as condições em que essa autonomia se torna primeiramente possível. Ela deve ser o pressuposto para o agir retamente; as condições encontram-se nas condições existentes para que o homem possa agir. Para poder ser, o homem deve agir; mas, no seu agir, o homem depende simultaneamente das condições do seu próprio ser. A pergunta: “Que devo fazer?”, leva a outra pergunta: “Quem sou eu?”. A doutrina sobre o agir deverá dar a resposta a ambos os leques de perguntas. (RUF, 1991, p. 23-24).

Aqui a moral é entendida como uma forma de comportamento humano presente em todos os tempos e em todas as formas de associações humanas. Não é possível separar a questão moral do contexto histórico e de outras formas de

⁵⁶ A ética da integração não pretende a construção de princípios ou normas, mas se reveste de um caráter de ampla discussão sobre os temas morais da atualidade e de seus efeitos para os indivíduos e para a sociedade global. A constatação é de que a discussão não pode ser isolada, mas integrada entre todos os setores e áreas do saber.

comportamento humano. A ética, nesse sentido, se propõe a tratar a moral não como um sistema normativo único e válido para todos os tempos e para todos os homens. No entanto, apesar da dinamicidade da história, há determinados princípios morais comuns que caracterizam a ação humana. Portanto, um dos problemas fundamentais da ética se refere ao princípio de que o autêntico comportamento moral é exclusivo ao homem e que seu ato moral exige, necessariamente, a decisão consciente, crítica, livre, revestida de convicção interior e não proporcionada por fatores impessoais, impregnados de elementos ideológicos e alienantes.⁵⁷ Como assinala Vasquez (1978), a ética não é um código de normas, um dogmatismo, pois seu campo específico diz respeito ao juízo de valor e não especificamente ao juízo de realidade, da essência da existência humana. Portanto, cabe à ética se debruçar na essência da moral e no que diz respeito ao indivíduo e à sociedade. Essa observação permite a indicação das possibilidades da discussão dos elementos de uma ética da integração, verdadeiramente humana e universal, caracterizada pela práxis social e pela abertura à discussão integrada sobre os principais problemas pertinentes ao comportamento moral humano.

Essa abordagem remete ao enunciado do núcleo da ética e de sua constelação conceitual. Trata-se das noções de virtude, bem, felicidade e justiça. A lei prescreve e obriga o indivíduo a agir de acordo com os preceitos nela contidos, mas pode, eventualmente, não coroar os princípios fundamentais da ética voltada à práxis social. O homem é um ser concreto, social. Permeia sua relação com a superestrutura da sociedade da informação, otimizada pela exclusão social e problemas práticos cada vez mais complexos, entre eles a educação, o trabalho e a justiça social. As decisões e atitudes diante desse quadro requerem a formulação de juízos de valor, de argumentos e razões que justifiquem sua decisão de cumprir

⁵⁷ Em qualquer sociedade ou associação humana todo e qualquer sistema ético – aquele que se supõe como o ideal – deveria proporcionar cada vez mais ao indivíduo uma total liberdade de ação. Entendendo-se que a liberdade somente pode ser caracterizada como prática individual na medida em que se reveste de responsabilidade, consciência e estruturada sobre princípios de convivência pacífica entre os homens. O sujeito somente pode ser livre na mesma proporção e medida em que o outro representa para si a sua própria condição de ser. Ou seja, não haveria liberdade sem a existência do outro. Portanto, o outro é a condição necessária para si mesma.

ou não determinado ato. Assim, o homem é capaz de refletir sobre o seu comportamento prático. A educação também se estabelece a partir de um plano da prática moral. Porém, cabe à ética se ocupar do plano da teoria moral. O que o indivíduo deve fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético, conforme se esclareceu na seção pertinente à construção do sujeito moral e do sujeito ético.

O problema se desdobra na noção daquilo que é o bom. Mas, este se trata de um problema moral que não comporta uma solução particular. Conforme Vasquez (1978), a ética não determina a ação particular em cada situação concreta, indicando o que é de fato o bom. Mas, a partir de sua definição, a ética expressa um plano geral, indicando aos homens de que maneira podem orientar suas condutas particulares. Daí a defesa de uma ética da integração que enalteça a práxis social e que esteja atenta ao perigo da manipulação e alienação das ideologias da superestrutura da informação patrocinada pelos Estados mais ricos e pelas empresas multinacionais; enfim, do poder instituído em querer definir o que é o bom na sociedade da informação. O bom, para muitos, pode identificar-se com a felicidade; para outros, com o prazer, o útil, o poder. O comportamento moral só se efetiva quando o sujeito é responsável por seus atos. Mas, considerando que ele pode fazer o que desejar, que ele pode escolher surge o problema da liberdade da vontade. Assim, a tarefa de decidir e agir numa situação concreta se constitui num problema prático-moral.

Os elementos de uma ética da integração se constroem a partir da reflexão sobre o problema da responsabilidade, determinismo e obrigatoriedade moral; dos valores da liberdade, da realização moral individual e da práxis social. Konder ressalta a importância dos valores éticos no contexto social em que os indivíduos constroem a sua vida e na qual tecem a importância de sua participação na vida em comunidade:

Valores éticos capazes de inspirar uma resistência concreta às distorções ideológicas precisam ser propostos a seres humanos concretos, quer dizer, a indivíduos que não abrem mão de seus

interesses, que não renunciam facilmente a seus desejos. Esses indivíduos, com suas respectivas singularidades, com seus interesses e desejos pessoais, contribuem para que a grande comunidade a que pertencem possa ser pensada, aproximativamente, em toda a sua concretude, isto é, em toda a riqueza das suas diferenças internas, das suas contradições. (KONDER, 2002, p. 236).

Os elementos de uma ética da integração devem apontar para a fundamentação e justificação de determinadas formas de comportamento moral, em especial, aquela que se defende neste estudo, ou seja, a da práxis social, da preservação da vida, da convivência pacífica, da inclusão social, da oportunidade de emprego, da prática da cidadania e da consciência do direito e da democracia internacional. A superestrutura da sociedade da informação se impõe em todos os setores e instituições. Portanto, há o perigo da existência de uma ética a serviço da justificação ideológica de determinada moral, atendendo aos interesses sociais específicos, objetivando que seus preceitos, princípios e normas tenham alcance universal. A educação, enquanto mediadora da práxis social deverá se apoiar nos elementos de uma ética da integração voltada à construção de uma ética que enalteça a relação entre o comportamento moral e as necessidades e interesses sociais; na construção de uma ética efetiva, real, para que seus princípios e normas tenham validade universal. À ética da integração cabe a tarefa de explicar, elaborar conceitos, esclarecer e investigar a razão da pluralidade das mudanças de moral no contexto da sociedade da informação. Não cabe à ética, portanto, como já se afirmou anteriormente, em prescrever normas de conduta, pois a realidade moral, seus princípios e normas variam historicamente e de acordo com as nuances de cada cultura. A investigação da ética na sociedade da informação, caracterizada pelo hedonismo e utilitarismo indica o caráter histórico da moral de nosso tempo, com seus valores, normas e princípios. O desafio da reflexão da educação e da ética se concentra, então, nos atos humanos conscientes e voluntários, pois os mesmos afetam diretamente a todos os homens, grupos sociais e até mesmo todas as sociedades.

Ora, não se pode falar numa moral científica, pois a ética não cria a moral; quando muito ela realiza uma abordagem científica do comportamento moral humano, dos problemas morais em geral. Partindo da investigação histórica da moral, a ética se propõe a explicar o princípio que permite compreendê-la, conforme sustenta Vásquez (1978). O comportamento moral humano está sujeito à transformação, pois não é a expressão de uma natureza eterna e imutável. Desta noção cabe a crítica que se faz à ética puramente filosófica dedutiva e especulativa, separada da ciência e da realidade moral humana; não se propõe com a ética o exame de fatores extramundanos, místicos e irracionais; à ética interessa o mundo moral concreto, social, através da análise de princípios imanentes e racionais e não apriorísticos ou absolutos. Portanto, os princípios de liberdade, necessidade, sociabilidade e valor se referem ao homem concreto.

Dessa maneira, a principal questão a ser destacada nesse contexto diz respeito à possibilidade de discussão sobre o progresso da moral. A partir do estudo das relações entre ética, educação e tecnologia na sociedade da informação e de suas implicações impõe-se a questão de saber se existe um crescimento da responsabilidade, se há um progresso moral caracterizado pela maturidade do caráter consciente e livre do comportamento individual e coletivo. Aqui, sustenta-se a tese de que o progresso ético depende exclusivamente do grau de coordenação, articulação e sistematização dos interesses pessoais e coletivos, tendo a educação como mediadora da práxis social. Segundo Vasquez (1978), as principais manifestações do comportamento humano ocorrem nos planos social, político, religioso, jurídico, econômico, estético, psicológico, filosófico, científico, tecnológico, prático-utilitário etc. Dessa forma, a teoria ética se propõe a explicar a natureza, as condições e os fundamentos da moral, dedicando-se em relacioná-los com as necessidades sociais. A ética utiliza os conhecimentos da história, das ciências sociais, da antropologia e da psicologia; a lógica, a filosofia da linguagem e a epistemologia contribuem, dessa maneira para a elucidação dos problemas relacionados ao conhecimento, validade, forma e significação dos juízos morais.

A contribuição da sociologia para a devida compreensão do comportamento moral humano se faz notar na medida em que a moral se

caracteriza como algo objetivo, concreto e especificamente social, pois não é o indivíduo que inventa a moral. A decisão e as atitudes humanas são interiorizadas a partir de fatores sociais. Aqui não se trata de reduzir a explicação do comportamento moral a um sociologismo ético. Semelhante perigo pode ocorrer com a psicologia, pois, apesar do esclarecimento e da indicação das condições internas e subjetivas do ato moral, de seu caráter e personalidade, não se pode reduzir tais explicações a um psicologismo ético. Ainda segundo Vasquez (1978), a antropologia social e os estudos da história têm contribuído para o desafio de saber se existe um progresso moral nas sociedades, levando em consideração que o comportamento humano se diversifica em cada cultura. Para a ética, as investigações da relação entre moral dos costumes e vida social indicam elementos importantes para a compreensão do comportamento moral humano. A teoria do direito, por sua vez, aborda o comportamento humano a partir das normas, da lei, da obrigação exterior e da coercitividade. O princípio da economia política aponta para a tese de que as relações econômicas são contraídas pelos homens no processo de produção e que estas relações influenciam na moral dominante de uma determinada sociedade.

Na sociedade da informação a força de trabalho, quando revestida de conhecimento sistematizado é vendida como mercadoria; e onde prevalece a lei da competição, do pragmatismo, da ostentação do maior lucro possível, há uma moral utilitarista, egoísta, individual que satisfaz o desejo pelo lucro. Os problemas morais se colocam diante da atividade dos trabalhadores, da divisão social do trabalho, das formas de propriedade dos meios de produção e distribuição dos bens produzidos pelo trabalho humano. A existência dos problemas morais, nesse contexto, se traduz recentemente na preocupação com a ética empresarial e a ética profissional e de suas implicações sociais.

3.3. Ética e moral: a construção do discurso do sucesso na era do “homem código de barras”.

De acordo com a construção da pirâmide dos valores na era do “homem código de barras”, quais são os principais negócios da era do conhecimento? Qual o novo arranjo do trabalho diante das mudanças científicas e tecnológicas? Essas e outras questões pertinentes à era da informação envolvem a complexidade do processo de globalização das empresas, dos indivíduos, pois em todos os setores se verifica a urgência de se construir culturas inovadoras. O problema se concentra em saber de que maneira executar esses novos desafios diante da competição e exclusão entre as nações. No contexto empresarial, o discurso se concentra na terminologia característica da evolução dos negócios. A orientação em todos os departamentos e no organograma da empresa se processa em função das idéias em torno do saber inovar, de provocar novas situações, de inspirar a execução de novos projetos e de orientar as atividades no sentido de maximizar os lucros e os processos. No entanto, para que essa proposta seja concretizada, são necessários trabalhadores preparados, aqueles com a capacidade de inovar na forma e no conteúdo de suas atividades específicas. Surge daí o papel dos novos líderes, com a tarefa de integrar cada vez mais as áreas do conhecimento em torno das tecnologias da informação. Empresas multinacionais e governos de todo o globo ressaltam a importância dessa característica dos novos líderes. De que maneira reinventar os negócios públicos e privados diante dos desafios científicos e tecnológicos? De que maneira enfrentar o competitivo mundo dos negócios? As empresas multinacionais encontraram no discurso em torno do espírito de responsabilidade social uma arma e estratégia de marketing eficiente para se tornarem mais competitivas no mercado global.

Aproveitam-se também das novas e incríveis tecnologias para disseminarem um mundo imaginário de prazer e conforto. A alienação dos consumidores é patente, não sabendo discernir o que de fato é relevante à sua sobrevivência. Nesse sentido, quem ousaria viver para além das cifras do mercado

e das quinquilharias do mundo capitalista e de suas tecnologias associadas à informação, às suas cores e telas, às suas imagens e ao seu discurso planetário de igualdade pelo acesso à Internet? O que é vencer na era da informação? Assim, o que não é vencer? Vencer é necessário? O indivíduo pode escolher? O que o mesmo precisa fazer para obter sucesso? A realização do trabalho é imprescindível à sua sobrevivência e nesse sentido o sujeito escolhe de acordo com as possibilidades que lhe são oferecidas pela nação em que habita.

Mas, a grande maioria da população mundial que representa a força de trabalho em potencial não dispõe dos recursos mínimos de acesso às tecnologias da informação e a uma educação condizente com esses princípios. A educação também se comercializou. O conhecimento transformou-se num produto de valor agregado elevado e acessível apenas para poucas pessoas. Aqui cabe, portanto, as propostas de Jean Antoine de Caritat (1743-1794), o marquês de Condorcet, a partir da redação de seu Relatório sobre a Instrução Pública de abril de 1792. Esse plano compreende várias etapas. Conforme destaca Coutel (2001):

As escolas primárias, gratuitas e livres da tutela religiosa, cuidarão de transmitir conhecimentos elementares; sua disseminação garantirá a formação de uma razão comum. Essa razão comum possibilitará evitar os perigos da expressão intempestiva da vontade geral no exercício da soberania pelo povo. As revisões constitucionais tornam-se possíveis e desejáveis. Na Sociedade Nacional de Ciências e Artes, os mais eruditos são convidados a propor programas e a redigir manuais adaptados a cada nível (escolas, institutos e liceus) com toda a independência. A instrução é um órgão da república, pois “é preciso que, amando as leis, possamos julgá-las” (Relatório sobre a Instrução Pública). (COUTEL, 2001, p. 239).

O desafio de encontrar novos caminhos que atendam universalmente a todos os homens indistintamente nas mesmas condições de igualdade se constitui na tarefa da educação e de seu maior desafio diante das políticas neoliberais e do capitalismo global. Nessa direção, Nunes é enfático em seu discurso sobre a tarefa da educação:

A educação quer em seu aspecto institucional e jurídico, em suas bases filosóficas e éticas, quer em suas determinações políticas e constituições formais sempre efetivas, isto é, torna aberta e presente uma conseqüente expressão de cultura e poder. Assim, pois, ao investigar as redes de poderes que sustentam nossa vida, as experiências que internalizam símbolos e determinam ou condicionam condutas, estamos exorcizando as formas de um poder disciplinar e autoritário, para propor novas formas de poder e de organização que promovam a emancipação e libertação. (NUNES, 2005, p. 101).

A ética da integração dá prioridade a elementos que se situam além das avaliações mercadológicas, pois, a saúde, a educação, a alimentação, a convivência social, a amizade, a liberdade, a segurança, a cultura em todos os níveis, constituem-se em elementos que as máquinas e as tecnologias da informação não produzem, porque são resultados da convivência justa e livre dos homens. No entanto, permanece o desafio: de que maneira construir uma sociedade ordenada e justa, garantindo o equilíbrio entre a natureza e os produtos tecnocientíficos? Nesse sentido, o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1993, sobre o “Desenvolvimento humano”, recomenda essencialmente que as pessoas sejam o sujeito de toda produção tecnológica, política e econômica; que o poder público contemple políticas de desenvolvimento de novos padrões de administração global e nacional, com maior descentralização, possibilitando mais autoridade aos governos locais; que a atenção se volte às mudanças do foco de segurança das nações para as pessoas, do armamento para o desenvolvimento; que a reorientação dos mercados sirva às pessoas e não as pessoas ao mercado; que o desenvolvimento e investimento em modelos estejam centrados na pessoa humana e sejam sustentáveis ecologicamente; finalmente, que a cooperação internacional concentre-se nas necessidades humanas e não na prioridade dos Estados. Nessa direção, Pegoraro (2006) argumenta que:

[...] o impulso ético originário é a causalidade criativa da liberdade: por um lado, é um processo de libertação do homem pelo avanço da ética, da cultura, da política, da religião e da psicologia; por outro, é um processo de libertação da natureza pela ciência que libera suas infinitas energias a serviço da vida [...]. (PEGORARO, 2006, p. 187).

Por isso mesmo, a ética da integração é uma construção contínua das culturas e de seus princípios, costumes, leis, normas e orientação de conduta moral. Integrar é ampliar o contato entre as culturas, respeitando as características sociais que tecem suas identidades. Considerando, portanto, o momento em que a sociedade contemporânea experimenta os efeitos de uma nova ordem mundial, caracterizada pela globalização da economia, da cultura e da informação, a ética também expande sua reflexão em torno dos princípios de uma integração que se sustenta pela prática de uma ética em favor da vida, da paz e da preservação da liberdade humana e também do relacionamento democrático entre as nações. Nesse sentido, aponta como perspectiva de integração a consideração pelos valores que possibilitam uma integração pautada na justiça social, no respeito às identidades culturais e às políticas públicas internacionais, que fomentam estruturas educacionais destinadas à formação integral do homem, de sua inserção na sociedade como um cidadão crítico, livre, responsável, suficientemente capaz de escolher e desenvolver-se no universo do trabalho. Enfim, que as estruturas sociais se manifestem em favor de uma ética possível para todos e para todas as sociedades.

CONCLUSÃO

PERSPECTIVAS DA ÉTICA DA INTEGRAÇÃO NA ERA DO “HOMEM CÓDIGO DE BARRAS”.

Por isso, creio tudo o que entendo, mas nem tudo que creio conheço. E sei quanto é útil crer também em muitas coisas que não conheço [...].

(Santo Agostinho, De Magistro)

Duas coisas me enchem a alma de admiração e respeito: o céu estrelado acima de minha cabeça e a máxima moral dentro de meu peito.

(Kant, Crítica da Razão Prática)

O objetivo geral que se pretendeu atingir com este estudo é o de apresentar e defender como válido e verdadeiro, os elementos de uma ética da integração que comportem um conjunto completo e simplificado de princípios éticos gerais (universais) relevantes, para conferir uma base ética às instituições

humanas, capaz de garantir o crescimento econômico, a difusão da justiça, o combate à corrupção, a distribuição de renda, o combate à fome e à exclusão social, bem como a estruturação de modelos cooperativos que gerem a inserção na economia mundial. Esses são os princípios universais da práxis social, elementos necessários e imprescindíveis para uma correta avaliação dos objetivos desse estudo. A experiência ética se processa num contexto amplo, co-existencial, de interação com os outros e com o meio ambiente. Não se refere a uma experiência particular de vida. O homem é um nó de relações complexas. No universo da ética, a integração é o elemento primordial para o ponto de partida de qualquer discussão que envolva os valores dos indivíduos, das culturas e das nações.

Valendo-se do pensamento de Bergson, este estudo percorreu o caminho da intuição filosófica, pois, “[...] a essência da filosofia é o espírito de simplicidade. Quer perspectivemos o espírito filosófico em si próprio ou nas suas obras, quer comparemos a filosofia à ciência [...], descobriremos sempre que a complicação é superficial, a construção um acessório, a síntese uma aparência: filosofar é um acto simples”. (BERGSON, 1994, p. 62).

Entende-se que a ética é integrada porque todo sujeito moral somente encontra o motivo de sua ação no motivo da ação do outro. O fim último de sua ação deve se identificar com o bem comum e não com o bem particular. Na medida em que a justiça é observada, amplia-se o horizonte da liberdade de cada indivíduo. O reconhecimento do outro não se constitui no tormento da existência pessoal. Ao contrário, amplia a compreensão da possibilidade da liberdade e dos valores que o norteiam. Na especificação das características das “nações código de barras”, as diferenças entre as mesmas se estabelecem em função das quantificações científicas, econômicas e tecnológicas. Não há diferenças de complexidades, no tocante aos elementos culturais, pois, antropologicamente, todas as culturas são abstratas e possuem seus valores.

Mas, tomadas universalmente e contextualizadas a partir das tecnologias da informação, as diferenças são patentes nas áreas sociais e econômicas. Há também o problema pertinente à preservação das identidades

nacionais. Uma ética da integração, portanto, não pode deixar de considerar essas implicações culturais. Ora, conforme Sartre afirmava que o homem está só e não há referências seguras, resta ao homem o mundo e suas coisas. E, como não há indivíduo sem a perturbação do “outro”, no sentido existencialista, a discussão da ética, toda ela, é de integração. Sem Deus, a religião e a metafísica, restam apenas o homem, a sua razão e a natureza. Assim, o homem e a sociedade devem responder com responsabilidade e liberdade o que a conduta ética exige. Conforme destaca Destro (2003):

Pelo seu nascimento, o homem é um ser determinado pelas circunstâncias. No entanto como somos um projeto, somos capazes de transcender essas circunstâncias. Como isso ocorre? Porque somos livres, apesar de todos os determinantes, isto é, como pessoas transcendemos nossas circunstâncias, podemos transcender as aparentes determinações criadas pelo nosso nascimento em um meio social específico. Transcendemos nossa situação porque somos irremediavelmente livres, segundo Sartre, condenados a ser livres... (DESTRO, 2003, p. 61).

A impossibilidade de se construir teorias éticas que sejam aplicadas universalmente, dadas as diferenças culturais e à diversidade de comportamento moral, indica que a única reflexão válida é aquela que toma como referência a vida concreta em todas as suas dimensões. Trata-se de uma integração em favor da vida e de sua preservação. Kierkegaard encontra no geral a justificação da moral:

A moralidade, por si mesma, está no geral, e sob este aspecto aplica-se a todos. [...] Tomado como ser imediato, sensível e psíquico, o indivíduo é o indivíduo que possui o seu *Telos* no geral; a sua missão moral reside em exprimir-se constantemente, em livrar-se de seu caráter de indivíduo para atingir a generalidade. [...] Sempre que o indivíduo, após ter ingressado no geral, se sente inclinado a pedir de volta a sua individualidade, ingressa em uma crise da qual apenas se libertará por meio do arrependimento e

abandonando-se, como indivíduo, no geral. (KIRKEGAARD, s/d., p. 67).

A imposição daquilo que poderia ser o ideal no campo da reflexão ética não condiz com a própria condição da filosofia que é de abarcar o todo em sua diversidade. A ética da integração, por isso mesmo, reúne em seu estudo, todos os elementos que envolvem a vida individual e coletiva. No caso da sociedade da informação, esses elementos se constituem a partir da globalização, da revolução científica e tecnológica e da dinâmica do capitalismo global, bem como das novas relações de poder no espaço mundial, conforme delineado anteriormente. A ética da integração se ocupa com os critérios da justiça e da verdade porque envolvem a consideração irrestrita pela liberdade humana e pela integridade e preservação da vida humana e do meio natural. Daí o questionamento: em que extremidade justiça e verdade se cruzam? Quando não é possível superar as diferenças, o que justifica a ação que se impõe pela força? Conforme sustenta Watt (1997):

Muitas culturas, e não somente as primitivas glorificam o mentiroso e o desonesto; Ulisses é um famoso exemplo que nos vem do mundo grego. Ao que parece foi a tradição do cristianismo, e de modo particular a do protestantismo, que transformou a honestidade em uma obrigação universal, como contrária à noção mais tribal de que só no interior da tribo e da família se deve cumprir a palavra. [...]. (WATT, 1997, p. 109).

As características do sujeito ético na era do “homem código de barras” são caracterizadas pela expressão do incômodo, insegurança, predomínio do egoísmo, ostentação pelo lucro fácil, mentira, dissimulação, corrupção passiva, consumismo, praticidade e desconsideração pelo social. O comportamento individual segue a mesma lógica do capitalismo global e das cadeias produtivas internacionais. O descontentamento é patente em todos os setores, uma vez que a perda do controle sobre o fim que se pretende atingir, não mais respeita os meios que se emprega, pois estes se confundem com os fins. Homens e empresas,

nações e culturas constituem-se em meios que encontram no seu fim, ao que parece, as características do niilismo contemporâneo.

Dessa maneira, impõe-se o problema da especialização do conhecimento científico, uma vez que este afeta diretamente o universo do trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que o mesmo contribui para dissociar o homem do próprio homem e do meio que o envolve. A ética da integração não se trata de uma ética do retorno, mas das possibilidades que envolvem questões como a liberdade e a justiça. Esse empreendimento não pode dissociar-se da educação. Por isso mesmo, a ética da integração amplia os horizontes de acesso universal e democrático às novas tecnologias a partir da educação.

A ética da integração não se constitui numa ética de normas e regras, mas de consenso e atitudes concretas que envolvem investimentos públicos e privados no processo de gestão da educação e da utilização dos recursos tecnológicos associados à informação. A ética da integração entende o indivíduo e a nação a partir dos conceitos já expostos anteriormente: “homem código de barras” e “nação código de barras”. Esse é o ponto de partida, pois se trata de um diagnóstico sombrio. As nações são mensuradas e avaliadas a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo número de seus analfabetos, pelos números da balança comercial, pelos índices de natalidade e mortalidade infantis e pelo acesso aos serviços básicos de saneamento, saúde e educação. A questão de saber, portanto, se há de fato uma evolução e amadurecimento do comportamento moral no decorrer da história humana basta a tarefa de se proceder à análise dos princípios da justiça, do bem comum, da democracia e da liberdade dos indivíduos. Soma-se a isso, a liberdade nas questões que envolvem a produção e o trabalho, além da agregação de conhecimentos e formação humana. O cenário da reflexão ética contemporânea não é suficiente para responder a essas perguntas. Mas ocorre um amadurecimento gradativo pela demanda da reflexão ética. A diferença é que nesse contexto da era da informação, todos os setores são atingidos indistintamente em questões que tocam diretamente os conceitos de justiça, preservação ambiental, honestidade, verdade e bem comum. Entretanto, a ética da integração não se trata de uma ética dos negócios internacionais. A liberdade de

cada indivíduo e de cada nação somente pode ser avaliada na medida em que as diferenças são superadas pelo diálogo, pelo acordo e pela revisão das perdas e ganhos de uma parte ou de outra. Tal a flexibilidade da reflexão da ética da integração.

Sustenta-se, portanto, que as discussões devem partir dos elementos complexos da sociedade da informação, ou seja, das questões que mais afetam o comportamento e a prática da liberdade. Ora, isso se impõe porque são esses os elementos tão criticados atualmente e dessa forma, é prudente que a análise se processe em função dos mesmos, pois é a partir daí que se imputam as inquietações acerca da liberdade, da justiça, do bem-estar social e dos valores. A morte de um único indivíduo não representa o fim dos valores e tampouco da sociedade, mas a morte de uma cultura e de seus valores representa a morte de todos. Por isso mesmo, a ética da integração não prescreve normas, pois integrar não é legislar em causa própria para cada nação ou para cada indivíduo em particular. Integrar é reacender o debate sobre o direito e sobre a lei natural em torno da preservação da vida.

Aqui a vida é tomada em seu contexto de sofrimento, miséria, dor, violência. Traduz o algoz da humanidade sem voz, agora transformada em mercadoria na era do “homem e da nação código de barras”. À semelhança dos organismos internacionais, como a ONU, o BIRD, a Organização Internacional do Trabalho, a OMC, onde se discutem princípios e problemas pertinentes sobre temas controversos, a ética da integração se propõe em discutir os princípios mínimos de conduta diante do direito internacional, da democracia, da liberdade, da cooperação econômica e tecnológica, do meio-ambiente, da biotecnologia, da bioética e de outros problemas associados à era da informação. A ética da integração se propõe em ampliar o debate além das referências filosóficas e do meio acadêmico. A ética da integração diz respeito à conduta moral social. Assim, de que maneira os espezinhados pelo sistema global compreendem o seu momento? A integração é irreversível. Não há como retroceder ou imaginar que a história pare o seu curso.

A expansão do capitalismo requer recursos naturais, consumidores, conhecimento científico, trabalho especializado, enfim, precisa de pessoas. A ética da integração é uma ética da vida. Mas há que se considerar a diversidade cultural e também das instituições das sociedades tidas informacionais. Castells (1999) ressalta a importância de se ater para o fato de que “todas as sociedades são afetadas pelo capitalismo e informacionalismo, e muitas delas (certamente todas as sociedades importantes) já são informacionais, embora de tipos diferentes, em diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas”. (CASTELLS, 1999, p. 57, v.1). A construção de uma ética da integração sustenta que o processo de afirmação de uma identidade também se compactua com a possibilidade da mesma relacionar-se com identidades e culturas diferentes. Constitui-se num desafio cada vez mais complexo, pois a crise dos padrões de identidade são facilmente perceptíveis, “dada a necessidade desesperadora de construir um novo ser coletivo mediante a significativa mistura de espiritualidade, tecnologia avançada (produtos químicos, biologia, laser), conexões de negócios globais e a cultura da perdição milenarista”. (CASTELLS, 1999, p. 59, v.1).

A avaliação desse momento em que a sociedade da informação se utiliza dos recursos tecnológicos mais avançados e das pesquisas científicas cada vez mais ousadas, a ética da integração reclama para si a discussão contínua em torno dos elementos que caracterizam a graciosa consideração pelo ser humano: a sua liberdade e a preservação de seus valores, a sua integração social e a sua práxis responsável, consciente. Enfim, a integração global pautada nos princípios da cooperação, da solidariedade, da democracia, da preservação do meio ambiente, da construção da justiça social e da paz entre as nações.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Gudido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

_____. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

AMIN, Samir. **L'eurocentrisme (Critique d'une idéologie)**. Paris: Anthropos, 1988.

ANDERSON, J.; BROOK, C.; COCHRANE, A. (orgs.). **A global world? Reordering political space**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma geografia para o século XXI**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1994.

ANDERSON, Perry. **O fim da história (De Hegel a Fukuyama)**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores, vol. Aristóteles (II).).

_____. **Política**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ATTALI, Jacques. Prospector de horizontes. In: In: PESSIS-PASTERNAK. **Do caos à inteligência artificial**: quando os cientistas se interrogam. Trad. Luiz P. Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1993. (Biblioteca básica).

ATLAN, Henri. Teórico da auto-organização. In: PESSIS-PASTERNAK. **Do caos à inteligência artificial**: quando os cientistas se interrogam. Trad. Luiz P. Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1993. (Biblioteca básica).

BARRET-DUCROCQ, Françoise. (org.). **Globalização para quem? (Uma discussão sobre os rumos da globalização)**. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Futura, 2004.

BAUMAN, Z. **Globalização. As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da religião**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **A intuição filosófica**. Trad. Maria do Céu Patrão Neves. Lisboa: Edições Colibri, 1994. (Coleção Universalia).

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Zacarias Pereira. **Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária**. Campinas: São Paulo: FAEP/Unicamp; Hortograf, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. 2. ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1996.

BRINHOSA, Mário César. A função social e pública da educação na sociedade. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003. (Coleção educação contemporânea).

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Trad. Lourival G. Machado, Lourdes S. Machado, Leonel Vallandro. 25. ed. ver. atual. v.1. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1982.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. (Encyclopaiedéia).

CAMPBELL, Colin. **The romantic ethic and the spirit of modern consumerism**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

CANTORE, E. **Scientific Man**: the humanistic significance of science. New York: ISH Publications, 1977.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. Trad. Roneide Venâncio Majer. Col. Klauss B. Gerhardt. 8. ed. rev. amp. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. v. 2. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Fim de milênio**. Trad. Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer. 3.ed. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. Trad. João da Cruz, OSB. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica; lições introdutórias**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Clavatta, Maria. Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971.

COMPANION to Ethics (ed. P. Singer). Oxford: Blackwell, 1996.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? Trad. Mônica Corullón. In: TOMMASI, Livia de; WARD, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COUTEL, Charles. Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet. In: HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

CURY, C.J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

DALBOSCO, Cláudio Almir. **Desafios ético-educacionais diante da crescente colonização do mundo da vida**. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro. (orgs.). **Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas: Autores Associados:HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea).

DELLA VOLPE et al. **Moral e sociedade; um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DEMO, Pedro. **Educação e conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção: Temas Sociais).

DREYFUS, Hubert. Desmistificador da inteligência artificial, ante Edward Feigenbaum, especialista em sistemas especializados. In: PESSIS-PASTERNAK. **Do caos à inteligência artificial**: quando os cientistas se interrogam. Trad. Luiz P. Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1993. (Biblioteca básica).

DESTRO, Martha Rosa Pisani. Desafios existenciais do professor. In: SÁ, Jeanete Liasch Martins de. [et. al.]; José Camilo dos Santos Filho (org). **A educação no século 21**: desafios e perspectivas. Engenheiro Coelho-SP: UNASPRESS, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento**: os desafios da educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2.ed. amp. rev. São Paulo: Unesp, 2001.

DUPUY, Jean-Pierre. Arauto da complexidade. In: PESSIS-PASTERNAK. **Do caos à inteligência artificial**: quando os cientistas se interrogam. Trad. Luiz P. Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1993. (Biblioteca básica).

DURKHEIM, E. **Sociologia e Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Classen, Lúcia M.E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A divisão do trabalho social**. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1977.

_____. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: Edusp/T. A. Queiroz, 1983.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano; a essência das religiões**. Lisboa, Livros do Brasil, s.d.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1991.

FERRETI, Celso João et.al. (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar: 1981.

FRANKENA, W.K. **Ética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Trad. Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, trabalho e ética: desafios e perspectivas. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro. (orgs.). **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados:HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu da **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GAMBOA, Silvio Sánchez. A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003. (Coleção educação contemporânea).

GALLO, Silvio. **Educação anarquista**: um paradigma para hoje. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GLOBALIZAÇÃO, crescimento e pobreza. Relatório de pesquisa política do Banco Mundial. Trad. Melissa Kassner. São Paulo: Futura, 2003.

GOERGEN, Pedro. Ética e educação: o que pode a escola? In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro. (orgs.). **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. (coleção educação contemporânea).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 2.ed. Questões de Nossa Época. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GROS, François. Ciência, técnicas e globalização. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise. (org.). **Globalização para quem? Uma discussão sobre os rumos da globalização**. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Futura, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Eduardo. **As dimensões do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HABERMANS, Jürgen. **Técnica e ciência enquanto “ideologia”**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HANCOCK, Alan. A educação e as novas tecnologias da informação e da comunicação. In: DELORS, Jacques. (org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HANNOUN, Hubert. **Educação: certezas e apostas**. Trad.: Ivone C. Benedeti. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. (Encyclopaidéia)

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João. [et.al.]. **Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

HARE, R.M. **A linguagem da moral**. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna (Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural)**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Trad. Wanda Caldeira Brant. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HELFERICH, Christoph. **História da filosofia**. Trad. Luiz Sérgio Repa, Maria E. H. Cavaleiro, Rodnei do Nascimento. Rev. de trad. Maria E. Heider Cavaleiro; revisão técnica Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBORN, Eric J. **Estratégias para uma esquerda racional**: escritos políticos 1977-1988. Trad. Anna Maria Quinino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Mundos do trabalho**. Trad. Waldeia Barcellos, Sandra Bedran. Revisão Técnica: Edgar de Decca, Michael Hall. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

_____. **O novo século**: entrevista a Antonio Polito. Trad. do italiano para o inglês: Allan Cameron; trad. do inglês para o português e cotejo com a edição italiana: Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Imperialismo na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

FERRETTI, Celso João: Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

JAMESON, Fredric. **El posmodernismo o la lógica cultural Del capitalismo avanzado**. Trad. José Luis Pardo Tório. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes (1785). In: _____, Kant (II). São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Crítica da razão prática**. Lisboa: Edições 70, 1989. (Col. Textos Filosóficos).

KIERKEGAARD, Soren. **Temor e Tremor**. Trad. Torrieri Guimarães. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. (Ediouro)

KNELLER, George F. **A ciência como atividade humana**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/Zahar, 1980.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KREMER-MARIETI, Angèle. **A Ética**. Campinas: Papirus, 1989.

KUENZER, Accacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Trad Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Trad. Armando Braio Aro. Barueri, SP: Manole, 2005a.

_____. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Trad. Therezinha M. Deutsch. Barueri, SP: Manole, 2005b.

_____. **A sociedade da decepção**. Entrevista coord. Por Bertrand Richard. Trad. Armando B. Ara. Barueri, SP: Manole, 2007.

LADUSÃNS, Stanilavs (coord.). **Questões atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 1990.

LECLERC, J. **Os grandes temas da filosofia moral**. Tr. Br. São Paulo: Herder, 1967.

LEFRANC, Jean. Friedrich Nietzsche. In: HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

LEISINGER, Klauss M; SCHMITT, Karin. **Ética empresarial**: responsabilidade global e gerenciamento moderno. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEPELTAK, Jean; VERLINDEN, Claire. Ensinar na era da informação: problemas e novas perspectivas. In: DELORS, Jacques. (org.). Trad. Fátima Murad. **A educação para o século XXI**: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência (O futuro do pensamento na era da informática)**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **La machine univers (Création, cognition et culture informatique)**. Paris: Éditions la Découverte, 1987.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Trad. Luiz Paulo Rouanet. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOMBARDI, José Calaudinei. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: UnC, 2001.

_____. **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. 2. ed. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: UnC, 2000.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**. 5.ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

LYONS, David. **As regras morais e a ética**. Campinas: Papirus, 1990.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

_____. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo C. Barbosa. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. **São Paulo**: Cortez Editora, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.

MACPHERSON, C.B. **The political theory of possessive individualism**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Trad. Marília Barroso. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (Feuerbach) 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A ideologia Alemã** (Feuerbach). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Miséria da filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Manifesto comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

_____. **Manuscritos econômicos–filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

McLUHAM, Marshall; POWERS, Bruce R. **The global village (Transformation in world life and media in the 21st century)**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Trad. Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Escala, 2006.

McLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin; AGEL, Jerome. **Guerra y paz en la aldea global**. Trad. José Méndez Herreras. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1971.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das leis**. Trad. Jean Meville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MORAIS, João Francisco Régis. **Filosofia da ciência e da tecnologia**: introdução metodológica e crítica. 5.ed. Campinas: Papirus, 2002.

MORIN, Edgar; FIEDLER-FERRARA, Nelson; COELHO.[et.al.]. **Ética, Solidariedade e complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

NAJMANOVICH, Denise. **O sujeito encarnado**: questões para pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2001.

NASH, Laura L. **Ética nas empresas**. São Paulo: Scipione, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NUNES, César A. Ética sexualidade e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro. (orgs.). **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados:HISTEDBR, 2005. (coleção educação contemporânea).

_____. Filosofia, dialética e educação. Elementos para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003. (Coleção educação contemporânea).

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores mestres através da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

POE, Edgar Allan. **A carta roubada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

PUCCI, Bruno. **Adorno**: o poder educativo do pensamento crítico. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999

POSTMAN, Neil. **Technopoly (The Surrender of Culture to Technology)**. Nova York: Vintage Books, 1993.

RAMONET, I. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1977.

_____.(org.). **As culturas e o tempo**. Trad. Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1975.

ROHDEN, Huberto. **Educação do homem integral**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ROURE, Glacy Q. De. **Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**. 16.ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2000.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. Trad. Constança Marcondes César. 3 ed. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção filosofia em questão).

SANFELICE, José Luís. Educação, trabalho e ética. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro. (orgs.). **Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. (coleção educação contemporânea).

_____. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SCHAFF, Adam. **O marxismo e o indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. s.d.

SCHNITMAN, Dora F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo (Globalização e meio técnico-científico informacional)**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

SARUP, Madan. **Marxismo e educação**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 8.ed. Rev. Amp. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1992. (Coleção: Polêmicas do nosso tempo, v. 40).

_____. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

_____. **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção aprender e ensinar).

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: Editora UNESP. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SODRÉ, Muniz. Identidade, cultura e globalização. In: CIAVATA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, José Crisóstomo de. (org.). **Filosofia, racionalidade, democracia**: os debates Rorty & Habermas. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SPINOZA, Baruch de. **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2005.

STRECK, Danilo R. (org.). **Ética utopia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TADAO, Takahashi (org.). **Sociedade da informação no Brasil – Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global - limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

THIELEN, Helmut. **Além da Modernidade?** - Para a globalização de uma esperança conscientizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Grahame; HIRST, Paul. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Trad. Wanda Caldeira Brant. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOMMASI, Livia De; WARD, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Trad. Elia F. Edel. Petrópolis. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VAZ, H.C. **Escritos de filosofia II: ética e cultura**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. (Coleção Filosofia).

_____. **Escritos de filosofia IV – Introdução ética filosófica** 1. São Paulo: Loyola, 1999. (Coleção Filosofia).

VELASCO, Sírío Lopez. **Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo**. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2003.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Papirus Educação).

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Trad. Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

WATT, Ian. **Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robison Crusoe**. Trad. Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Vinicius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A ciência como vocação**. In: Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Créditos da figura Código de Barras - Apêndice A – B.

Disponível em: <<http://www.canalocio.es/imageshtml/aplico/barras.jpg>>.

Acesso em: 28 maio 2007

APÊNDICE - A

PIRÂMIDE DOS VALORES NA ERA DO “HOMEM CÓDIGO DE BARRAS”.



APÊNDICE – B

PIRÂMIDE DOS VALORES NA ERA DA “NAÇÃO CÓDIGO DE BARRAS”

